



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE

Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA

LEONARDO BORGES FERREIRA

**MESMO COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA: VIVÊNCIAS DE PRAZER E
SOFRIMENTO NO TRABALHO ENTRE POLICIAIS MILITARES DO DF**

Brasília-DF

2016

LEONARDO BORGES FERREIRA

**MESMO COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA: VIVÊNCIAS DE PRAZER E
SOFRIMENTO NO TRABALHO ENTRE POLICIAIS MILITARES DO DF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília – UnB como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira.

Brasília-DF

2016

LEONARDO BORGES FERREIRA

**MESMO COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA: VIVÊNCIAS DE PRAZER E
SOFRIMENTO NO TRABALHO ENTRE POLICIAIS MILITARES DO DF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília – UnB como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Data de Defesa: 14 de Abril de 2016.

Prof. Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira
Universidade de Brasília

Prof.^a. Dr.^a. Ana Lucia Galinkin
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a. Andréa de Oliveira Gonçalves
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a. Ana Magnólia Mendes (suplente)
Universidade de Brasília

BORGES, Leonardo Ferreira,

“Mesmo com o sacrifício da própria vida”: prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF

Dissertação de Mestrado em Administração – Universidade de Brasília, abril de 2016. 148 p.

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas.

Orientador: Prof. Drº Marcus Vinícius Siqueira

1. Organização do trabalho; 2. Prazer e sofrimento no trabalho; 3. Policiais militares.

“Dez vidas eu daria se as tivesse para salvar as deles.”
Tiradentes

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Doutor Marcus Vinicius pela parceria nesta jornada, às Professoras Doutora Ana Galinkin e Doutora Andréa Gonçalves, membros da banca avaliadora, pelas inestimáveis contribuições no aperfeiçoamento do trabalho dissertativo. Agradeço especialmente à Professora Doutora Ana Magnólia, pelos ensinamentos a respeito da Psicodinâmica do Trabalho, aulas inesquecíveis. Agradeço à Professora Doutra Fátima Bruno que, ainda na graduação, incentivou a busca de maior aprofundamento na investigação das relações do trabalho policial e suas repercussões nos indivíduos.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e aos funcionários da Secretaria, pessoas sem as quais, nada dessa realização seria possível.

Agradeço aos amigos Doutorandos Marcelo Finazzi e Lana Montezano pelos incentivos, revisões e apoio nas horas mais complicadas. Agradeço ao Professor Doutor e Capitão da PMDF Thiago Gomes amigo que inspira a todos a trilhar os caminhos da pesquisa científica

Agradeço ao nobre Cássio Nunes pela excelência e fidedignidade nas transcrições das entrevistas e à senhora Maria Selma pela revisão gramatical do texto.

Agradeço aos policiais entrevistados que, por meio dos seus relatos, das suas histórias compartilhadas, apresentaram o mundo do trabalho policial o que possibilitou a realização desta pesquisa.

Agradeço a todos os irmãos policiais militares da PMDF, pela audácia, pela honra e nobreza com que exercem seus ofícios. Seus sacrifícios ‘NUNCA SERÃO ESQUECIDOS’.

Dedico a Tatiana, Henrique, Luiza e Nicole.

RESUMO

O estudo avaliou o impacto da organização do trabalho na subjetividade do policial militar do Distrito Federal, em termos de vivências de prazer e sofrimento. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 13 indivíduos e analisadas sob a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), pela qual se buscou desvelar, isolar e abstrair elementos contextuais para a compreensão dos sentidos atribuídos ao trabalho e das peculiaridades da profissão policial militar resultando em categorias representativas das vivências experimentadas pelos policiais. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal e envolveu a análise de documentos regulatórios da profissão e a identificação de elementos simbólicos capazes de produzir intersubjetividades que impactam no processo de adoecimento dos sujeitos. Os achados corroboram com a literatura sobre o trabalho policial e indicam que as exigências psicofisiológicas causam desconfortos, constrangimentos e adoecimento nos policiais. Foram encontradas também experimentações de resistência, enfretamento e resignificação do sofrimento, demonstrando possibilidades de se produzir e vivenciar prazer, mesmo diante das pressões e do constante risco de vida no trabalho.

Palavras-chaves: Policiais militares. Psicodinâmica do Trabalho. Sofrimento Patológico. Risco de vida.

ABSTRACT

The study evaluated the impact of the organization of work in the subjectivity of police officers of the Federal District in terms of pleasure and suffering experiences. Therefore, sought to understand the effects of work organization in the subjectivity of individuals. Were conducted semi-structured interviews with 13 peoples, than were analyzed by content analysis technique (BARDIN, 1977), the which aimed to uncover, isolate and abstract contextual elements to understand the meanings attributed to work and the peculiarities of the military police profession resulting in categories representing the experiences encountered by police. The survey is qualitative, about Military Police of the Federal District and involved the analysis of regulatory documents from the profession and the identification of symbolic elements capable of producing subjectivities impacting on the disease process. The findings corroborate the literature on police work and indicate that the psychophysiological requirements cause discomfort, embarrassment and falling ill in police. Also were found resistance trials, coping and reframing of suffering, demonstrating pleasure experience, even in the face of pressures and the constant risk of life at work.

Key-words: Police officers. Psychodynamics of work. Pathological suffering. Life risk.

LISTA DE ABREVIATÖES

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

DF – Distrito Federal

FFAA – Forças Armadas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MS – Ministério da Saúde do Brasil

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OPAS – Organização Pan-Americana para Saúde na Américas

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal

PCT - Psicodinâmica e Clínica do Trabalho

SENASP/MJ - Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça do Brasil

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Evolução da Psicodinâmica do Trabalho, segundo MENDES (2007)	29
Quadro 2– Dados gerais sobre os entrevistados	55
Quadro 3– Perguntas da entrevista semiestruturada	58
Quadro 4 - Fases da pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho	59
Quadro 5– Resumo das Categorias sínteses das entrevistas	63
Quadro 6 - Dados gerais das entrevistas/degravações	73
Quadro 7– Categoria 1. Sentidos atribuídos ao trabalho policial: “Ser policial é algo que nem todos podem entender. É enfrentar a morte, mostrar-se forte no que acontecer”	74
Quadro 8 - Categoria 2. O Risco da profissão: “Mesmo com o sacrifício da própria vida” .	77
Quadro 9 - Categoria 3. Trabalho real: diversificação de serviços e inexatidão das tarefas .	80
Quadro 10 - Categoria 4. Organização e condições do trabalho policial militar	84
Quadro 11 - Categoria 5. Efeitos fisiológicos, psíquicos e socioafetivos decorrentes do trabalho policial militar	90
Quadro 12 - Categoria 6. Medos, riscos e morte: “Basta você colocar o uniforme e sair na rua que é possível que você não volte”	103
Quadro 13 - Categoria 7: Frustração no trabalho policial: “Sensação de enxugar gelo”	106
Quadro 14 - Categoria 8. Aquele que serve e protege: “Era sempre um prazer servir às pessoas e fazer o bem”	109
Quadro 15 - Categoria 9. O herói de uniforme: “Com a farda, a gente se sente parte de algo maior”	113
Quadro 16 - Categoria 10. O ingresso das primeiras mulheres na PMDF	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
1.1 ORGANIZAÇÕES E TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	22
1.2 A PSICODINÂMICA DO TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO DO PRAZER E SOFRIMENTO	28
1.3 O TRABALHO NA POLÍCIA E O TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR	33
1.3.1 Policial Militar: trabalhador em risco constante	37
1.4 TRABALHO POLICIAL NO BRASIL: RISCOS E ADOECIMENTO	40
2 MÉTODOS, PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	53
2.1 TIPO DE PESQUISA	53
2.2 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	54
2.2.1 Participantes	54
2.2.2 Levantamento documental sobre o trabalho policial militar no DF	59
2.3 ANÁLISE DOS DADOS	61
2.3.1 Procedimentos na análise dos resultados das entrevistas	61
2.4 FORMALIDADES JUNTO À ORGANIZAÇÃO PESQUISADA E AOS ENTREVISTADOS.....	64
3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	65
3.1 RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL	65
3.1.1 Caracterização da organização pesquisada	65
3.2 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E CATEGORIZAÇÃO DAS FALAS	73
3.2.1 Categorias do trabalho prescrito e real	74
3.2.1.1 Categoria 1. Sentidos atribuídos ao trabalho policial: “ <i>Ser policial é algo que nem todos podem entender. É enfrentar a morte, mostrar-se forte no que acontecer</i> ”	74
3.2.1.2 Categoria 2. O Risco da profissão: “ <i>Mesmo com o sacrifício da própria vida</i> ”	77
3.2.1.3 Categoria 3. Trabalho real: diversificação de serviços e inexistência das tarefas.....	80
3.2.1.4 Categoria 4. Organização e condições do trabalho policial militar	83
3.2.2 Categorias de sofrimento	90
3.2.2.1 Categoria 5. Efeitos fisiológicos, psíquicos e socioafetivos decorrentes do trabalho policial militar	90
3.2.2.2 Categoria 6. Medos, riscos e morte: “ <i>Basta você colocar o uniforme e sair na rua que é possível que você não volte</i> ”	103
3.2.2.3 Categoria 7: Frustração no trabalho policial: “ <i>Sensação de enxugar gelo</i> ”	106
3.2.3 Categorias de prazer	108
3.2.3.1 Categoria 8. Aquele que serve e protege: “ <i>Era sempre um prazer servir às pessoas e fazer o bem</i> ”	108
3.2.3.2 Categoria 9. O herói de uniforme: “ <i>Com a farda, a gente se sente parte de algo maior</i> ”	113
3.2.4 Categoria 10: O ingresso das primeiras mulheres na PMDF.....	116
3.2.5 Histórias pessoais no exercício da profissão policial.....	120
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS	137
ANEXO I – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS – 2013/2015.....	137

INTRODUÇÃO

O trabalho guarda forte relação com a construção da identidade do sujeito, que acaba se tornando aquilo que faz e, por esta razão, é tema central para a compreensão dos impactos na saúde somática e mental, podendo tornar-se até a “viga mestra da identidade e da saúde” (FERREIRA; MACÊDO; MARTINS, 2015, p. 35).

Estudos que consideram as inter-relações entre a organização do trabalho, os sentidos do trabalho e os processos de adoecimento ganham relevo na literatura por meio de abordagens interdisciplinares, como os de Souza e Minayo (2005), Tittoni (2007), Gaulejac (2007), Dejours (1992a; 1992b e 2008), Lancman (2008), Silva (2009), Anchieta *et al.* (2011), Rocha, Mendes e Morrone (2012). Em geral, como assevera Costa (2013), estes estudos envolvem a compreensão das dinâmicas que se manifestam na relação entre organização e a subjetividade dos trabalhadores.

Alguns estudiosos defendem que as organizações contemporâneas utilizam formas de controle cada vez mais sutis, que atuam ocultamente para produzir e moldar subjetividades, como parte de um projeto político e ideológico, arrastando os sujeitos a servirem cegamente à organização (GAULEJAC, 2007; DEJOURS, 1992a e 1992b; MENDES, 2007). Em geral, numa visão funcionalista, o trabalhador é considerado como engrenagem de um sistema produtivo, para o qual deve entregar-se incondicionalmente de corpo e mente (ANTUNES, 2006; SIQUEIRA; MENDES, 2009; VIEIRA; MENDES, 2014). Denota-se, assim, certa impotência do indivíduo perante as pressões oriundas da ideologia gerencialista e, diante de metas irrazoáveis a serem alcançadas e da competitividade irrefreada por prêmios e promoções, se sujeita a situações que os comprime, na maior parte das vezes, dentro de um mundo de angústias e sofrimentos.

O imbróglio parece residir na precarização que tais medidas geram no trabalho ao enfatizar, excessivamente, nas tarefas e nos resultados, ou seja, nos interesses puramente organizacionais e, ao mesmo tempo, ignorar fatores humanos, próprios dos indivíduos, que podem provocar o adoecimento (SIQUEIRA; MENDES, 2009). Nesta relação, a condição humana é “coisificada” perante o trabalho e, como meras peças úteis, os indivíduos são tratados como descartáveis e substituíveis, de acordo com a necessidade utilitária da organização (ANTUNES, 2006).

Nessa direção, há evidências de que a profissão policial é uma das mais penosas, sob o ponto de vista psicológico (LIBERMAN *et al.*, 2002), com as mais altas cargas de estresse, de exigências físicas e emocionais, comparativamente a outras ocupações (BIGGAM; POWER;

MACDONALD, 1997; GERSHON; LIN; LI, 2002). Não sem motivos, policiais apresentam diversos transtornos de saúde, com altos índices de depressão, estresse pós-traumático, ansiedade, alcoolismo e suicídio (NOGUEIRA; MOREIRA, 1999; CHOPKO; PALMIERI; FACEMIRE, 2014). Outras pesquisas, igualmente, apontam que policiais estão altamente propensos ao adoecimento em decorrência das atividades que desempenham (CRUZ, 1989; MINAYO, 1998; MUNIZ, 1999; ANCHIETA; GALINKIN, 2005; ANCHIETA *et al.*, 2011; SOUZA; MINAYO, 2005; MINAYO; ADORNO, 2013; ALCADIPANI, 2014).

O Brasil registrou, apenas no ano de 2013, um total de 490 homicídios de policiais (somando todas as forças policiais), sendo um número bem superior aos registrados no mesmo ano, por exemplo, nos Estados Unidos (96 policiais mortos) e no Reino Unido (8 policiais mortos), o que indica os riscos que a profissão policial possui no país (ALCADIPANI, 2014). Além disso, os riscos diários a que estão expostos, especificamente, os policiais militares, os tornam uma classe profissional atingida em grande escala por estresse ocupacional que os coloca como os profissionais que mais sofrem das suas consequências perniciosas (COSTA *et al.*, 2007; MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO, ASSIS; CARVALHAES, 2009). Nesta mesma direção, outros pesquisadores, como Amador *et al.* (2002), Souza e Minayo (2005), Minayo, Souza e Constantino (2007), concordam que a severidade e as pressões inerentes à atividade policial militar são ocasionadas pela violência real, aquela que de fato se materializa nos altos índices de homicídios, suicídios, injúrias físicas, e, também, pela violência subjetiva, aquela que se manifesta no plano psíquico e se origina da tensão cotidiana, dos medos, da necessidade de autopreservação.

Em geral, as organizações policiais militares brasileiras têm normas bem definidas no que tange à organização do trabalho, com níveis hierárquicos verticalizados e condutas prescritivas, que muitas vezes extrapolam o âmbito organizacional, incidindo no próprio modo de viver dos indivíduos, mediante o estabelecimento de padrões que balizam, em vários sentidos, as formas de se relacionarem com o mundo à sua volta. Estas instituições baseiam-se em modelos de gestão com controles rígidos de conduta, alicerçados em prescrições que enfatizam as dimensões sociais e afetivas e, por consequência, operam, como fonte de imaginários e idealizações da profissão. Não obstante, os discursos organizacionais, enquanto elementos da cultura interna servem de instrumentos de mobilização dos sujeitos para o cumprimento do trabalho, o que, no caso das organizações policiais militares, é sinônimo de dever. Determinados tipos de comportamentos são impostos, mas a gestão socioafetiva e o fascínio são maneira que impelem os policiais à adesão dos ideais organizacionais, com

impactos significativos na forma de pensar e viver; afinal, como pondera Anjos (2013), formas padronizadas de se organizar determinam formas padronizadas de se viver.

A literatura brasileira sobre o trabalho policial e os impactos na vida dos indivíduos aponta que a profissão é extremamente desgastante, pois acarreta sérias implicações na saúde dos sujeitos e nas suas relações sociais (BORGES, 2013), resulta em diversas instabilidades psicológicas (SANTA CATARINA, 2010), vulnerabiliza e expõe às doenças mentais e comportamentais (PIGNATARO, 2010; MÜLLER, 2012), além de ensejar em formas compensatórias de enfrentamento das consternações envolvidas, como consumo de álcool e disfunções alimentares (PENA, 2011). Os estudos apontam ainda que, no Brasil, policiais, sobretudo os militares, têm maior risco cardiovascular do que a população em geral (BEZERRA; MINAYO; CONSTANTINO, 2013; JESUS; MOTA; JESUS, 2014) e são, literalmente, “caçados por criminosos” (SOUZA; MINAYO, 2005, p. 925). Além disso, estão sujeitos à morte violenta (ALCADIPANI, 2014), abandonados às suas próprias neuroses (SILVA, 2009), acometidos de sentimentos de desvalorização, de falta de reconhecimento social e de baixa autoestima (AMADOR, 1999; SOUZA; MINAYO, 2005; ANDRADE; SOUZA; MINAYO, 2009), bem como estão expostos a intempéries que geram desconfortos fisiológicos (BORGES; FINAZZI-SANTOS; MORAIS, no prelo), com qualidade de vida no trabalho avaliada como crítica (COELHO, 2014).

O exercício da profissão policial está intimamente ligado à regulação social das condutas de outras pessoas, ao contato frequente com situações de violência, à exposição ao risco de morte, sob um regime organizacional burocrático, que exige condutas condicionadas. A profissão policial militar sujeita os indivíduos a pressões extremas, com exigências físicas e psicológicas que impactam significativamente em várias dimensões da saúde dos policiais. A profissão policial, de fato, envolve lidar com o sofrimento humano e com altos níveis de pressão, fatores que levam muitos ao adoecimento psíquico, ao abuso de drogas, a problemas afetivos e ao suicídio (ALCADIPANI, 2014). Não por acaso, em vários aspectos, é possível associar o exercício do trabalho à ideiação e ao cometimento de suicídio (FINAZZI-SANTOS; SIQUEIRA, 2011), sobretudo o trabalho policial militar (MOREIRA; NOGUEIRA, 1999).

Para Dejours (2004; 2012) as formas de apropriação da realidade pelo sujeito, as relações e interfaces que mantém com o mundo ao seu redor, com ambiente e com as pessoas do trabalho, além das subjetivações que produzem sobre si mesmos são elementos que podem ser apreendidos por meio da Psicodinâmica do Trabalho. Essa abordagem epistemológica postula que a significação dada pelos trabalhadores, seja ela individual ou coletiva, busca dar coerência e segurança, como forma defensiva contra as pressões decorrentes das exigências

do trabalho e, portanto, emblematiza os impactos reais e imaginários na saúde psíquica desses sujeitos (DEJOURS, 1992a). Postula ainda que as dimensões física, psíquica e socioafetiva dos indivíduos são mobilizadas para a realização das atividades laborais e, portanto, interessam para a ponderação dos sentidos atribuídos ao trabalho, podendo evidenciar os esforços adaptativos para a suportação das exigências e pressões e o adoecimento (DEJOURS, 1992a; 2007a; 2008; FERREIRA; MENDES, 2007).

A Psicodinâmica do Trabalho considera que a organiza o do trabalho (normas, tempos e controles internos), as condi es do trabalho (espaços físicos, materiais e equipamentos), as rela es socioprofissionais (interac o entre colegas e canais de comunica o formal e informal) e auto percep o de prazer e sofrimento (grau de liberdade, recompensas, satisfa o pessoal, desgastes e inseguranças) são elementos imprescindíveis para se compreender os impactos do trabalho na subjetividade dos sujeitos (DEJOURS, 1992a; MENDES, 1995; MENDES; ABRAHÃO, 1996). As incongruências entre o trabalho formalmente prescrito e aquele que   de fato executado pelo trabalhador denotam parte das pressões para o cumprimento de tarefas que extrapolam a previsão contratual e algumas vezes até mesmo as próprias capacidades dos trabalhadores.

Enquanto fonte binária de prazer e sofrimento, o trabalho   uma arena onde o sujeito trava, incessantemente, uma batalha para o predomínio do primeiro sobre o segundo. Procedem deste esforço, estratégias mediadoras empreendidas pelos trabalhadores que acabam por caracterizar o processo de subjetiva o e de adoecimento, em que a organiza o terá papel central ao favorecer, ou não, oportunidades que permitam a suporta o ou transforma o dos pesares. A conversão do sofrimento em prazer se dá pela ressignifica o dada pelo sujeito, na busca de estabilidade psíquica, de equilíbrio com o ambiente e consigo mesmo, através da mobiliza o subjetiva (MENDES, 2007).

No Brasil, profissionais das carreiras policiais estão submetidos a pressões no trabalho incomuns a outras profissões, sobretudo, devido aos riscos de danos   integridade física. Os riscos diários a que estão expostos fazem dos policiais militares uma categoria profissional atingida em grande escala por agentes estressores, singularmente ligados   organiza o do trabalho. Estudos indicam que, especificamente, policiais militares são acometidos por uma série de transtornos de saúde decorrentes das exigências laborais a que estão submetidos (MÜLLER, 2012; PENA, 2011; SANTA CATARINA, 2010). Sob um regime de hierarquia e disciplina militar, essa organiza o do trabalho estabelece condutas individuais e coletivas que ignoram a necessidade de aten o   saúde ocupacional, a mitiga o e o enfrentamento de transtornos psicofisiológicos (SOUZA *et al.*, 2012).

Há indícios de que a natureza da profissão policial é penosa e suas exigências trazem sérias repercussões para o equilíbrio psicofisiológico dos sujeitos que a exercem (ANCHIETA; GALINKIN, 2005; NASCIMENTO, 2010; ANCHIETA; GALINKIN; MENDES; NEIVA, 2011). Não apenas no Brasil, policiais estão mais propensos a danos à integridade física e a sofrerem transtornos físicos e psíquicos em razão da profissão (GERSHON; LIN; LI, 2002; ANDERSON; LITZENBERGER; PLECAS, 2002; MINAYO; SOUZA, 2003; MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007). Há, contudo, lacunas que devem ser exploradas, a fim de propiciar a compreensão de certos fenômenos e explorar a subjetividade dos policiais militares, considerando que suas vivências de prazer e sofrimento podem revelar fatores importantes para compreensão dos impactos do trabalho na saúde física e psíquica da categoria, como depressão, dependência química, ideação suicida, além de outras morbidades. Policiais estão entre os profissionais que mais sofrem de estresse ocupacional e dos seus consequentes malefícios, por estarem constantemente expostos aos perigos e à severidade do contato com situações sociais e criminais que provocam sensações desconfortáveis (COSTA *et al.*, 2007; ANCHIETA *et al.*, 2011; AMADOR; SANTORUM; CUNHA; BRAUM, 2002; SOUZA; MINAYO, 2005; SOUZA *et al.*, 2012).

A natureza da profissão e a organização do trabalho estão associadas a inúmeras consequências biopsicossociais para os policiais, sendo precedidas por questões relacionadas ao desempenho regular de uma profissão repleta de exigências que provocam nos sujeitos frequentes esforços adaptativos e de exposição a pressões. Dar voz a esses sujeitos, abstrair das suas falas parte das realidades de acordo com suas próprias percepções de mundo e compreender suas vivências de prazer e, principalmente, de sofrimento, pode trazer à tona importantes achados que acrescentem conhecimentos relevantes ao campo de estudos relacionado à gestão de pessoas e, sob o aspecto social, permitam minorar os impactos negativos na vida da categoria profissional, estimada em mais de 400 mil profissionais no país.

O presente estudo busca dar “suporte a vozes silenciadas” (ALVESSON; DEETZ, 1998), por meio das lentes teórico-conceituais da Psicodinâmica e Clínica do Trabalho. Para tanto, se propõe a responder a seguinte pergunta: **qual o impacto da organização do trabalho na subjetividade do policial militar do Distrito Federal, em termos de vivências de prazer e sofrimento?** Dessa forma, o **objetivo geral** é compreender os efeitos da organização do trabalho na subjetividade do policial militar do Distrito Federal, em termos de vivências de prazer e sofrimento, cujos **objetivos específicos** são: perscrutar as formas de organização do trabalho policial militar e suas peculiaridades; analisar documentos regulatórios da atividade policial e identificar elementos capazes de impactar no processo de

adoecimento dos sujeitos; e, finalmente, abstrair, contextualizar e ponderar as falas de policiais militares, desvelando intersubjetividades que dão sentido ao trabalho, além da análise de elementos das suas histórias individuais, relacionando-as às práticas organizacionais e aos esforços adaptativos dos sujeitos, como formas de enfrentamento das exigências e pressões no trabalho.

A pesquisa, de caráter eminentemente qualitativo, foi realizada no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, com levantamento documental e de literatura, que forneceram a base para a elaboração das perguntas componentes das entrevistas utilizadas para a obtenção aprofundada de dados. A captação de informações com policiais não é simples, porque são de “uma categoria que, em sua maioria, é incrédula em relação à possibilidade de mudança do cenário” em que vivem (CONSTATINO, 2014, 00h01min02s).

As entrevistas foram realizadas individualmente com treze policiais militares e, mediante as premissas propostas por Bardin (1977), realizou-se análise de conteúdo, resultando na categorização das falas dos entrevistados que, associadas aos elementos textuais extraídos de documentos da instituição, permitiram o alcance dos objetivos propostos. O percurso empreendido na pesquisa permitiu identificar formas de significações dos discursos organizacionais para o controle socioafetivo e a mecanização dos sujeitos, o que foi associado como precursores de adoecimento físico e psíquico de policiais militares.

No campo dos estudos organizacionais e gestão de pessoas, o estudo contribui para um entendimento da profissão policial, na medida em que, ao analisar as suas condições de trabalho, permite elucidar fatores capazes de impactar no processo de adoecimento dos profissionais. Os achados e as discussões apontam questões relevantes para pesquisas que se proponham relacionar o adoecimento físico e psíquico de policiais brasileiros com a organização do trabalho, revelando a vulnerabilidade a que estão expostos no exercício da profissão, pois estão suscetíveis a danos subjetivos e físicos que lhes acarretam, de maneira geral, graves consequências. É importante salientar, ademais, que este trabalho tem pretensões práticas com a realidade social e, por isso, pretende-se que propicie debates e discussões em favor de políticas públicas de atenção e amparo à categoria.

No ano de 2012 havia cerca de 410 mil policiais militares atuando nas 26 Unidades Federativas e no Distrito Federal (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015a), sob um regime de trabalho muito peculiar à profissão marcada pelo hibridismo que envolve, por um lado, protocolos claros de gestão e controles comuns às instituições militares e, por outro lado, o exercício de uma atividade de contato direto com a sociedade, de natureza estritamente civil, muitas vezes, em situações de rupturas da normalidade. No Distrito Federal,

o efetivo de policiais militares integrantes na corporação da Polícia Militar é de 14.923 homens e mulheres.

O regime de trabalho que regula a atividade impõe aos sujeitos inúmeras regras de condutas. Policiais militares, em geral, estão submetidos a sobrecargas de estresse ocupacional no desempenho de suas atividades laborais, que acarreta em um permanente estado de alerta, com a predominância de agentes estressores (mesmo quando não estão trabalhando). Além disto, trata-se de uma categoria profissional que apresenta as maiores taxas de óbitos por violência no Brasil e que está sujeita à maior incidência de lesões e traumas, dentro e fora do ambiente de trabalho (MINAYO e ADORNO, 2013). Veja-se, nesse sentido, que, em 2013, houve a morte de 408 policiais em todo Brasil, em decorrência do trabalho, dos quais 342 policiais militares (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015a).

Além disso, estimativas indicam que a Polícia Militar do Distrito Federal registrou, apenas 2014, seis ocorrências de suicídio entre policiais militares, sendo o pior registro da corporação desde o ano 2000. Em todos os atos, os suicídios foram cometidos com o uso de arma de fogo, ocorrendo dois deles dentro do ambiente de trabalho. A situação é preocupante e os fatos, individualmente, devem ser investigados, sobretudo, porque a literatura nacional e internacional aponta para alta incidência desses atos entre policiais, sobretudo por questões ligadas às exigências da profissão, demonstrando que fatores desencadeantes dentro e fora da corporação possam ter ocasionado esse aumento repentino de episódios.

Chopko, Palmieri e Facemire (2014) apontam ligação direta entre ideação suicida, depressão e ambiente de trabalho na atividade policial e sugerem que é preciso compreender o processo de sofrimento vivido pelos policiais, a fim de se poder intervir preventivamente em casos de suicídio. Os autores argumentam que a literatura associa o suicídio e ideação suicida à depressão, mas que estes estudos têm limitação ao serem referenciados em estudos com policiais, porque enfocam a população em geral, enquanto policiais se diferem substancialmente do geral, por estarem submetidos a situações que lhes impõe constante estado de alerta, exposição a riscos, conflitos sociais, violência real contra si e contra terceiros, dentre outros.

A naturalização da violência no cotidiano desses policiais, assim como a sensação de ineficiência do sistema judiciário, também são elementos que contribuem para elucidar a incidência das reações violentas na atuação policial. Neste aspecto, compreender a percepção dos policiais em relação às suas atuações profissionais e quais dinâmicas estão envolvidas, pode poupar tanto vidas de policiais quanto da população em geral.

Enquanto grande parte dos estudos sobre questões do trabalho enfoca profissões de natureza civil e orbitam em torno da inserção do trabalhador em contextos produtivos ou de prestação de serviços, com pressões por maior produtividade e engajamento no trabalho, tendo em comum geração de resultados financeiros (lucro), outras categorias de trabalho, como militares, permanecem timidamente abordadas nas pesquisas acadêmicas nacionais. Uma das razões para o desinteresse do meio acadêmico por essas profissões pode estar ligada, de acordo com Souza e Minayo (2005), a um ranço relacionado ao período de exceções de liberdades na história brasileira, em que instituições militares e policiais serviram de garantia para manutenção da ordem política não democrática, então instaurada.

No que se refere a questões sobre a saúde de policiais militares, são menos comuns ainda produções acadêmicas que mencionem as rotinas cotidianas ou abordem os aspectos do trabalho policial militar (MUNIZ, 1999), sobretudo, quando se consideram fatores relacionados aos efeitos na subjetividade desses profissionais. É irrelevante tentar compreender as atividades da polícia analisando o que ela produz, sem buscar saber quem são as pessoas a quem são confiadas responsabilidades, meios materiais e legais para impor limites às demais pessoas, importando “como fazem” mais do que o propriamente “o que fazem” (MONET, 2006).

Compreender a natureza da profissão policial militar, aspectos organizacionais envolvidos, nuances relacionadas à atuação cotidiana junto à população, ao risco de integridade física e à convivência com a violência pode revelar ao mundo acadêmico aspectos imprescindíveis para o desenvolvimento de teorias e campos de estudos capazes de contribuir para a promoção de serviços de segurança pública cada vez mais consolidados e úteis para o convívio coletivo.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, a Introdução que os antecede, a Discussão dos Resultados obtidos e as Considerações Finais. O **capítulo 1** traz o Referencial Teórico e está dividido em quatro seções. A primeira parte de uma conceituação de trabalho para, em seguida, se traçar um percurso sobre o mundo organizacional no qual indivíduos são sujeitados aos ditames institucionais. A sessão da Psicodinâmica e Clínica do Trabalho como aplicação teórica da Administração apresenta as bases conceituais que servem de *background* epistemológico principal para a aplicação empírica da pesquisa. A sessão 'A Polícia e o Trabalho da Polícia Militar' explora e aprofunda o funcionamento das corporações policiais militares fornecendo uma base conceitual indispensável para se compreender para que serve e como desenvolvem a atividade policial. A sessão Estudos sobre o trabalho policial apresenta

uma gama de estudos sobre policiais militares, sob o enfoque do adoecimento físico e mental e suas relações com o trabalho.

O **capítulo 2** apresenta as bases metodológicas, os procedimentos e técnicas utilizadas na empiria. Neste capítulo estão descritas as fases de planejamento da pesquisa como um todo, assim como a aplicação das entrevistas, também os critérios que orientaram a elaboração das perguntas da entrevista. O capítulo expõe os métodos e técnicas de análise das falas dos entrevistados, considerando o campo da Psicodinâmica e Clínica do Trabalho e os pressupostos da análise qualitativa de conteúdo.

O **capítulo 3** é dividido em duas sessões. A primeira apresenta os resultados da pesquisa documental e subsidia a contextualização da organização pesquisada. O resultado das entrevistas e categorização das falas dos entrevistados se apresenta na seção seguinte, subdividida em subseções que trazem dados a respeito dos entrevistados, as categorias geradas a partir das suas verbalizações, bem como formalidades adotadas junto à instituição pesquisada.

O **capítulo 4** traz a discussão dos resultados obtidos, onde são feitas digressões que exploram as análises categoriais das falas dos entrevistados, juntamente, com recortes do referencial teórico. Finalmente, o **capítulo final** apresenta as considerações finais, as contribuições para o campo de estudo e as lacunas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Conceitos inerentes aos temas abordados na pesquisa e que justificam as escolhas metodológicas são descritos neste capítulo, dividido em três seções nas quais, inicialmente, situa-se o estudo dentro de um arcabouço crítico na área dos estudos organizacionais, enfatizando a Psicodinâmica e Clínica do trabalho como *background* teórico capaz de subsidiar as análises necessárias para a compreensão da realidade profissional e das peculiaridades da profissão policial militar. Busca-se, a partir daí, fornecer um panorama geral a respeito dos sentidos do trabalho e das dimensões subjetivas envolvidas na dinâmica da organização e do trabalho policial militar, com a intenção de esclarecer nuances e especificidades desta profissão marcada pelo hibridismo, por um lado, pelas atribuições civis de controle social e contato direto com a população, por outro lado, regulada por protocolos militares.

Diante disto, as seções apresentam uma base conceitual necessária para compreender o percurso investigativo envolvido no alcance dos objetivos pactuados na pesquisa. Igualmente, o referencial teórico busca dar suporte à pesquisa empírica empreendida, assim como as decisões metodológicas, análises realizadas e conclusões.

1.1 Organizações e trabalho na contemporaneidade

A teoria organizacional estabelece que as organizações devem racionalizar tarefas, recursos e pessoas, em fim, com foco em esforços produtivos para que os objetivos propostos sejam alcançados com eficiência (MARSDEN; TOWNLEY, 2001). Neste aspecto, em maior ou menor grau, toda organização emana condutas e regras a serem cumpridas por seus membros, impactando de alguma forma na vida dos indivíduos que a integram. Entretanto, as pessoas não são totalmente mecanizáveis, controláveis e previsíveis. A esse respeito, De Masi (2002, p. 370) pondera que a “(...) rigidez das estruturas organizacionais, falta de objetivos claros, ausência de sistemas adequados para solicitar a produção de ideias, (...) seleção de pessoal dotado de mentalidade predominantemente executiva” é o grande entulho gerencial que condenaria ao atraso a mais notável das organizações que assim, se tornaria incapaz de reagir às constantes mudanças do mundo moderno.

Veja-se que a Administração, enquanto ciência, evolui nos primórdios do século XX, a partir de pressupostos econômicos alicerçados no liberalismo clássico, com foco no controle físico do indivíduo. O mais conhecido desses modelos, comumente nomeado como

taylorismo, considerava que era preciso atingir o trabalhador com estimulantes individuais, ligados à pressuposição de que, movido por expectativas de vantagens econômicas, era possível induzi-lo ao pleno envolvimento com o trabalho, produzindo uma engrenagem bem azeitada para o funcionamento da máquina organizacional (TAYLOR, 1990). A marca do taylorismo, dessa forma, era o controle físico dos movimentos e do ritmo de trabalho, mediante escolhas consideradas racionais e com foco na racionalização de resultados (TRAGTENBERG, 1974).

Isso significa, portanto, que tradicionais práticas burocráticas de controle têm sido substituídas por formas de controle da subjetividade, baseadas em técnicas motivacionais que buscam a adesão voluntária por parte dos indivíduos aos interesses e objetivos organizacionais. O indivíduo passa a moldar seus esforços profissionais e a própria vida pessoal de modo a adequar-se da maneira otimizada às exigências do trabalho. Na visão de Andrade (2011, p. 40) o indivíduo passa a ver a si próprio como uma organização num mercado de grande competitividade onde os demais trabalhadores são concorrentes a serem sempre superados, perdendo-se, neste ponto, o fator da coletividade e aflorando a individualidade. A identificação com a organização em que trabalha é ressaltada já que é nesta relação que esse indivíduo gera valor e tem sua fonte de renda; ele se esforça cada vez mais para atingir as expectativas criadas, mantendo o vínculo com a organização mais forte, por meio de uma modalidade de poder e controle.

Nesse tocante, muitas organizações buscam não apenas o controle físico, como também o controle psíquico do sujeito, manipulando seus desejos por meio da técnica e da ciência. As pessoas, no entanto, são reais, interagem, criam e recriam significados a todo instante, têm expectativas, realizam-se, frustram-se, adoecem, desejam, sonham. Os indivíduos, nas organizações, uma dimensão outrora esquecida, têm se tornado tema cada vez mais relevante nos Estudos Organizacionais, e as preocupações humanistas têm ganhado espaço em contrapeso às perspectivas funcionais-gerencialistas (CHANLAT, 2012b).

Estabelecer vínculos de pertença, ter as pessoas dóceis e dedicadas é de grande importância na ideologia gerencialista. Nesse sentido, o trabalho deve ser visto como um sacerdócio, um sagrado idealizado, uma épica entrega de si mesmo aos ideais da prestação do serviço sustentado em estratégias convincentes, como, por exemplo, em discursos organizacionais sedutores e formalmente prescritos em instrumentos legais, capazes de produzir efeitos na subjetividade do sujeito através da criação de desejos e imaginários que exigem a adesão ilimitada (ENRIQUEZ, 1983; MOTTA, 1991; FREITAS, 2010; SCHMITT; FARIA, 2007).

Os valores instituídos são formas pelas quais as organizações moldam e delimitam o comportamento de seus trabalhadores e, com a rigidez, a ausência de negociação das normas e das “verdades inquestionáveis”, pode dar lugar ao sofrimento no trabalho (MENDES; TAMAYO, 2001, p. 41). A organização é uma referência singular na vida do indivíduo contemporâneo, sendo, ao mesmo tempo, o meio de realização dos seus desejos e uma comunidade de relações sociais que emite um discurso próprio com poder capaz de mobilizar suas dimensões (FREITAS, 1999).

Não sem motivos, toda organização é uma microssociedade por excelência e, como tal, deverá se esforçar para superar as angústias da incerteza, da anarquia e da fragmentação, razão pela qual institui a “liberdade vigiada”, onde os dirigentes devem fazer com que os indivíduos se conectem por meio de um imaginário social sustentada pelas “armadilhas de seus próprios desejos”, com assimilação das normas e dos valores que sustentam mitos coletivos que exigem o amor incondicional e impedem a desconexão da realidade idealizada (ENRIQUEZ, 1995, p. 87). É assim que a organização procura sobrepor-se à vida interior do sujeito, faz calar multiplicidades de desejos do psiquismo individual, faz vigorar comportamentos adaptados às circunstâncias e, assim, ao “estabelecer seu controle sobre o inconsciente, tenta na verdade impedi-lo de aflorar” (ENRIQUEZ, 1995, p. 89). Nesse ponto, segundo o autor, surge a “doença da idealização”, na qual, sentimentos de culpa e vergonha atribuem ao indivíduo responsabilidades por eventuais insucessos ou inadaptabilidade aos ideais propostos pela organização e seus membros já adaptados anteriormente.

A gestão pelo afetivo e pelo inconsciente, porém, não é exata, sempre haverá uma parcela de autonomia latente nos indivíduos. As relações e as práticas sociais dentro das organizações são mediadas pela simbologia que determina padrões de trabalho e comportamentos através de mitos, rituais e significações (FLEURY, 1987). O sistema simbólico é parte de uma estratégia substancial que, ao mesmo tempo em que regula a conduta do sujeito, legitima os interesses organizacionais, mediante a construção do imaginário utilitário e coerente capaz de fecundar a realidade do sujeito, arretando seu aparelho psíquico. Os indivíduos, a todo instante, estão interagindo e dando significados aos elementos semióticos que os cercam: signos, códigos e símbolos recebidos, o que faz com que algumas organizações tentem se utilizar de táticas gerenciais, que objetivam formar pensamento hegemônico e desestabilizar pensamentos dissidentes (ENRIQUEZ, 1994).

Os sujeitos devem ser cativados e, assim, capturados pela armadilha dos próprios desejos, “dar-se-ão de todo coração à vida da organização, acreditando encontrar-se num conjunto cooperativo que reivindica sua adesão” (ENRIQUEZ, 1995, p. 85). Para Freitas

(2000b), o mundo social se constrói por meio de significados que os indivíduos dão às coisas, aos eventos, aos momentos, às relações interpessoais, portanto, a base abstrata dos indivíduos, sua subjetividade, é sustentada por ideias, imaginários, tradições e posições próprias que formam seu mundo social, no qual o trabalho tem posição de destaque. É, portanto, de grande importância, compreender as perspectivas nas quais a organização opera para “veicular as suas verdades, as manifestações da sinuosidade e da plasticidade organizacional, a porosidade de suas práticas e a institucionalização de seus discursos” (FREITAS, 2009, p.10).

Motta (1993) enfatiza que o incremento de novas tecnologias e produtos advindos na fase pós-industrial provocou significativas modificações nas organizações a fim de que se adequassem às novas exigências de mercado. Na busca da capacidade de influenciar o ambiente conforme suas necessidades e de impelir os próprios membros da organização a inovar sempre que preciso para atender às mudanças são algumas dessas modificações, surgiu a necessidade de ressignificações de valores nas organizações, as quais realizam um constante esforço de socialização para influenciar os comportamentos dos seus membros, “mudando suas formas de cognição e influenciando em sua ação, a fim de obter padrões de performance” (MOTTA, 1993, p. 69).

Diante das exigências do ambiente, as organizações buscam em seus membros mais coesão do que a coerência, recriando e impondo a todo instante sua cultura e estabelecendo novos paradigmas cognitivos como “um conjunto de pressupostos e crenças intimamente ligados à realidade organizacional e, normalmente, aceitos na organização na forma de significados compartilhados” (MOTTA, 1993, p. 70). Para Van Maanen (1989) cultura é uma abstração inexata, porém útil e indispensável para a compreensão de fenômenos sociais dentro de um determinado contexto de observação, sobretudo nos contatos iniciais entre indivíduos e organizações. Nesses contatos, ocorre a socialização dos recém-ingressantes que visa atender pelo menos três pressupostos: diminuir a ansiedade quanto às novas funções, servir de fonte formal/principal de aprendizado, manter estabilidade e dar continuidade às atividades da organização (VAN MAANEN, 1986).

As organizações são “um lugar fértil [...] onde os desejos e os projetos [dos indivíduos] podem realizar-se” (FREITAS, 2000a, p. 56). Desta colocação o fato de que é possível mobilizar os anseios do indivíduo (FREITAS, 1999). A criação de mitos, símbolos, estereótipos e arquétipos de eficiência e sucesso, metas individuais e coletivas, sistemas de premiação, dentre outros, em geral são praticadas dentro das organizações a fim de cooptar os desejos e as atitudes dos trabalhadores. Freitas (2000a, p. 55) afirma que a tentativa de se enraizar a cultura de “uma racionalidade extrema ou ilimitada” tem seu “lado mitológico,

onde se cultuam alguns deuses [...] o progresso, o sucesso individual, o dinheiro, a competitividade, a produtividade”.

O ser humano reflete, age e constrói sua realidade social parcialmente, visto que está inserido em sistema pré-existente, dotado, portanto, de autonomia relativa e sujeito à linguagem, aos rituais e simbologias que são elementos sedutores que impelem aos membros da organização a adotarem a visão organizacional (CHANLAT, 2012b; SIQUEIRA, 2013), que é reinventada, sempre que necessário, por meio de práticas arquitetadas para atingir os objetivos organizacionais. As relações e práticas sociais são mediadas pelo campo simbólico do trabalho, que acaba por se constituir como uma instância fundamental para as próprias relações de trabalho repletas de “significado de certas estórias, mitos, rituais, de certos comportamentos e artefatos que perpassam a vida da organização” (FLEURY, 1987, p.7).

As organizações, com frequência, são ambientes de sofrimento físico e psíquico, palco de desilusões e frustrações. A “obsessão pela eficácia, pelo desempenho, pela produtividade” atrai e concentra a maior parte dos estudos em Administração na racionalização dos recursos e nas “simples técnicas de controle” e insurge-se contra a racionalidade instrumental uma corrente que contesta a “concepção instrumental, adaptativa, e mesmo manipuladora do ser humano”, que busca compreender toda complexidade e riqueza de sentidos dos sujeitos inseridos no contexto da organização (CHANLAT, 2012a, p. 24).

Diante do exposto, os sentidos atribuídos ao trabalho, seja aquele intencionado pela organização e toda sua estrutura modeladora ou o sentido atribuído pelo sujeito, individual ou coletivamente, importa por inferir o quão integrado está o sujeito.

O trabalho tem conceituações e perspectivas que podem variar ao longo do tempo, de acordo com a cultura, com a sociedade e com a visão dos próprios trabalhadores, sendo, esta última, uma fonte importante para compreender dimensões ocultas do trabalho real por apresentar um sentido permeado de singularidades das trajetórias individuais e coletivas de quem exerce determinada profissão (DE MASI, 2002). Se por um lado, o conceito está ligado à noção de produção, de prestação de serviço, de transformação de bens, por outro, denota sentimentos de “(...) vínculo, contrato, dedicação, paixão, alienação, dever e escravidão” (DE MASI, 2002, p. 12). Para o autor, novos valores, como a estética, a subjetividade, a virtualidade, a flexibilidade, a descentralização e a motivação, por exemplo, passaram a ter importância em detrimento aos modelos tradicionais de gestão intimamente ligados “(...) à racionalidade, à padronização, à produção em série, à massificação, ao controle, ao gigantismo e à centralização” (DE MASI, 2002, p. 14). O autor salienta ainda que é preciso romper barreiras organizacionais que impedem o desenvolvimento da criatividade, que

favorecem as resistências às mudanças e que denotam o medo do risco, através de picuinhas burocráticas.

Gaulejac (2007), por sua vez, afirma que o trabalho deve possuir sentidos para as pessoas e que as organizações precisam vê-las não apenas como meras engrenagens de uma máquina produtiva, pois, sem gerar bem-estar ao trabalhador, o trabalho passa a ser instrumento desumanizador e fonte de sofrimento. Os modos de gestão organizacional propiciam o adoecimento quando ignora a essência dos indivíduos, os reais sentidos de viver e das relações sociais, tornando-os elementos meramente contábeis em prol dos resultados produtivistas. Gaulejac (2007) alerta para os aspectos controladores das relações de trabalho pós-modernas, resultando em pressões psíquicas, instabilidade no emprego, cobrança por desempenhos complexos, etc.

Antunes (2006) entende que é por meio do trabalho que as pessoas exercem sua “humanidade” e assim diferenciam-se das formas não humanas. O trabalho é a atividade manual ou um empreendimento social para transformação de bens ou serviços em mercadoria com valor agregado, na qual os indivíduos vendem sua força de trabalho. O autor afirma que a “a classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2006, p. 101) é aquela que recebe salário, desprovida dos meios de produção que se submetem a prestar serviços a outras pessoas ou organizações que detêm os meios.

Para Dejours (2012), o trabalho preenche lacunas nos sujeitos e tem uma função mobilizadora que lhes permite exercer suas habilidades ao engajá-los no cumprimento das tarefas que lhes são confiadas. O trabalho não é uma mera atividade, mas uma forma de relação social na qual o sujeito engaja sua subjetividade, produzindo uma experiência de desenvolvimento de sua inteligência, de emprego de suas habilidades, de prazer e de sofrimento diante do trabalho real e do fazer (DEJOURS, 2004).

Ainda para Dejours (2012, p. 29), o “trabalho é primordial para a construção da identidade e da saúde mental do sujeito”, representa o “poder de sentir, de pensar, de inventar”, o sujeito pode se situar e se perceber no mundo conforme o trabalho que exerce, razão pela qual a noção de subjetividade se torna um conceito tão central nos estudos da Psicodinâmica do Trabalho, através das quais se pode apreender as formas de apropriação da realidade pelo sujeito, as relações e interfaces que ocorrem no mundo ao seu redor, com o ambiente e com as pessoas do trabalho, além das subjetivações que esse sujeito produz a respeito de si mesmo.

1.2 A Psicodinâmica do Trabalho como instrumento de investigação do prazer e sofrimento

A origem da Psicodinâmica do Trabalho está ligada diretamente aos estudos sobre a psicopatologia do trabalho surgida no início da década de 50. Note-se que foi um período de pós-guerra em que classes inteiras de trabalhadores encontravam-se, literal e metaforicamente, marcadas por cicatrizes do trabalho, e a descompensação psíquica era a regra. A busca da compreensão de como os indivíduos driblavam os percalços e mantinham o equilíbrio mental foram resultados da evolução desse campo de estudos, a partir dos anos 80, que passou a focar nas estratégias individuais e coletivas de enfrentamento e resistência. Surgiu então, um dos principais pressupostos da Psicodinâmica, aquele segundo o qual, a normalidade, ou seja, a sanidade e equilíbrio psíquico dos trabalhadores, é uma conquista resultante dos esforços constantes para o alcance do prazer (DEJOURS, 2007b).

Os estudos da psicopatologia passaram a ser uma subárea da Psicodinâmica que nos primórdios da década de 90 teve como objeto de estudo, o sofrimento no trabalho associado às falhas ou inoperância das formas de enfrentamento. A partir dos anos 90, a psicodinâmica passou a entrelaçar seus estudos entre as dinâmicas da organização do trabalho e as práticas gerenciais capazes de impactar na subjetivação, causando ou atenuando as vivências psicossomáticas do trabalho, decorrentes de “forças, visíveis e invisíveis, objetivas e subjetivas, psíquicas, sociais, políticas e econômicas que podem ou não deteriorar esse contexto, transformando-o em lugar de saúde e/ou de patologias e de adoecimento” (MENDES, 2007, p. 29).

Apesar de admitir a existência de extensa literatura na área, Mendes (2007) priorizou na caracterização do campo de estudos da psicodinâmica, a originalidade de Christopher Dejours, a quem atribui o status de principal fundador. Os escritos de Dejours (1992a; 2007a; 2007c) são nucleares no presente estudo, diante disto, as três fases da Psicodinâmica, que representam a evolução do campo merecem ser pontuadas. A primeira fase teve como arcabouço as causas do sofrimento e as estratégias defensivas dos trabalhadores, ante as precariedades de um mercado de trabalho taylorista; a segunda, as vivências de prazer e sofrimento e as estratégias de enfrentamento foram o destaque. Por fim, a terceira, relaciona causas e efeitos do trabalho na subjetividade dos trabalhadores e consolida a Psicodinâmica como abordagem científica. Estas três fases, podem ser ilustradas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1– Evolução da Psicodinâmica do Trabalho, segundo MENDES (2007)

FASE	PERÍODO	ENFOQUE	MARCO BIBLIOGRÁFICO
1º	Década de 80	✓ Origens do sofrimento no trabalho; ✓ Estratégias defensivas.	➤ A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho (DEJOURS, 1987)*
2º	Início dos anos 90	✓ Prazer e sofrimento no trabalho; ✓ Estratégias de enfrentamento; ✓ Análise do trabalho real/concreto; ✓ Dinâmicas de reconhecimento; ✓ Impactos da organização do trabalho nas vivências de prazer/sofrimento.	➤ Christophe Dejours: Da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2004)* ➤ O fator humano (DEJOURS, 1995)*
3º	Final dos anos 90 à atualidade	✓ Explicação dos efeitos do trabalho na subjetividade; ✓ Patologias sociopsíquicas; ✓ Saúde no trabalho.	➤ A banalização da injustiça sócia (DEJOURS, 1999)* ➤ <i>Travail: usure mentale – essai de psychonamyque du travail</i> (DEJOURS, 2000) ➤ <i>L'évaluation du travail à l'épreuve du réel: critique des fondements de l'évaluation</i> (DEJOURS, 2003)

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base em MENDES (2007, p. 34-36)

* Referência ao título e ano de tradução no Brasil.

Como visto, a Psicodinâmica do Trabalho sobrepôs-se à psicopatologia do trabalho e passou a focar o estudo da normalidade no trabalho, isto é, passou a conduzir esforços investigativos em torno da questão: como os sujeitos resistem e enfrentam as pressões no trabalho a fim de manterem o equilíbrio psíquico e a saúde? Percebeu-se que muitos trabalhadores conseguiam manter a sanidade, mesmo sujeitados a condições de trabalho degradantes, ao adotarem posturas, individuais e coletivas, que contrapunham as adversidades e mantinha-os ilesos à psicopatologia. O trabalho investigativo de campo passou ser empregado com técnicas científicas e psicológicas, que perpassam a análise das inter-relações de, pelo menos, três dimensões humanas: a social, a biológica e a subjetiva. Na dimensão subjetividade, onde ocorre o confronto entre a prescrição organizacional e a realidade do trabalho, residiriam as chaves que permitiriam a compreensão de como o se manifestam o sofrimento e o prazer (DEJOURS, 2007c).

A Psicodinâmica do Trabalho estuda e considera as inter-relações entre a organização do trabalho e os processos que se manifestam nos indivíduos, por meio da atribuição de sentidos ao trabalho, dada por eles, seja de maneira individual ou coletiva. Organização do trabalho pode ser conceituada como as formas de se balizar e estabelecer os esforços produtivos, ou seja, o trabalho prescrito é definido e idealizado, respondendo o que, quem e como fazê-lo. É nesse tocante que ocorre o planejamento das tarefas, a divisão do trabalho, os parâmetros de execução, controle do tempo, segundo Anjos (2013). É dessa divisão, argumenta este autor, que pode resultar no sofrimento ou prazer e ocasionar no engajamento afetivo-emocional positivo ou negativo em relação ao trabalho. A organização do trabalho se

relaciona ainda com outros dois conceitos, quais sejam: condições do trabalho que se refere ao ambiente e ferramental disponível, assim como o suporte necessário para a execução das tarefas; e relações sociais de trabalho que diz respeito às interações entre os membros do trabalho, sejam pares, chefes ou subordinados, ou usuários dos serviços e consumidores (ANJOS, 2013).

A Psicodinâmica do Trabalho, portanto, é uma forma de construção do conhecimento, de interpretação e de análise do trabalho, em que as patologias e o adoecimento dos trabalhadores são analisados, devendo considerar-se o trabalho prescrito e o real, desempenhado pelos sujeitos. Permeado por essa visão paradigmática, o objeto da psicodinâmica, de acordo com Mendes (2007), é o estudo das relações e processos de subjetivação, que se manifestam nas vivências de prazer e sofrimento diante das contradições no trabalho. Esses processos atribuem sentido, na relação entre trabalhador e sua realidade de trabalho, pelo seu modo de pensar, sentir e interagir. Essa dinâmica, conforme esclarece a autora, tem forte relação com as formas de organização do trabalho e acarretam, muitas vezes, patologias psíquicas, fisiológicas e sociais.

O indivíduo, por seu lado, busca estratégias e investimentos psíquicos para maquiar a realidade do trabalho. Nesse sentido, é central a análise da mobilização e do engajamento que a organização do trabalho exige do trabalhador. Não se deveria lhe negar a possibilidade de sofrer, de falar sobre o que sente, de externalizar suas angústias. O não enfrentamento é uma fonte de sofrimento latente que cedo ou tarde atinge patologicamente a saúde psíquica do indivíduo (DEJOURS, 1992a e 1992b; MENDES, 2007; LANCMAN, 2008).

Deve-se ter em mente, contudo, que a Psicodinâmica não busca a eliminação do sofrimento, por considerar tal feito uma impossibilidade, mas sim, sua transformação em benefício da saúde do sujeito. Dejours (1992b) apresenta duas tipologias de sofrimento: o criativo, aquele que favorece a saúde e a continuidade produtiva do sujeito no trabalho, e o patogênico, aquele em que ocorre a falência da resistência, ou as formas de enfrentamento são prejudiciais à saúde e à continuidade do trabalho, ultrapassando as barreiras físicas da organização e invadindo os espaços domésticos, impactando física, mental e socialmente os sujeitos. Enquanto o sujeito desejar e estiver procurando realizações e prazer, haverá saúde, de forma que sua chama permanece acessa enquanto houver sentido e busca de satisfação no trabalho. “Quando o sofrimento pode ser transformado em criatividade, ele traz uma contribuição que beneficia a identidade, aumenta a resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica e somática e funciona como um promotor de saúde” (MENDES, 2007, p. 35).

As estratégias de defesa não devem paralisar o indivíduo, não podem desconectá-lo por completo da atividade que exerce, isso não interessa às organizações. Ao contrário, o que interessa a elas, são exatamente as medidas adaptativas pelas quais mediará o sofrimento e manter-se-á operativo em suas atividades. Nesse tocante, atribui-se à psicodinâmica o papel de pesquisa e ação, capaz de adotar enfoque crítico na compreensão das formas de organização do trabalho, da realidade concreta no contexto do trabalho e suas repercussões na subjetividade dos trabalhadores (MENDES, 2007).

As vivências de prazer e sofrimento no trabalho são implicações subjetivas do trabalhador e formam “um único constructo composto por três fatores: valorização e reconhecimento, que definem o prazer; e desgaste, que define o sofrimento” (MENDES; TAMAYO, 2001, p. 41). Mendes (2007) apregoa que é indispensável entender o trabalho concreto, assim como a centralidade e sentidos atribuídos a ele pelos sujeitos, pois é da confrontação entre a organização do trabalho, o sofrimento, resistência e enfrentamento que surgirá o prazer, a sanidade e o equilíbrio. Para Monteiro, Vieira e Mendes (2015), o prazer no trabalho se apresenta como um elemento imprescindível para os sujeitos, dada a natureza central que o trabalho ocupa em suas vidas. Já para Rodrigues *et al.* (2006, p. 2), “o sofrimento no trabalho constitui-se uma das consequências da insistência do ser humano em viver em um ambiente que lhe é adverso”. Contudo, Mendes e Tamayo (2001, p. 41) avaliam que, quando há rigidez excessiva e ausência de possibilidade de “(...) críticas e negociações das normas e regras, levando à naturalização de situações negativas e à criação de verdades inquestionáveis, pode ter lugar o sofrimento no trabalho”.

Enquanto mecanismos de transformação do sofrimento, as estratégias defensivas são dirigidas no plano psíquico do sujeito, onde se forma a resistência que, mesmo não alterando a realidade por completo, minimiza as pressões da organização do trabalho. Diferentemente de mecanismos coletivos de defesa, onde o consenso dos trabalhadores e a presença das condições externas são necessários, os mecanismos individuais se sustentam em fatores que habitam a subjetividade do sujeito e são experimentados individualmente. A racionalidade subjetiva do trabalho é contraposta pela mobilização subjetiva que é crucial para o gerenciamento individual e coletivo da organização do trabalho, porque atenua a predominância do sofrimento psicopatológico, considerando que os processos sublimatórios e de modificação das angústias são determinados pela atividade produtiva real, derivada da confrontação entre o que é exigido pela organização e a resistência aos imperativos psíquicos para se cumpri-lo, pelas relações de cooperação e confiança, oriundas não apenas de vínculos

afetivos e éticos, mas também do mútuo reconhecimento em espaços de deliberação coletiva (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994; MENDES, 1995).

Da confrontação entre os processos psíquicos mobilizados pelo sujeito e realidade do trabalho, surge o que Dejours e Abdoucheli (1994) definem como psicopatologia do trabalho que é investigada, sob o enfoque dos processos dinâmicos entre os conflitos que decorrem entre a singularidade desse sujeito e a situação do trabalho exercido por ele que tende a reconstituir uma nova subjetividade, impactando naquela anteriormente existente. É neste aspecto que a vertente psicanalítica ganha relevo nos estudos em psicodinâmica do trabalho, já que os autores ressaltam que as ligações entre o adoecimento psíquico e as exigências do trabalho remetem a processos psíquicos específicos de cada sujeito, associados, sobretudo às histórias afetivas do seu passado. Diante disto, para a investigação da psicopatologia do trabalho, seria mais apropriado o uso de estratégias coletivas de coleta, em vez de entrevistas individuais, já que os fatores individuais esbarrariam em obstáculos metodológicos (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994), entretanto, a coleta individualizada não invalida os achados, devendo, contudo, se verificar recorrências comumente citadas pelos sujeitos, considerando que as estratégias defensivas são oriundas do consenso do conjunto de trabalhadores (MENDES, 2007).

Processo psíquico característico da Psicodinâmica, a sublimação é uma das formas pela qual o sujeito busca perceber, em outras pessoas, o reconhecimento social do seu trabalho, situação na qual ele desloca de si para outros, a significação e importância do seu trabalho, atribuindo-lhe caráter de validação. Socialmente aceito e respeitado, o trabalho passa a fornecer uma valoração pessoal que se vincula à identidade daquele que o exerce, convertendo-se em fonte de prazer. A sublimação é um processo de constante de conquista do reconhecimento do outro, uma instabilidade nesta dinâmica gera instabilidades na relação prazer-sofrimento (FERREIRA; MACÊDO; MARTINS, 2015). Uma importante observação sobre a sublimação advém de Martins (2009) que diferencia o reconhecimento do ser e do fazer, isto é, a sublimação gera prazer quando o sujeito percebe o reconhecimento vinculado à pessoa e não ao produto do seu labor.

O trabalho é o que intermedeia a subjetividade dos indivíduos e a realidade social e política, via sublimação. A sublimação tem suma importância na identidade dos sujeitos e o reconhecimento é resultado que esperam ao submeter seu trabalho à crítica (DEJOURS, 1992b). E assim, não há neutralidade no trabalho: ou ele gera saúde ou gera o adoecimento (FERREIRA; MACÊDO; MARTINS, 2015). Colocadas essas acepções, questiona-se se como é possível ter prazer psíquico em um trabalho fisicamente extenuante e arriscado. A

Psicodinâmica do Trabalho, dessa forma, apresenta arcabouço epistemológico adequado para compreenderem-se os meandros do trabalho policial, considerando as temeridades inerentes à profissão, as quais sujeitam o indivíduo a danos físicos e psicológicos, inclusive, risco permanente de morte. Mostra-se necessário, assim, articular aos ditames de referida corrente teórica às especificidades da profissão. Dessa forma, pretende-se, na seção seguinte, apresentar panorama teórico intrínseco à realidade do policial militar.

1.3 O trabalho na Polícia e o trabalho da Polícia Militar

As organizações policiais são instituições duráveis que exercem poder e controle dentro e fora das suas estruturas, especificamente as Polícias Militares são órgãos estaduais previstos na Constituição Federal de 1988 concebidos para realizar, dentre outros, o serviço de “[...] polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...] nas unidades federativas” (*BRASIL, 1988, Art. 144, caput*). Para Valla (2000) a versatilidade e eficiência dessas instituições policiais, consolidadas ao longo de vários anos de experiências cumulativas na história brasileira, comprovam que é um modelo que tem méritos pela solidez e estabilidade como mantêm-se prestando seus serviços.

Para Lazzarini (1994) não há como separar o Estado da Polícia, pois enquanto a missão precípua do primeiro é promover o bem comum, é por meio da atuação regulatória da Polícia que se garante a convivência minimamente ordeira entre os cidadãos, em que o exercício de direitos de um, não seja extrapolado e venha a ofender o direito de outro. Para entender o que fazem as instituições policiais, deve-se buscar compreender, segundo Monjardet (2003), pelo menos duas dimensões: uma, empírica, que descreve as instâncias, poderes, autoridades, as diversas corporações e os serviços que são identificados como ‘Polícia’, ou seja, tudo o que se relaciona às normas, ao funcionamento e à atuação literal dos policiais; e outra dimensão, a teórica, baseada na funcionalidade da ‘polícia’ e que permite formular conceituações derivativas que extrapolam a mera prática cotidiana e remete ao caráter especulativo sobre as funções da instituição e significações dos policiais (MONJARDET, 2003). Para os objetivos propostos no presente estudo, cujo enfoque está nos efeitos do trabalho e da organização do trabalho sobre a subjetividade e processo e adoecimento dos policiais militares do Distrito Federal, em termos de vivências de prazer e sofrimento, as duas dimensões propostas por Monjardet (2003) serão exploradas, já que elementos da segunda dimensão são, em grande parte, decorrentes dos fundamentos da primeira.

Para Monet (2006) a polícia não é um assunto tão simples de se tratar em razão da inexatidão das finalidades e objetivos que, normalmente, se diz serem de uma organização policial. Corporações policiais americanas e britânicas, por exemplo, afirma o autor, se definem como uma “delgada linha azul – *the thin blue line* - que separa a civilização da barbárie” (MONET, 2006, p.129). Monet (2006) afirma ainda que os policiais costumam descrever suas atividades como um trabalho missionário, sem limites exatos, acompanhado de um discurso moralizador, no qual reconduzem os pecadores para o bom caminho. Por sua vez, sabiamente, este autor afirma que “na realidade, a manutenção da tranquilidade e da paz públicas, a prevenção ou a dissuasão das atividades criminosas dependem de múltiplos fatores sobre os quais a polícia não tem muito domínio” (MONET, 2006, 130).

A Polícia Militar pode prestar serviços de maneira direta às pessoas, em uma solicitação de socorro, por exemplo, e de forma indireta com a mera presença física ou virtual capaz de produzir sensação de segurança, que por sua vez é subjetiva e inexata por um lado, mas pode representar boa prestação do serviço de policiamento preventivo, por outro. O trabalho policial militar pode ser medido também por indicadores estatísticos de criminalidade onde números altos de crimes podem representar ineficácia na prevenção. Entretanto, há inexatidões também nesta forma de avaliação dos serviços policiais já que inúmeros fatores sociais, econômicos, culturais estão relacionados ao aumento ou diminuição da criminalidade. E até mesmo indicadores como número de pessoas presas por crimes, número de armas apreendidas, veículos roubados ou furtados recuperados, drogas apreendidas podem ser indicadores questionáveis sem que haja, por parte dos cidadãos usuários dos serviços de policiamento certa percepção positiva em relação à Polícia. Este contexto é importante para entender a auto percepção dos policiais militares em relação ao trabalho que exercem por envolver dimensões que impactam na subjetividade. Talvez por esta complexidade e inexatidão proeminente, Monet (2006, p. 130) afirma que:

“É inútil, com efeito, procurar avaliar o papel da polícia examinando o que ela produz. Ao contrário, é capital saber quem são exatamente estes homens aos quais a sociedade confia meios materiais, financeiros e jurídicos tão consideráveis. O que fazem os policiais, importa, com efeito, menos para a sociedade do que a maneira como o fazem” (MONET, 2006, p. 130).

Na visão de Bobbio (1998, p. 944) as corporações policiais são instituições estatais que têm a obrigação de prevenir e reprimir delitos, além de praticar limitações de liberdades previstas em legislação vigente, cujos objetivos são manter a “ordem pública, em suas várias

manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais”.

Quando se trata do trabalho policial militar, não há como se mensurar produção de bens tangíveis ou serviços bem definidos que possam ser recebidos por uns, mediante contrapartida. Mesmo numa contemporaneidade marcada pela adoção cada vez maior de automação e de tecnologias, o papel do elemento humano como policial ainda é indispensável. A compreensão do trabalho policial militar é indissociável do conceito de *poder de polícia*, um atributo da Administração Pública outorgado aos seus agentes a fim de que possam restringir ou disciplinar direitos individuais ou coletivos em razão do interesse público no que se refere “à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos” (BRASIL, 1966, art. 78). O poder de polícia é um princípio jurídico do Estado Democrático de Direito pelo qual órgãos estatais, legalmente constituídos e regulamentados exercem formas regulatórias com a finalidade de garantir o pleno exercício das leis e de fazer cumprir as normas em âmbito privado e coletivo.

Cretella Júnior (1985) compreende que o poder de polícia é um direito do Estado, uma faculdade da atividade da Polícia que, por sua vez é uma força organizada para atuar coercitivamente sob os auspícios da legalidade em prol da coletividade, prevenindo enquanto força de segurança pública, a criminalidade.

A profissão policial militar enfrenta contradições, uma delas diz respeito ao fato de que ao mesmo tempo em que os sujeitos estão inseridos em uma organização com práticas gerencialistas clássicas, controladora, burocratizada, verticalmente hierarquizada, com prescrições de condutas, por outro lado, esses mesmos sujeitos necessitam de autonomia e discernimento para atuar em cenários praticamente impossíveis de serem prescritos dados os incontáveis desencadeamentos possíveis para situações de emergência para as quais são demandados. Se, por um lado, a organização policial exerce forte controle socioafetivo sobre seus agentes, com prescrições de condutas que tutelam até mesmo a esfera privada dos sujeitos, por outro, o campo de atuação dos policiais militares, perante as demandas sociais típicas de polícia ostensiva e preventiva, exige discernimento, criatividade, percepção situacional, tomada de decisão em curto espaço de tempo, autocontrole, além de habilidades físicas e psicológicas em variadas situações de ruptura da normalidade, demonstrando uma dissonância entre o trabalho real do trabalho prescrito.

Aos militares são impostos deveres e restrições, respaldados na Constituição Federal de 1988, dentre elas, a proibição de envolvimento político-partidário, a impossibilidade de greve ou filiação sindical e a inexistência de adicional remuneratório por serviços noturnos

são os exemplos mais notórios que os diferenciam das demais categorias de trabalho. Ser, dever e querer se confundem.

A hierarquização militar denota o cumprimento de uma cadeia de comunicação formal pré-estabelecida e pressupõe barreiras na livre comunicação com as chefias para exposição de demandas, o que costuma ser fator de sofrimento. As prescrições regulamentares e a exigência de condutas pessoais ilibadas e exemplares demandam dos profissionais, na esfera pública e privada, constantes esforços de auto-regulação, a fim de se enquadrarem naquilo que é apresentado como ideal e obrigatório para o ingresso e permanência nas fileiras da instituição policial militar. Trata-se de uma profissão híbrida no que se refere à natureza, sendo, por um lado, uma atividade típica de polícia preventiva através da ostensividade dos uniformes, principalmente, e, por outro lado, uma profissão militar regulamentada na Constituição Federal de 1988 com obrigações e normas inerentes ao militar. Essa aposição exige a compreensão de como e por que se busca moldar os policiais em um estereótipo específico, sob preceitos éticos e morais, e a que ponto esses discursos são absorvidos e apropriados pelos indivíduos para, então, descortinarem-se alguns efeitos na subjetividade desses profissionais.

Dentre as várias atribuições profissionais, policiais militares lidam com a regulação das condutas das pessoas, prestam-lhes assistência e socorro em situações críticas, conciliam divergências, apoiam outros órgãos governamentais, garantindo-lhes segurança, além de outras atividades, em geral, desempenhadas em situações que lhes exigem lidar com antagonismos, atritos, rupturas ou iminência de rupturas da normalidade.

Quando atuam nas mais diversas e variadas situações do dia a dia, policiais militares representam a força que garante a lei e a ordem. Para Balestreri (2002, p. 27) o policial militar, “emblemata o Estado, em seu contato mais imediato com a população”. Balestreri (2002, p. 41) afirma ainda que “a Polícia ocupa no inconsciente coletivo um papel pedagógico, arquetípico, co-estruturante da consciência moral”. Isso permite concluir que tem a capacidade única de causar bem-estar ou desastroso desconforto junto a Sociedade. Para Balestreri (2002, p. 29) “A Polícia é, portanto, uma espécie de superego social, indispensável em culturas urbanas, complexas e de interesses conflitantes, contenedora do óbvio caos a que estaríamos expostos na absurda hipótese de sua inexistência”.

Todo policial deve, contudo, pautar suas ações pela obediência estrita aos direitos constitucionais e às previsões das leis. No uso da força, por exemplo, devem escalonar gradativamente a danosidade dos meios empregados de acordo com a necessidade e a proporcionalidade que a circunstância permitir. Tais fatores encontram-se intimamente

relacionados com dois importantes atributos do poder de polícia, a discricionariedade e a coercibilidade. Pelo primeiro atributo, o agente policial tem liberdade de agir administrativamente segundo a conveniência e a oportunidade, dentro dos limites da lei; pelo segundo atributo, os agentes públicos têm o poder-dever de impor a aplicação da norma, desde que haja razoabilidade e que sejam respeitados os limites previstos (ACQUAVIVA, 2001).

1.3.1 Policial Militar: trabalhador em risco constante

O Ministério da Saúde do Brasil (MS) considera trabalhadores pessoas que exercem atividades formais ou não para sustento próprio ou de dependentes, contemporaneamente submetidos a tecnologias e modelos organizações que lhes atribuem altas cargas de exigências às quais evidenciam a necessidade de políticas e serviços de saúde capazes de atender às demandas de saúde com maior eficácia tendo em vista a complexidade envolvida na relação saúde-trabalho (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001, p. 17).

O MS define a saúde do trabalhador como área da Saúde Pública que enfatiza as relações entre o trabalho e a saúde, cujos objetivos, são: “a promoção e a proteção da saúde do trabalhador, por meio do desenvolvimento de ações de vigilância dos riscos presentes nos ambientes e condições de trabalho, dos agravos à saúde do trabalhador e a organização e prestação da assistência” (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001, p. 17). Diante disto, advém a constatação de que “a inter-relação de condicionantes socio-econômicos, tecnológicos e organizacionais importa por afetar as condições de vida dos trabalhadores e ensejar em fatores de risco ocupacionais capazes de causar adoecimentos” (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001, p. 27).

O MS reconhece que existem recursos e instrumentos para a investigação e constatação do nexo causal entre saúde-trabalho-doença, mas que apesar das técnicas de investigação “é imprescindível considerar o relato dos trabalhadores, tanto individual quanto coletivo [...], muitas vezes, apenas os trabalhadores sabem descrever as reais condições, circunstâncias e imprevistos que ocorrem no cotidiano” (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001, p. 29). Por sua vez para a Organização Pan-Americana para Saúde na Américas (OPAS) o acesso a programas de saúde ocupacional é imprescindível para o enfrentamento das adversidades decorrentes do trabalho, pois “as doenças, mortes e lesões relacionadas com o trabalho não só estão determinadas pelos riscos ocupacionais tradicionais e emergentes, mas também por determinantes sociais” (OPAS, 2007, p. 251).

Policiais militares, portanto, são trabalhadores e conhecer as adversidades inerentes à sua profissão, sob o ponto de vista dos seus relatos tem grande importância para a compreensão das consequências que incidem nos sujeitos que exercem esta profissão. Ocupações que submetem os trabalhadores a altas cargas de estresse aumentam os riscos de morbimortalidade, considerando que os problemas psicofisiológicos tendem a se acumular ao longo do tempo, sobretudo, porque são acompanhados, principalmente no caso dos policiais, de hábitos de enfrentamento das pressões que tendem a ser maléficos, como o tabagismo, o alcoolismo, o sedentarismo e os transtornos alimentares (GERSHON, LIN e LI, 2002).

As profissões policiais aumentam e agravam esses episódios em virtude da excessiva burocratização organizacional, canais restritos de comunicação entre chefes/chefiados, pela rigidez das formalidades, pelos inúmeros fatores de risco inerentes ao contato direto com o público em geral, pelos excessos nas exigências e nos controles de condutas que impõem pressões e, em geral, por não se apresentarem maneiras claras ou suficientes de atenção institucional às consequências geradas nos policiais. Há indícios na literatura, conforme Gershon, Lin e Li (2002), de que o estresse no trabalho pode resultar em comportamentos inadequados ou desviantes, dentro e fora do ambiente de trabalho, além de ensejar em “altos índices de insatisfação com o trabalho, moral baixo, baixa produtividade, alta no absentismo, alta rotatividade, aposentadoria precoce, altas taxas de acidentes, má relações públicas e alta incidência de ações judiciais” (GERSHON; LIN; LI, 2002, p. 161).

Moreira e Nogueira (1999) afirmam que o trabalho da Polícia é, em verdade, a busca de um ideal de um mundo com menos conflitos ou transgressões, mas que isso não passa de um ideal, já que desde cedo todos policial aprende que sua atuação é incessante e ininterrupta, razão pela qual as autoras comparam o serviço policial ao “Mito de Sísifo” onde toda rocha carregada morro acima é rolada morro abaixo, em um eterno e constante recomeço repetidamente feito em vão. Entretanto, as autoras observam que em um emprego comum, enquanto os recém-ingressantes são moldados para ‘vestir a camisa da empresa’ e aderir a comportamentos que levem a uma maior produtividade, na Polícia Militar espera-se uma adesão transcendental, pois é o “ideal de um homem que está em causa, e isso faz diferença”, principalmente considerando a identificação com um grupo que compartilha formas padronizadas de procedimentos, vestimentas e, acima de tudo, ideais comuns (MOREIRA; NOGUEIRA, 1999, p. 36).

A exposição da própria vida no cumprimento dos deveres profissionais, o contato frequente com a violência e o perigo expõe os policiais a situações estressoras que, para Lipp (1996), exigem esforços adaptativos que repercutem seriamente na saúde desses indivíduos e

estão diretamente associados ao absenteísmo no trabalho, aos transtornos psíquicos, aos problemas emocionais e, inevitavelmente, impacta na prestação do serviço público.

Liberman *et. al* (2002) concluíram que a exposição a estressores rotineiros no trabalho, mais do que os incidentes traumáticos eventuais, causou maior aflição e sofrimento psíquico aos policiais americanos participantes da pesquisa. Por meio de análises multivariadas, os autores afirmam que os efeitos cumulativos da atividade policial cotidiana têm maior impacto enquanto estresse ocupacional rotineiro do que episódios críticos, sendo, portanto, um fator de risco para distúrbios psíquicos menores entre policiais e um forte preditor de sintomas de estresse pós-traumático e outros distúrbios mais graves.

A natureza da profissão policial exige esforços cotidianos para suportação das situações complexas no trabalho. Provavelmente, por esse e por outros motivos, exista por parte das organizações policiais, uma exigência de rusticidade psicofisiológica aos interessados em se tornarem policiais. Essa rusticidade teria por objetivo, por exemplo, dessensibilizar a dimensão afetiva dos sujeitos, blindando-os para situações em que a inibição de certos sentimentos abrandaria ou, até mesmo, impediria o risco de sofrimento ante às adversidades alheias.

O processo de ingresso de indivíduos na Polícia Militar do Distrito Federal ocorre por meio de concurso público para provimento de cargos e desde o início desse processo seletivo, alguns quesitos são explicitados como indispensáveis para o candidato, como a observância das relações de hierarquia e o cumprimento de regulamentos orientadores dos comportamentos. Os meios pelos quais as organizações se impõem aos indivíduos exercendo sua dominação, seja ideológica, política, burocrática ou econ mica, são importantes instrumentos para a compreensão das formas e estruturas de poder interno.

Os cursos de formação são realizados em espaços carregados de elementos disciplinadores, sendo a busca pela padronização uma constante para manutenção da ordem vigente na organização. Fornecer sentido ao trabalho   a chave para o engajamento total dos indivíduos, sendo a normatização um processo já conhecido pelas ciências administrativas como garantidora da ordem vigente e das relações de poder, com enfoque na homogeneização (WEBER, 1999; SEGNINI, 1989). As imposições quanto às aparências físicas abarcam a padronização do corte de cabelos, ao uso de uniformes dotados de similaridades que visam a ocultar diferenças aparentes.

O policial militar   formado sob a égide da hierarquia e intensa obediência às normas estabelecidas, em que a autonomia   suprimida para atender ao desenho de atuação institucional ante ao cenário de enfrentamento cotidiano na segurança pública. Nesse contexto,

a busca da padronização das ações e a limitação da autonomia decisória diante de situações de rupturas da normalidade são exaustivamente enfocadas nos treinamentos iniciais que pautam pelo condicionamento mecanicista de respostas (KANT DE LIMA, 2007).

Ao estudarem corporações policiais dos Estados Unidos, Van Maanen e Schein (1979) definiram que a formação da identidade policial é fortemente influenciada pela cultura organizacional e pelo discurso praticado pelos instrutores. Van Maanen (1983), ao mirar uma corporação policial norte-americana, constatou que os policiais de nível intermediário (aqueles entre os gestores e os executores de ponta) são os grandes replicadores e intérpretes da cultura organizacional policial e constatou que há notória relação de dominação e poder nas alocações hierárquicas e funcionais dentro da polícia.

Uma conclusão pertinente para esta sessão, no entanto, advém de Monet (2006) que afirma que mesmo existindo normas gerais que balizam as atividades policiais, normas legais que buscam delimitá-las e prescrições organizacionais que tentam ordenar de maneira lógica o ‘fazer policial’, tais normatizações são menos determinantes do que as lógicas situacionais em que imperam a personalidade, os valores e as motivações individuais do próprio sujeito, isto é, do policial.

1.4 Trabalho policial no Brasil: riscos e adoecimento

No Portal CAPES foram usados como termos de busca “*Polícia Militar*” e “*sofrimento*” para o período entre 2005 a 2015 foram retornados 29 trabalhos que após analisados apontaram que as exigências da profissão policial, especialmente a polícia militar, deixam os sujeitos altamente suscetíveis ao desenvolvimento de patologias associadas à atividade profissional. Pelo fato de aparecerem citadas nos trabalhos do período considerado, algumas pesquisas anteriores ao recorte especificado foram consideradas relevantes e compõem o referencial teórico.

Dentre as primeiras publicações brasileiras que abordaram os impactos da organização e da natureza do trabalho sobre a saúde de policiais encontra-se o estudo de Amador (1999) para quem, elementos como o contato frequente com a violência, as pressões e exigências laborais exercem forças inabituais aos policiais, sendo fontes de agentes estressores incomuns a outras carreiras profissionais. A autora, categoricamente, afirmou que a violência praticada por policiais deve ser investigada, dentre outras perspectivas, como questão de saúde pública, por se tratar, em verdade, de um tipo de mecanismo defensivo, que permite ao sujeito manter-se trabalhando no limiar da descompensação psíquica, mascarando a realidade de sofrimento e

de desajuste no trabalho. Os transtornos psicofisiológicos e desvios graves de condutas, argumenta ainda a autora, devem ser investigados considerando aspectos relacionados à organização do trabalho, à natureza da atividade policial e os impactos na saúde mental dos policiais militares.

Para Lima (2003), o estabelecimento de vínculos deterministas entre o exercício profissional e a saúde mental não é tarefa simples. Para o autor, levantamentos brasileiros da década de 90, no entanto, permitiram verificar indícios de que indivíduos que exerciam certas profissões eram acometidos por transtornos em incidência maior do que outras pessoas. Diante disto, a autora apontou que as pesquisas indicavam que suicídio, alcoolismo e transtornos de estresse pós-traumático incidiam em policiais militares muito mais do que na população em geral. Espaços institucionais para lidar com problemas emocionais ainda era um tabu nas instituições policiais militares e o culto ao estereótipo do policial como autossuficiente e inatingível por problemas psicológicos ou emocionais potencializava a recorrência e que era possível encontrar relação direta com as pressões da atividade policial, com o contato frequente com a violência, com a organização do trabalho marcada pela impessoalidade, pela hierarquia e disciplina, além da carga horária de trabalho e de questões salariais. Diante disto, Lima (2003, p. 91) concluiu que as evidências mostravam que o “exercício de certas profissões expõe os indivíduos a elementos nocivos à sua saúde mental”.

Corroborando com o cenário apresentado, Barcellos (1999) constatou que, na Brigada Militar do Rio Grande do Sul existe enorme precariedade nas condições de trabalho que, somada à rigidez inerente à própria natureza da instituição policial militar, constitui por si só como fonte de sofrimento mental que extrapola os limites do ambiente do trabalho e alcança o próprio universo de existência do sujeito.

O trabalho da Polícia, enquanto organização estatal que detém o uso exclusivo da força, é dualístico no sentido de que, ao mesmo tempo em que os policiais se inserem na sociedade, também se colocam fora dela para regular as relações dos demais indivíduos (ENDO, 2005). Decorre dessa dualidade um fenômeno que atribui aos agentes da Polícia um posicionamento igualmente paradoxal quando esses também são componentes da sociedade como um todo e indivíduos, fora dela, que regulam os de dentro. Dessa relação, o policial acaba ocupando um “não-lugar” ao representar o poder público de vigilância e regulação da sociedade em caráter ininterrupto e, ao mesmo tempo, estar inserido nesse coletivo (SILVA, 2009, p. 62).

Ao investigar o sofrimento psíquico de policiais militares da cidade de São Paulo, submetidos a um programa de acompanhamento e apoio psicossocial, principalmente de

prevenção e restabelecimento da saúde mental, PIVA (2005), por meio de relatos advindos de entrevistas semidirigidas, encontrou forte influência dos aspectos relacionados ao trabalho e à organização sobre a subjetividade dos policiais militares. Para a autora, “quando um cidadão comum ingressa na carreira policial percorre um longo caminho até ser moldado dentro das perspectivas da corporação. Ao término do curso de formação será outro, e ao mesmo tempo, aquele que foi um dia” (PIVA, 2005, p. 44).

Piva (2005) constatou que os policiais militares não desenvolvem mecanismos defensivos suficientes para uma manutenção apropriada da saúde mental, diante das exigências organizacionais. A autora concluiu que existe sofrimento patogênico e que alguns sentimentos como fragilização e medo não se coadunam com o trabalho policial militar, razão pela qual os policiais desenvolvem mecanismos que mascaram essas vivências como: a banalização e desprezo pelo perigo e a racionalização da realidade. A auto-repressão psíquica, contudo, foi o mecanismo que mais se manifestou entre os policiais, por ser a maneira pela qual os sujeitos contêm a própria espontaneidade, as emoções e pensamentos, sobretudo para manter-se dentro das prescrições regulamentares e das expectativas estabelecidas pelo próprio grupo.

Oliveira (2005) enfocou os significados do serviço de plantão psicológico oferecido por psicólogos e estagiários do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo a policiais militares de duas unidades entre os anos de 2001 e 2004, segundo a perspectiva destes policiais. O autor descreveu que o público atendido pelo serviço, os policiais militares, se prestam a cumprir exigências excessivas e estando em “contato direto com diversas formas de miséria, morte (não só a visão da morte do outro, mas a possibilidade da própria), situações de crises e desamparo” nem sempre têm formas de cuidarem de si próprios (OLIVEIRA, 2005, p. 72). A ideia de oferecer um serviço de atendimento específico para os policiais militares se deu devido à possibilidade de oferecer um espaço de acolhimento, que pudesse prestar auxílio a sujeitos que integram uma categoria profissional sujeita a exigências como nenhuma outra, dentro de uma instituição que produz uma junção muito forte entre ela mesma e o sujeito. O autor verificou que os policiais, ao procurarem o serviço psicológico, rompiam um obstáculo arraigado na cultura interna da instituição ao admitirem uma fraqueza ligada a alguma angústia ou sofrimento além dos próprios limites de suportação. Concluiu que os policiais perceberam o serviço psicológico de forma positiva como uma maneira de dar vazão a sentimentos reprimidos, uma atenção mínima de que necessitam apenas para falar o que sentem, desvelando-se a si mesmos.

Spode e Merlo (2007) problematizaram a questão da segurança pública brasileira a partir de uma realidade, segundo os autores, pouco conhecida ou explorada no cenário acadêmico nacional: a dos policiais militares enquanto uma categoria de trabalhadores inseridos em contextos de ambiguidades. De acordo com os autores, policiais militares são vistos ora como heróis, ora como vilões, exatamente porque têm a obrigação de conter a violência, mas, que ao fazê-lo, muitas vezes podem produzi-la. A pesquisa teve como alvo oficiais intermediários da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e buscou compreender as relações entre as subjetividades e a saúde mental do público alvo. Os pesquisadores constataram que havia uma predominância de vivências de sofrimento entre os policiais e que, grande parte, era decorrente dos mecanismos de controle, característicos da organização do trabalho policial militar, que mantêm pressões constantes e balizam as condutas pessoais dos policiais por meio do “alto rigor prescritivo e alicerçado em um sistema de disciplina e vigilância também permanentes” (SPODE; MERLO, 2007, p. 362). Os autores concluíram que a profissão policial militar, em decorrência de condutas morais que a regula, vincula fortemente os valores e comportamentos dos policiais ocupando uma posição central na produção de subjetividades do grupo de policiais estudados. O excesso de carga de trabalho e a precariedade tanto na área administrativa quanto na operacional foram condições que atreladas aos riscos mantêm os sujeitos o tempo todo mobilizados e, portanto, constantemente sujeitos ao sofrimento.

Sartori (2006), por meio de observação direta, de análises das tarefas, do levantamento de fatores específicos e de entrevistas, considerou que a organização e as condições do trabalho são fontes de sérios problemas para os policiais militares. O autor concluiu que policiais militares pertencem a um grupo de risco altamente suscetível a problemas decorrentes do trabalho, sendo um deles a ‘Síndrome de *Burnout*’, em razão de condições que os levam à exaustão emocional, à despersonalização e à frustração. Sartori (2006) constatou que a unidade policial militar analisada é uma burocracia mecanizada e que o alto nível de exaustão emocional constatado (37%), aliado à despersonalização (44%) e também ao baixo nível de realização pessoal (58%) são evidências que se associam à ocorrência de *burnout*. O autor afirma que os veículos, os equipamentos de segurança e as ferramentas de trabalho (quesitos associados à exaustão emocional e à despersonalização) somados à idade, tempo de serviço e sexo dos policiais (associados à realização pessoal) são itens que devem ser analisados, concomitantemente, com medidas educacionais e organizacionais capazes de amenizar e reverter o quadro negativo existente.

Minayo, Souza e Constantino (2007) afirmam que a exposição ao risco (devendo esse ser entendido como uma condição intrínseca à profissão policial e não '*mero acidente*') é um fator que causa extremos desgastes físico e mental nos policiais, provocando neles pressões e níveis de estresses diferentes dos níveis de outros profissionais. Afirmam ainda esses autores que "as situações de risco vividas e percebidas impregnam o ambiente de trabalho, a pessoa e a instituição" (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007, p. 2768). Dentre os achados, os autores verificaram que, mesmo fora dos horários de trabalho, os policiais da amostra encontravam-se mobilizados o tempo todo, o que se lhes atribui cargas laborais extras.

Constatações das consequências negativas do exercício da profissão policial militar relacionadas à organização do trabalho e à precarização também foram feitas por Da Silva e Vieira (2008), quando os autores aplicaram pesquisa qualitativa na Polícia Militar da Paraíba. Esses autores concluíram que as condições precárias de trabalho (relacionados a equipamentos defasados, falta de recursos financeiros, salários desproporcionais e falta de capacitação profissional), o nível de exigências e o ambiente de violência com aumento significativo nos índices são fatores que acarretam extremo sofrimento psíquico aos policiais militares, com a recorrência de casos de depressão, alcoolismo e suicídio, agravados por estarem, "na maioria das vezes, no limiar entre a vida e a morte" (DA SILVA; VIEIRA, 2008, p. 166).

Silva (2008) ao estudar a prevalência Diabetes Mellitus tipo 2 e a Tolerância Diminuída à glicose em policiais militares de Teresina, Piauí, com fatores de risco constatou que os policiais estão sujeitos a potencializadores de risco como sedentarismo, alimentação inadequada, índice de massa corporal elevado, bem como acúmulo de gordura. A autora afirma que a diabetes é um sério problema de saúde pública no mundo e no Brasil a prevalência é considerada alta, em torno de 7,6% da população. Numa amostra aleatória de 484 policiais militares do sexo masculino com idades entre 30 a 59 anos, de Teresina, os resultados apontaram 5,8% de indivíduos diabéticos dos quais, 3,6% somente descobriram a doenças durante a realizada da pesquisa. Silva (2008) concluiu que a incidência tinha relação direta com a idade e inversa com a escolaridade dos pesquisados e que em Teresina, pesquisa anterior, com a população geral, apontou índice de incidência 4,5%, menor, portanto do que a encontrada entre o grupo de policiais pesquisados.

Reis Júnior (2009) avaliou a composição corporal de 70 policiais militares do serviço operacional de um batalhão da Polícia Militar do Estado de Goiás, pouco mais de 80% da população da unidade policial com idades entre 28 a 46 anos, todos do sexo masculino.

Avaliando o índice de massa corporal, Reis Júnior (2009) constatou que 52% dos policiais militares apresentavam sobrepeso e 8% deles eram considerados obesos o que o fez concluir que se tratava de um grupo de indivíduos passíveis de sofrerem doenças relacionadas ao sedentarismo e à alimentação inadequada. Para o autor, policiais militares alocados em atividades-fim da polícia, ou seja, no serviço operacional de atendimento às solicitações da população são compelidos a estarem cada vez mais inseridos nas escalas de serviço, o que lhes atribui cargas horárias de riscos, pressões psicológicas e exigências fisiológicas, sem atividades compensatórias de exercícios físicos ou outras atividades que lhes permitam cuidar da saúde em geral. Para o autor, sobrepeso e obesidade são fatores que contribuem para o aparecimento de doenças crônicas e outras incapacidades e afirma que a dinâmica de exigências no trabalho ocasiona desgastas de toda ordem e:

“Tem gerado policiais militares envelhecidos, desgastados fisicamente por doenças hipocinéticas e doenças crônico-degenerativas [...], sobretudo obesos e com a composição corporal totalmente alterada, além de produzir um índice de absenteísmo altíssimo para a instituição que deveria ser composta por pessoas de boa saúde” (REIS JÚNIOR, 2009, p. 2).

Para Silva (2009) a preocupação com a violência e com a segurança envolve indubitavelmente compreender a realidade daqueles encarregados diretamente de prestar serviços de prevenção e repressão a crimes. Nesse tocante, a autora afirma que a atividade do policial militar e os aspectos precipitadores do sofrimento e suas implicações na sua saúde mental devem permear os estudos sobre violência e segurança, ao considerar que os policiais que se encarregam de lidar com a violência estão mais vulneráveis a ela do que qualquer outro cidadão. Para a autora, os policiais militares estão abandonados às próprias neuroses decorrentes das exigências profissionais e que uma forma de redução das tensões e de proteção do aparelho psíquico ocorre pela negação ou repressão.

Ao utilizarem o próprio corpo como ego corporificado, ressalta a autora, o fazem como forma de garantir a proteção e segurança diante dos perigos e exposições ao risco, sem que outras instâncias psíquicas, reflexivas e críticas sejam mobilizadas. As soluções para esta reação neurotizada poderiam ocorrer, como aponta Silva (2009) baseando-se em acepções freudianas, pelo menos de duas formas: um sentimento de segurança completo e verdadeiro por parte do próprio policial ou formas compensatórias o que é quase impossível já que a natureza do trabalho policial praticamente impede garantir ao policial militar um estado de segurança. Por outro lado, conclui Silva (2009, p. 65) as formas de compensação à vivência

do perigo, poderiam ser focadas com medidas que buscassem a “melhoria das condições de trabalho, remuneração, reconhecimento do Estado e da população”.

De Oliveira e Dos Santos (2010) constataram que do estresse extremo a que os policiais militares estão submetidos, quadros de desequilíbrio emocional se desenvolvem. Consideraram como fatores estressantes o fato de os policiais exercerem uma profissão perigosa, no qual têm pouco ou nenhum controle sobre o processo (incerteza das demandas), contato com situações de conflito e sofrimento alheio, horários e jornadas de trabalho longos, insuficiência de meios para execução dos trabalhos, remuneração insatisfatória, dentre outros. A repercussão na vida pessoal dos policiais militares é, segundo as autoras, fonte de sérios distúrbios psíquicos. Para efeito do estudo realizado, as autoras consideram que “estresse é uma reação emocional na qual o corpo produz substâncias que terão um efeito no organismo, visando protegê-lo de alguma situação que cause medo, confusão ou excitação (DE OLIVEIRA; DOS SANTOS, 2010, p. 229). Por meio de instrumento psicométrico aplicado a uma amostra de 24 policiais militares de São Paulo encarregados de missões eminentemente operacionais, as autoras constataram que 91,7% dos policiais se percebiam como estressados, 41,7% deles admitiram já terem agido impulsivamente no atendimento policial e 88,3% já se sentiram emocionalmente esgotados após um dia de serviço. O estudo apontou também que 62,5% dos policiais às vezes se percebiam agressivos durante o trabalho e ainda que 20,8% já pensaram em suicídio além de 8,3% jamais se sentiram realizados com a profissão.

Levantamento realizado pela Secretaria da Segurança Pública de Santa Catarina associou a natureza do trabalho policial às instabilidades psicológicas apresentadas por agentes de segurança pública desta Unidade Federativa. O estudo conduzido pela doutora em Psicologia Maria Helena Hoffmann e sua equipe técnica constatou que os efeitos nocivos aos agentes de segurança decorrem dos eventos estressores originados no ambiente de trabalho, suas condições gerais e formas de organização. Questões como remuneração, carga horária, materiais e equipamentos, divisões hierárquicas, turnos diurnos, associadas ainda às atividades extras, a fim de complementar a renda salarial, impõem uma rotina de intensos encargos emocionais, psíquicos e fisiológicos e impactam no equilíbrio biopsicossocial, na motivação, na autoestima e na eficácia no trabalho (SANTA CATARINA, 2010)

Em pesquisa qualitativa realizada em uma unidade da PMDF, Pena (2011) constatou que, na PMDF, existe um número expressivo de policiais obesos. A autora buscou investigar o fenômeno, tendo como enfoque compreender o mecanismo psíquico que impulsiona o indivíduo a comer em quantidade e qualidade inabitual. Com a pesquisa, a referida autora apontou indícios de que há uma relação compulsiva de comer como forma de enfrentamento

às pressões do trabalho policial. Dentre os entrevistados da pesquisa, Pena (2011) encontrou um que, convictamente, atribuiu sua compleição corporal avantajada à rotina de trabalhos noturnos e de serviços extraordinários (não previstos). Outro policial militar entrevistado apresenta uma fala que emblematiza as pressões relacionadas à profissão:

“Moacir: Quando você deixa de lado as responsabilidades da profissão, você tira um fardo, um piano das suas costas. Deixo de lado os regulamentos. Você segue tanta norma, horário e regulamento e quando você sai você quer o seu espaço, quer fazer o seu horário e não tem regra para nada” (PENA, 2011, p. 66).

A pesquisa de Pena (2011) concluiu que, na PMDF, o descontrole alimentar dos policiais é precedido por forte sofrimento psíquico, ansiedade e sensação de vazio, funcionando a compulsão de comer como uma alternativa compensatória, e que a obesidade é uma espécie de transgressão proposital dos policiais militares ao arquétipo desejado pela Polícia Militar, uma forma de expressão da singularidade do sujeito, que o permite ser afastado de serviços operacionais e, assim, ser poupado de pressões “como um grito de libertação de exigências sociais, estéticas e morais construídas no seio da cultura” (PENA, 2011, p. 73). A autora evidenciou que esses policiais podem estar utilizando o próprio corpo como fortaleza protetora contra vivências de sentimentos angustiantes, contra o desamparo e contra a solidão, entrando num processo de passividade ante o esforço para alcançar o que antes desejavam ou o que o grupo aponta como ideal.

Moreira (2011) utiliza o contexto sócio-histórico cultural da Polícia Militar do Estado do Tocantins para compreender as dinâmicas relacionadas à prevenção da criminalidade e para propor uma intervenção para a construção da cultura de paz entre os policiais militares. A autora constatou que uma das principais queixas entre os entrevistados estava na falta de apoio institucional da corporação o que refletiria diretamente no trato com a população, gerando eventos cíclicos onde o policial se sentindo desamparado, destrata as pessoas que necessitam do seu apoio, o que gera sentimentos negativos da população contra os policiais e a própria instituição policial, ocasionando “um ciclo negativo de ressentimentos e avaliações negativas” (MOREIRA, 2011, p. 130). A autora concluiu que há um descompasso, no caso da Polícia Militar do Estado de Tocantins e os policiais militares entrevistados, notoriamente devido à falta de integração entre a instituição e seus membros o que gera descontentamentos e reflete negativamente no atendimento ao público. Além de uma construção de representação social negativa das Polícias Militares, construída ao longo de várias décadas, Moreira (2011) atribuiu à mídia um papel que contribui para a ideia errônea de que se deve ter medo da

Polícia e, ao mesmo tempo, de que violência se combate com mais violência. Moreira (2011) ainda traz uma concepção de que pessoas submetidas a trabalhos que exigem a mobilização de fortes emoções em contextos onde não são praticamente inócuas, tendem a desenvolver uma passividade diante das experiências que vivenciam, aceitando com naturalidade certos fatos que chocariam a maior parte das pessoas, expondo-os “aos limites da própria condição humana” (MOREIRA, 2011, p 142).

Müller (2012) estudou um grupo especial de um batalhão da Brigada Militar da cidade gaúcha de São Leopoldo, utilizando metodologia da Psicodinâmica do Trabalho. Para Müller (2012) a profissão policial militar vulnerabiliza e expõe os sujeitos ao estresse ocupacional, deixando-os suscetíveis às doenças mentais e comportamentais. Em estudo similar, Pignataro (2010) aplicou pesquisa entre os anos de 1997 e 2009 e constatou que na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, 45,48% das reformas de policiais militares (o equivalente à aposentadoria definitiva) ocorreram em razão de doenças psiquiátricas, seguidas por doenças do trato cardiovascular 12,6% e lesões decorrentes de acidentes 11,52%.

Por fim, Müller (2012) confirmou o que outros estudos já afirmavam, a instituição policial marca profundamente o corpo e a subjetividade dos policiais. Para a autora, os achados apontaram diferenças entre os policiais militares do grupo especial e os policiais militares que desempenham funções habituais da Polícia Militar, enquanto nos primeiros identificou-se a prevalência de vivências de prazer no trabalho, nos últimos a literatura aponta sempre a predominância de vivências de sofrimento e problemas de adoecimento psíquico. Para a autora, as evidências apontaram que fatores como a percepção de se desempenhar um trabalho socialmente importante e reconhecido, atividades pouco rotineiras que possibilitam liberdade para utilização de criatividade e inventividade no trabalho, além de fazerem parte de um grupo que se apoia e se motiva mutuamente, em relações hierárquicas ainda rígidas, porém marcadas por maior cooperativismo e por menos barreiras para diálogos impactavam nas vivências de prazer dos policiais.

Ferreira (2013) buscou analisar o padrão de consumo de álcool em policiais e os seus fatores de risco envolvidos e constatou que a prevalência de uso de álcool entre policiais brasileiros com índice de dependência alcoólica entre 3% a 19,2%. O autor constatou que os policiais brasileiros têm maior prevalência de uso de álcool do que a população brasileira em geral, estando esta situação associada à exposição a fatores de estresse ocupacional e pessoais com consequências fisiológicas, psíquicas e sociais e impactos na morbidade e mortalidade. Ferreira (2013) argumentou que a frequente exposição a situações críticas, somadas às vivências de emoções negativas, incidência de ansiedade e depressão são fatores preditores do

consumo de álcool entre os policiais brasileiros e são decorrentes da incapacidade de ajustamento às demandas laborais. Além disso, o autor identificou fatores da cultura organizacional de encorajamento ao consumo do uso de álcool em que policiais com menor tempo de corporação adotam o uso de álcool como forma de alívio das pressões do trabalho.

Em pesquisa realizada na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), com recorte entre os anos de 2006 a 2007, constatou-se que 63,7% dos policiais militares sofriam de problemas de hipertensão arterial, índice maior do que aqueles encontrados na população em geral do Rio de Janeiro. Na pesquisa, Borges (2013) descreveu o trabalho do policial militar como extremamente desgastante, por sujeitar os profissionais, constantemente, ao perigo e à violência, mantendo-os em estado de alerta permanente, sob intensos encargos emocionais, em horários de trabalho irregulares, normalmente noturnos, mas também sob forte sol, chuva ou calor intenso, em posições desconfortáveis. Recorrendo a dados estatísticos de 2009, o autor constatou, também, a recorrência de “transtornos neuróticos e transtornos relacionados ao estresse (70%), transtornos de humor (18%), outros transtornos mentais e comportamentais (5%)” (BORGES, 2013, p. 678). Os afastamentos do serviço, no ano de 2010, foram em decorrência, principalmente, de lesões por causas externas, doenças do sistema osteomuscular, transtornos mentais e comportamentais. Para o autor, trata-se de uma profissão que acarreta sérias implicações, não apenas para a saúde dos policiais diretamente, mas também para as pessoas das suas relações sociais.

Jesus, Mota e Jesus (2014) pesquisaram sobre fatores associados ao risco cardiovascular em 316 policiais militares de Feira de Santana-Bahia e constataram, a partir da medição da circunferência abdominal, considerando como preditores: sexo, idade, situação conjugal, graduação, função e tempo na polícia, nível de atividade física e tabagismo, que o risco cardiovascular entre os policiais homens era maior conforme o tempo de ingresso na Polícia. Os índices de obesidade abdominal entre os policiais foram maiores do que os índices encontrados na população masculina da capital baiana, Salvador. Os resultados para policiais militares do sexo feminino, ao contrário, mostraram que elas apresentavam índices menores do que os índices de mulheres de Salvador. Os autores levantaram a possibilidade de que o tempo de polícia, e não o fator idade, seria positivamente associado ao risco cardiovascular. Os autores esclarecem, no entanto, que o estresse ocupacional, decorrente da exposição à violência e aos conflitos, acompanhado de padrões alimentares adquiridos em horários de trabalho imprevisíveis são os verdadeiros fatores a serem considerados, já que os fatores citados acarretariam hábitos e consequências fisiológicas que aumentam os riscos cardiovasculares entre policiais militares.

Em estudo qualitativo, Bezerra, Minayo e Constantino (2013) buscaram verificar como o trabalho policial militar afeta homens e mulheres, focando a relação entre estresse ocupacional e problemas de saúde. Para entender as questões de saúde do policiais, afirmam as autoras, é necessário analisar as peculiaridades da profissão, a partir da própria lógica desses profissionais, a fim de compreender as consequências para vida profissional e as repercussões na vida familiar. Por meio de entrevistas, grupos focais e observação de um conjunto de 42 mulheres policiais militares do serviço operacional e de saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, as autoras constataram que a organização do trabalho, em conjunto com a percepção de discriminação de gênero e assédio são os fatores que mais impactam no mal-estar e no sofrimento psíquico das policiais que desempenham funções de chefia, enquanto que, entre as policiais encarregadas do serviço operacional, a exposição ao risco foi o fator mais recorrente nas análises.

Em conformidade com outros estudos, Bezerra, Minayo e Constantino (2013, p. 658) afirmam que existem evidências epidemiológicas que indicam que profissionais de segurança pública estão sujeitos a “elevado risco de doenças cardiovasculares, particularmente as coronarianas e a hipertensão (...) e em mais elevadas proporções que na população em geral” e que isto está relacionado aos efeitos da exposição a situações de violência, conflito e tensão cotidiana. No caso das mulheres policiais, as autoras constataram que eram recorrentes nas falas das entrevistadas, temas como família e responsabilidades domésticas e, também, que as policiais consideram mais complicadas as relações com o público interno da Polícia do que com a população e, diferentemente dos homens, as mulheres policiais percebem seus trabalhos como socialmente reconhecidos e sem conotação pejorativa diante da sociedade, além disso, 60% delas não exercerem outra atividade remunerada complementar.

Em pesquisa sobre percepção de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) entre policiais militares do Distrito Federal, Coelho (2014) constatou que 7% dos policiais da PMDF, entre os anos de 2002 a 2012, esteve afastado do trabalho por questões de doenças relacionadas ao trabalho. O autor aplicou instrumentos psicométricos em 1.027 policiais da PMDF e constatou que os integrantes da PMDF estão em uma zona de mal-estar moderado; existe risco de adoecimento dos policiais e constataram-se resultados negativos para o fator *Reconhecimento e Crescimento Profissional* e positivos para as *Relações Socioprofissionais*. O estudo apontou que as maiores queixas relacionadas ao mal-estar no trabalho são quanto à questão da valorização profissional, desrespeito por parte dos policiais em posição hierárquica superior, bem como à limitação de participação nas decisões organizacionais, enquanto, para questões

de bem-estar, as relações sociais internas à corporação e a sensação do dever cumprindo com a possibilidade de poder ajudar as pessoas aparecem positivamente.

No ano de 2015 pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (organização não governamental que se ocupa de estudo relacionados à segurança pública no Brasil) publicaram uma pesquisa sobre percepção de vitimização entre policiais brasileiros intitulada *Pesquisa de vitimização de risco entre profissionais do sistema de Segurança Pública*. Foram validados 10.323 formulários distribuídos eletronicamente e preenchidos por agentes de segurança de várias forças municipais, estaduais e federais, incluindo guardas civis, policiais e bombeiros militares, policiais civis, federais e rodoviários federais.

O estudo de vitimização foi disponibilizado na página da organização sob forma de tabelas e quadros informativos e permite fazer algumas especulações a respeito da natureza da profissão policial. As porcentagens relacionadas aos policiais militares referem-se à média nacional, considerando as cinco regiões brasileiras: 79,9% relataram já terem sofrido algum tipo de ameaça em serviço, 59,5% relataram já terem sofrido algum tipo de ameaça fora do serviço, 73% relataram que já tiveram algum colega vítima de homicídio em serviço, 77,5% relataram que já tiveram algum colega vítima de homicídio fora do serviço, 42,3% afirmaram já terem sido acusados injustamente de cometimento de ato ilícito, 73,8% afirmaram já terem se sentido discriminados em razão da profissão policial militar, 39,4% afirmaram que algum familiar já sofreu agressão em razão de terem parentesco com policial e 31,8% relataram que algum familiar já sofreu ameaça ou retaliação pelo parentesco com policial.

De maneira geral, a pesquisa revelou que 61,8% dos profissionais de segurança pública no Brasil evitam usar transporte coletivo, 44,3% escondem o uniforme ou distintivo no trajeto entre a casa e o trabalho, 39,1% informaram que limitam o ciclo de amizades e priorizam o convívio com colegas de trabalho e 35,2% declararam esconder de conhecidos serem policiais, guardas ou agentes prisionais. Dados gerais ainda revelaram que os itens mais citados como fatores de insegurança entre os profissionais de segurança pública são: impunidade 64,5%, falta de apoio da sociedade 59,7%, falta de apoio do comando 55,1% e falta de equipamentos pessoais de proteção 54,5% (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015b).

Em praticamente todos os itens do questionário, policiais militares relataram temores e vivências mais negativas relacionados à profissão. Contudo, em alguns itens há têm índices superados por outras categorias policiais, como aquele que se refere ao *temor/receio de adquirir algum tipo de distúrbio psicológico (depressão, esquizofrenia, etc)* no qual 69,5% dos policiais federais indicaram um temor “muito alto” ou “alto” contra 63,7% entre policiais

militares. Nesse item especificamente, pode-se inferir de acordo com literatura geral, que policiais militares estigmatizam a busca por apoio psicológico por receio de serem discriminados (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015b).

A literatura analisada indica que o policial militar faz parte de uma categoria profissional altamente suscetível aos riscos pelas exigências inerentemente próprias da profissão e exposição constante da integridade física e da vida. A violência frequente a que estão expostos os policiais por si só já é causa de grandes tensões. Assuntos como roubos, homicídios, estupros, sequestros e latrocínios fazem parte do cotidiano desses policiais e são comumente abordados nos seus diálogos diários, permeando seu cotidiano. Direta ou indiretamente, esses crimes são parte da realidade profissional de policiais militares e, de alguma maneira, ajudam a explicar a adoção de medidas de autodefesa que refletem em comportamentos auto protetivos e instintivamente violentos. Os inúmeros transtornos biopsicofisiológicos que acometem os policiais militares brasileiros chamam bastante atenção, estando associados ao exercício profissional considerando o respaldo encontrado nos conceitos e normas sobre saúde pública.

2 MÉTODOS, PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

2.1 Tipo de Pesquisa

As características e percursos metodológicos do estudo estão detalhados neste capítulo, igualmente as justificativas das escolhas. O estudo se sustenta em dados advindos de duas formas principais de captação: levantamento documental e aplicação de entrevistas individuais, com análise de conteúdo. As escolhas metodológicas estão baseadas nos objetivos indicados no estudo e de acordo com as acepções da psicodinâmica do trabalho, que preconiza que a voz do sujeito, suas falas sobre sua realidade e vivências podem revelar importantes achados, impossíveis de serem abstraídos em sua essência, por meio de outras técnicas científicas convencionais. Na medida em que é por meio da fala que o sujeito desvela o sofrimento e ressignifica o próprio trabalho, é próprio à psicodinâmica do trabalho o emprego de método ideográfico e indutivo de cunho tipicamente qualitativo (DEJOURS, 1992a; MENDES, 2007). Dessa forma, enfatiza-se a análise de narrativas subjetivas a partir da imersão do pesquisador no fluxo da vida cotidiana dos pesquisados, para que esses possam revelar sua natureza e características durante o processo de investigação (RAY, 1994).

Na relação com os interlocutores do fenômeno analisado, é possível ao pesquisador intervir no processo de construção do conhecimento, considerando suas próprias escolhas teóricas e metodológicas para compreensão do objeto, a fim de produzir um saber parcial da realidade, na medida em que os interlocutores, enquanto sujeitos dessa realidade, podem exprimir sua percepção sobre normas e regras formais, sobre crenças e paixões e através dos seus relatos de vida, das suas vivências e dos significados que atribuem revelar uma realidade difícil e ser captada sob outras perspectivas (GAULEJAC; GIRARD, 2013).

Quanto ao desenho da pesquisa, serão utilizados métodos de levantamento de percepções com abordagem qualitativa de natureza descritiva, com recorte transversal, tendo como escopo a subjetividade de policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal. Tratar-se-á, portanto, quanto aos fins, de acordo com a taxonomia de Vergara (2011), de estudo descritivo no que se refere às relações entre organização e indivíduos, e prospectivo, quanto às acepções que envolvem os efeitos na subjetividade dos entrevistados, o uso da cultura organizacional e as relações de hierárquicas para gerar significação e sentido no trabalho, bem como a busca do controle socioafetivo e vínculos como forma de engajamento e mobilização dos trabalhadores. Buscar-se-á, com isso, analisar a percepção dos profissionais, a partir da própria subjetivação atribuída por eles às influências da organização do trabalho,

visando abstrair, compreender e inferir a construção das realidades, das significações atribuídas, da replicação do discurso da organização sob as perspectivas dos sujeitos.

O uso do enfoque qualitativo se justifica em decorrência da necessidade de se captarem os detalhes e complexidades inerentes aos fenômenos sociais que se pretende observar, por meio de instrumentos capazes de apreendê-los, considerando as peculiaridades do grupo profissional estudado. A pesquisa qualitativa não se preocupa, necessariamente, com a replicabilidade dos resultados, mas preza pela sua precisão, credibilidade e transmissibilidade. (LINCOLN; GUBA, 1985). Confiabilidade e validade, devem acompanhar este tipo de pesquisa e, ainda que se saiba serem afetadas pela percepção do pesquisador, de acordo com seu enfoque e com suas escolhas paradigmáticas, devem, por sua vez, serem traduzidas por rigor e qualidade. (Creswell; Miller, 2000)

As pesquisas qualitativas são típicas das ciências sociais, e as metodologias disponíveis oferecem ferramentas de coleta e tratamento de dados que permitem ao pesquisador analisar, correlacionar e apontar inferências das causas, motivos e resultados de certos fenômenos sociais (SOUZA, 2004). A finalidade da pesquisa qualitativa não é quantificar ou contabilizar as opiniões, mas verificar os espectros e as variedades dessas opiniões, devendo o pesquisador utilizar sua “imaginação social científica” (GASKELL, 2002, p. 70) para selecionar o perfil dos entrevistados. Assim, a aplicação de técnicas qualitativas de pesquisa para coleta e análise é a mais adequada para o presente estudo, considerando as bases epistemológicas próprias do paradigma interpretativista empregado na presente pesquisa (BURRELL; MORGAN, 1979).

2.2 Procedimentos e técnicas de coleta de dados

2.2.1 Participantes

Considerou-se, primeiramente, para a seleção de entrevistados, o caráter voluntário de participação e, em segundo lugar, a condição inativo da reserva remunerada (RR), ou seja, situação, segundo a Lei nº 7.289/84 (BRASIL, 1984), na qual se encontra o policial que, a pedido próprio, após completar o tempo mínimo de 30 anos de serviço ou, excepcionalmente, 25 anos, deixa de exercer as funções do serviço ativo. Outros critérios considerados como apropriados foram a espontaneidade dos entrevistados e a experiência na atividade policial em ter vivenciado uma longa trajetória na carreira, o que, presume-se, traduz-se em experiência e conhecimento tácito sobre a profissão e a organização em estudo.

Os critérios supracitados foram estabelecidos indutivamente, com a finalidade de atender os objetivos a serem alcançados. As unidades elementares básicas representativas do conjunto de profissionais pertencentes à categoria de policiais militares, julga-se, estão presentes no rol de entrevistados selecionados e são, portanto, adequadas às finalidades da pesquisa. Indivíduos submetidos aos mesmos processos organizacionais, controles físicos e afetivos, isto é, inseridos em um mesmo contexto de trabalho, podem apresentar percepções similares sobre a realidade da qual fazem parte, visto que a referência coletiva de que dispõem é socialmente construída para gerar identificação e vínculos entre os sujeitos e entre a organização. Isso porque os significados individuais podem representar os significados do grupo, assim como as falas de alguns podem ser representativas de, pelo menos, grande parte dos demais membros (MINAYO, 1998).

O critério mais importante considerado no processo de seleção de entrevistados não é numérico, já que a finalidade não é apenas quantificar opiniões, e, sim, explorar e compreender os diferentes pontos de vista sobre determinado contexto, a partir do que a escolha criteriosa dos participantes é considerada fundamental para os resultados da pesquisa, na medida em que afeta a qualidade das informações obtidas e a validade da pesquisa em si (FRASER; GONDIM, 2004). Dessa forma, realizaram-se treze entrevistas individuais com policiais militares, seguindo, assim, recomendações da literatura (MENDES, 2007) entre os dias 2 de setembro e 15 de outubro de 2015, cujos dados gerais encontram-se no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2– Dados gerais sobre os entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade (Anos)	Tempo na Corporação	Ano de ingresso
E1	Feminino	50	31	1983
E2	Feminino	51	31	1983
E3	Masculino	51	29	1986
E4	Masculino	48	27	1987
E5	Masculino	49	27	1988
E6	Feminino	53	31	1983
E7	Masculino	51	32	1983
E8	Feminino	56	27	1983
E9	Masculino	54	30	1983
E10	Masculino	51	25	1989
E11	Masculino	51	31	1983
E12	Masculino	51	32	1983
E13	Masculino	47	25	1990

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Digno de destaque que, de acordo com o critério de saturação (GLASER; STRAUSS, 1967), observou-se que o número de entrevistados se mostrou adequado aos propósitos da

pesquisa, em vista da repetição sistemática das falas a partir do sexto entrevistado e da notória similaridade temática. Pode-se considerar, portanto, que a amostra empregada foi representativa da categoria em estudo considerando suas características, sob o ponto de vista dos critérios próprios de uma pesquisa qualitativa.

Assim, partiu-se do pressuposto de que, mesmo ainda submetidos, do ponto de vista legal, aos regulamentos institucionais, seria viável crer que policiais da reserva remunerada se sentiriam com maior grau de liberdade para expressar suas percepções em locais diferentes das instalações das unidades policiais.

Diante disto, a intenção do estudo era extrair das entrevistas elementos comuns relacionados à profissão policial militar. Não era enfoque original tecer comparações em razão dos níveis hierárquicos ou do sexo dos policiais, mas as falas revelaram diferenças em questões como obrigações, responsabilidades, prerrogativas e benefícios, predominância de atuação em área operacional (fim) ou administrativa (meio), diferentes pressões e preocupações em termos de sexo. Em razão disto, trechos representativos destas percepções foram destacados sem, contudo, grande aprofundamento nas análises, podendo ser alvos de uma agenda de pesquisa posterior.

2.2.1.1 Roteiro de Entrevista

Levando-se em conta o contexto da organização estudada, as peculiaridades inerentes à profissão policial, bem como a proposta da pesquisa e seus objetivos, optou-se pela realização de entrevistas individuais. A utilização da entrevista se justifica em decorrência da valorização da contextualização da realidade dos respondentes a partir das suas vivências e condições por esses estabelecidas. Intencionou-se, assim, realizar entrevistas semiestruturadas, em profundidade, e em locais indicados pelos próprios entrevistados. Centrando-se nos objetivos da pesquisa, buscou-se criar uma interação comunicacional na qual o entrevistado pudesse expor detalhes de sua história profissional, relatos de fatos específicos, percepções e sentimentos em relação às experiências vividas.

De acordo com Fraser e Gondim (2004), a entrevista em pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite a compreensão da realidade humana por meio do acesso aos discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo no qual se inserem. Para Flick (2002), a entrevista é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolos e signos das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cercam.

Ainda de acordo com os autores, a entrevista favorece a relação intersubjetiva entre entrevistador e entrevistado, permitindo a possibilidade de melhor entendimento da visão do entrevistado por meio da análise das suas falas.

Para Bauer e Gaskell (2002), a finalidade da pesquisa qualitativa é explorar o espectro de opiniões e as diferentes percepções que surgem. Diante disso, pressupõe-se que as narrativas advindas dos entrevistados (GASKELL, 2002) podem trazer elementos contextuais capazes de desvelar o mundo da vida dos respondentes submetidos às análises interpretativas, que, por sua vez, permitem compreender o objeto da pesquisa sob o olhar dos entrevistados, bem como entender sua visão, além de possibilitar a “compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2002, p. 65).

Se o método tem por finalidade atender aos objetivos da pesquisa, a entrevista, especificamente, tem a capacidade de oferecer ao pesquisador elementos mais aprofundados, a partir das visões dos entrevistados, sobre o objeto de pesquisa analisado, no caso, as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de policiais militares.

2.2.1.2 Perguntas do Roteiro de Entrevista

Para a elaboração da entrevista, foram considerados os quatro grandes temas da psicodinâmica do trabalho e suas dimensões constitutivas, conforme apontado por Mendes (2007):

- 1) Contexto do Trabalho (dimensões da organização do trabalho, condições e relações socioprofissionais de trabalho): refere-se a normas, ritmo, processo e controles; ao ambiente físico, equipamentos, materiais utilizados no trabalho, apoio institucional e práticas de RH; a relações de poder, fluxo de comunicação e interações profissionais entre pares, com chefias e com clientes/usuários dos serviços;
- 2) Sentimentos no trabalho: refere-se às vivências de prazer e sofrimento, abordando a descrição dos sentimentos e das situações contextuais, bem como as frequências com que elas ocorrem e suas relações com o trabalho;
- 3) Formas de enfrentamento do sofrimento (resistência, estratégias de mediação): trata-se da exploração da inteligência prática, sofrimento criativo, das defesas e da mobilização da subjetividade no engajamento do trabalho;

- 4) Patologias sociais decorrentes da organização do trabalho: refere-se aos riscos de adoecimento, consumo de drogas/álcool, depressão e patologias diversas relacionadas com o trabalho.

Com base nos quatro grandes temas supracitados foram elaboradas as perguntas organizadas no Quadro 1, abaixo:

Quadro 3– Perguntas da entrevista semiestruturada

Nú		A
1	O qu e sig nif ica	✓ Di me nsõ es sub
2	P o r q	✓ Ind íci os de
3	O qu e vo	✓ Im por tân
4	Vo cê po de ria	✓ Rel ato de do
5	Vo cê se nte (se o nti u) qu	✓ De scr içã o de rel aci
6	Vo cê já pe	✓ Per cep ção
7	O qu e	✓ Co nfr
8	Qu ais as ma ior es dif	✓ Vi vê nci as de sof
9	Qu ais er	✓ Vi vê
1	Pa	✓

	que era preciso para ser um policial perfeito?)	adequado para o cumprimento das tarefas e exigências laborais, segundo o ponto de vista do entrevistado.
11	Quais os principais problemas de saúde ou outros relacionados à profissão policial você ouvia ou conversava com seus colegas policiais militares?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Descrição de episódios depressivos, consumo de álcool, ideação suicida, isolamento social; ✓ Principais problemas fisiológicos; ✓ Questões relacionadas à organização do trabalho: hierarquia e poder, estruturas físicas, equipamentos; ✓ Vivências de prazer e sofrimento em relação ao trabalho.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

2.2.2 Levantamento documental sobre o trabalho policial militar no DF

Bauer e Gaskell (2008) defendem que textos podem fornecer riqueza de respostas às perguntas de pesquisa e são excelentes materiais para a análise de conteúdo. Por seu lado, a pesquisa possui várias fases, a fim de que os textos possam ser devidamente analisados, a exemplo do método próprio da psicodinâmica do trabalho, o qual é aplicável ao presente estudo:

“1) pesquisa inicial, 2) pesquisa propriamente dita, 3) A solicitação, o grupo homogêneo e o coletivo, 4) O material de pesquisa, 5) A observação clínica, 6) O método da interpretação, 7) Validação e refutação dos dados e 8) Metodologia e teoria em psicopatologia” (DEJOURS, 1992a, p. 141).

Basicamente, essas fases podem ser organizadas em três grupos principais, conforme Quadro 3. Assim, realizou-se levantamento documental prévio, objetivando a análise das principais definições relacionadas ao exercício profissional, orientações normativas e descrição das atividades e funções (trabalho prescrito). Por se tratar de uma função pública, partiu-se de documentos gerais para específicos sobre a atividade policial militar, iniciando-se pela Constituição Federal de 1988, lei suprema norteadora das demais normas nacionais. Ainda, verificou-se a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho (CBO) que descreve, enumera e classifica as ocupações em âmbito nacional, com base em preceitos internacionais, bem como verificou-se o Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal, enquanto legislação específica sobre a categoria profissional e sobre a instituição em análise, além de observância do Código de Ética e Conduta da Polícia Militar do Distrito Federal.

Quadro 4 - Fases da pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho

Pr	Re
é-	ali
pe	za-

Pesquisa	Com base no referencial teórico, o pesquisador adota posturas investigativas, verifica relações diretas entre trabalho e sofrimento psíquico, discorre sobre os achados documentais, realiza a coleta de dados (aplica instrumentos, entrevistas, etc), discute as relações entre a subjetividade e a organização do trabalho constatadas a partir das vivências de prazer-sofrimento, formas de mediação.
Validação	Confrontam-se os achados com a literatura.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base em Mendes, Ferreira e Cruz (2007, p.93-94)

O levantamento documental foi o recurso utilizado na fase de pré-pesquisa, tendo se estendido pelas fases de pesquisa e de validação. O referencial teórico pesquisado apresentava múltiplas abordagens temáticas, variando de conceitos do mundo organizacional e do trabalho às questões socioafetivas e psicológicas próprias do enfoque interpretativista. Para a compreensão das singularidades das entrevistas realizadas, buscaram-se associar verbalizações representativas aos documentos e ao referencial teórico, a fim de identificar54321, analisar e abstrair elementos capazes de emblematizar a realidade dos sujeitos em relação às práticas organizacionais, às práticas laborais individuais e coletivas e à realidade das relações formais e informais no trabalho, em termos de vivências de prazer e sofrimento.

As fases de pesquisa mencionadas no Quadro 3 são, também, de alguma forma, abordadas por Minayo (2006), que considera a pré-pesquisa uma fase exploratória, a partir da qual o pesquisador, hipoteticamente, ainda sem dados suficientes para qualquer análise, buscará contextualizar a organização e indivíduos, de maneira que lhe possibilite definir percursos metodológicos. A organização dos dados iniciais obtidos, bem como o processamento inicial das entrevistas (transcrição e leitura flutuante), fornecem ao pesquisador um panorama geral dos achados. A partir de então, na fase de validação, procedendo-se a uma leitura exaustiva, confrontam-se os dados com a literatura. O objetivo, nessa fase, é encontrar coerência interna em razão de temas recorrentes, tópicos de informação e relevância, mediante critérios empíricos, ou teóricos, elaborados pelo pesquisador, buscando uma conexão entre os achados e, também, elementos representativos da categoria estudada, refinando-os, na medida do possível, a fim de fornecer um panorama final (MINAYO, 2006).

Os documentos identificados e as análises realizadas na pré-pesquisa passaram por uma leitura flutuante da qual se extraíram “impressões e orientações” (BARDIN, 1977, p. 96) que fundamentaram a elaboração das perguntas da entrevista, bem como auxiliaram, na fase posterior, a alocação categorial e interpretação das falas, servindo, assim, de arcabouço para a compreensão de informações sobre a organização do trabalho, sobre a organização pesquisada e a respeito da categoria profissional. Diante disso, realizou-se a triangulação dos dados

encontrados nos documentos, nas entrevistas e na literatura pertinente à área da pesquisa, sendo cada fase da pesquisa de complementaridade dos achados, em razão da conexão entre as suas fases.

2.3 Análise dos Dados

2.3.1 Procedimentos na análise dos resultados das entrevistas

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo como forma de definição de critérios que permitam agrupar as falas de acordo com os significados latentes, assim compreendidos segundo a similaridade semântica, lógica e psicológica (MENDES, 2007). A análise de conteúdo permite ao pesquisador produzir inferências fundamentadas e coerentes com o referencial teórico e com os objetivos da pesquisa a respeito de um texto em um contexto social, podendo-se extrair informações específicas de interesse, de maneira a permitir a reconstrução de “indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades” (BAUER, 2002, p. 192).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas para análise das comunicações que se realiza por meio de “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42). Segundo Bardin (1977), a análise categorial objetiva encontrar o apanhado de significações mediante o uso de indicadores comparativos arbitrados pelo analista de maneira a apreender aquilo que importa para os objetivos pretendidos, funcionando “por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos” (BARDIN, 1997, p. 153). De acordo com a similaridade dos temas mencionados pelos interlocutores, a análise categorial temática possibilita o agrupamento das falas, considerando a materialidade linguística expressa.

Corroborando a autora supracitada, Caregnato e Mutti (2006) definem a análise de conteúdo como uma técnica que trabalha com palavras e, em sua modalidade qualitativa, o pesquisador analisa o texto e produz inferências da comunicação do sujeito, identificando expressões peculiares que permitam a compreensão do pensamento. A técnica exige a detecção das significações por meio dos seus indicadores linguísticos. O texto analisado “é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto

(palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682).

O *corpus* sob análise, portanto, foram os documentos da organização e as entrevistas transcritas, enquanto para os documentos foi utilizada uma análise livre, na qual buscou-se destacar, das principais normas regulamentadoras, definições importantes e prescrições profissionais estabelecedoras de condutas objetivas e simbólicas.

No que se refere às entrevistas, seguindo as técnicas já mencionadas, após as gravações, realizou-se uma pré-análise, com o estabelecimento de indicadores representativos das falas relacionados com o levantamento documental e com fundamentos descritos no referencial teórico. As categorias foram geradas empiricamente, por meio da análise textual das transcrições das entrevistas, considerando conteúdos, similaridades semânticas e contextualizações, a partir de temas recorrentes, sendo o problema de pesquisa determinante para a construção do referencial descritivo das categorias geradas (BAUER, 2002). O agrupamento das falas foi feito indutivamente pela proximidade textual e contextual apresentadas pelos entrevistados, para o qual se considerou a recorrência de palavras, temas, descrições da realidade, ordem e sentido atribuído. Critérios de fidedignidade, exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade foram considerados na alocação dos trechos extraídos das falas dos entrevistados.

O Quadro 5 apresenta um resumo das categorias geradas e merece algumas explicações adicionais. As categorias de 1 a 3 referem-se à constatação de que o trabalho realmente exercido por policiais militares é, incontestavelmente, muito mais abrangente e diversificado do que aquilo que é legalmente expresso. A categoria 4 refere-se à organização do trabalho, rotinas, equipamentos usados, relações de hierarquia interna e fatores que envolvem a gestão organizacional em si. As categorias 5 a 7 referem-se ao sofrimento no trabalho, aos entraves e exigências relacionados à profissão, às pressões e às consequências negativas que impactam diretamente nos sujeitos e, direta e indiretamente, em todos aqueles que fazem parte do seu convívio social. Já as categorias 8 e 9 dizem respeito às satisfações, ao sofrimento criativo e aos prazeres que se encontram no exercício profissional dos sujeitos, trazendo verbalizações positivas a respeito da dinâmica policial. Finalmente, a categoria 10 traz temas relacionados a situações vividas, especificamente, pelas primeiras mulheres policiais militares do Distrito Federal, com seus trajetos de preconceito e de superação marcados pela ruptura de paradigmas organizacionais reinantes na instituição analisada até então. Essa categoria foi classificada como mista, por apresentar elementos de prazer e de sofrimento, peculiarmente, vividos por mulheres policiais que abriram as portas e

desbravaram os caminhos do trabalho policial no DF.

Quadro 5– Resumo das Categorias sínteses das entrevistas

CATEGORIAS GERADAS		ITENS ENCONTRADOS
Confrontação entre o trabalho real e o prescrito		
1	Sentidos atribuídos ao trabalho policial: “ <i>Ser policial é algo que nem todos podem entender. É enfrentar a morte, mostrar-se forte no que acontecer</i> ”	- Enfrentamento dos perigos; - Racionalização das adversidades;
2	O Risco da profissão: “ <i>Mesmo com o sacrifício da própria vida</i> ”	- Naturalização dos riscos, em geral, e da morte; - Abnegação no trabalho;
3	Trabalho real: diversidade de serviços e inexatidão das tarefas	- Trabalho real; - Imprevisibilidade das tarefas;
Organização do trabalho		
4	Organização e condições do trabalho policial militar	- Relações hierárquicas; - Cargas horárias excessivas; - Precariedade no trabalho; - Ritmo no trabalho.
Categorias de sofrimento		
5	Efeitos fisiológicos, psíquicos e socioafetivos decorrentes do trabalho policial	- Efeitos do trabalho; - Problemas nas relações sociais; - Alcoolismo; - Suicídio;
6	Medos, riscos e morte: “ <i>Basta você colocar o uniforme e sair na rua que é possível que você não volte</i> ”	- Medos; - Morte; - Tensão no e fora do trabalho;
7	Frustração no trabalho policial: “ <i>Sensação de enxugar gelo</i> ”	- Sentimento de impotência no trabalho; - Desamparo e descaso; - Deslegitimação generalizada;
Categorias de prazer		
8	Aquele que serve e protege: “ <i>Era sempre um prazer servir às pessoas e fazer o bem</i> ”	- Sentimento de heroísmo; - Cumprimento do dever; - Reconhecimento social;
9	O herói de uniforme: “ <i>Com a farda, a gente se sente parte de algo maior</i> ”	- A força no/do grupo; - Sublimação;
Categoria Mista		
10	O ingresso das primeiras mulheres na PMDF	- Discriminação no trabalho; - Cobranças familiares; - Dupla jornada (trabalhos domésticos); - Auto cobrança - Superação; - Quebra de paradigmas institucionais;

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Todas as categorias são interdependentes e híbridas, o que significa dizer que essas se inter-relacionam umas com as outras, e que é praticamente impossível se isolar, por completo, os temas que permeiam as percepções dos sujeitos, razão pela qual as verbalizações representativas, em vários casos, terão elementos tanto de prazer, quanto de sofrimento, já que os sentidos do trabalho se assentam em elementos contextuais da organização do trabalho e do trabalho real.

Das falas transcritas, foram realizados recortes textuais, os quais deram origem a verbalizações representativas da categoria. Esses recortes são apresentados entre aspas e em formato itálico. Para melhor compreensão textual, foram utilizados pequenos textos entre colchetes, em formato não itálico, indicando que não é parte da fala do entrevistado, a fim de complementar o teor da mensagem do entrevistado. Esse recurso também foi utilizado para indicar alteração de nomes capazes de permitir a identificação de setores da organização e de pessoas.

Nas situações em que foi possível fazê-lo sem prejuízo da mensagem, subtraíram-se pequenos trechos das falas, sendo esse recurso indicado pelo uso de reticências entre parênteses. Já os trechos não sequenciais da entrevista, mesmo pertencendo ao mesmo entrevistado, são separados por aspas.

2.4 Formalidades junto à organização pesquisada e aos entrevistados

Para a realização do estudo, foi formalizada solicitação junto aos gestores responsáveis pela Diretoria de Inativos, Pensionistas e Civis (DIPC) da Polícia Militar do Distrito Federal, no mês de junho de 2015, expondo os objetivos da pesquisa, bem como solicitando nomes e contatos de policiais militares que se enquadrassem no perfil traçado como público alvo da pesquisa. No mês de julho de 2015 o oficial responsável pela DIPC encaminhou uma lista com 45 nomes de policiais militares de diversas graduações e patentes, com até 12 meses de ingresso na reserva remunerada (contados a partir de agosto de 2014), contendo números de telefones pessoais e correios eletrônicos.

Após contatos telefônicos com 18 desses policiais, durante os quais esses foram informados quanto aos objetivos da pesquisa, 14 manifestaram desinteresse em participar, muitos deliberadamente recusaram a participar, e outros apresentavam justificativas escusas intencionadas a desencorajar a insistência do pesquisador no convite. Essas condutas podem ter origem na natural postura defensiva e de desconfiança dos policiais, em virtude da autopreservação em decorrência da violência e dos riscos a que estão submetidos, o que lhes impõe um distanciamento de situações que possam expor suas intimidades. É factível acreditar também que policiais que guardassem vivências negativas acentuadas ou que possuíssem ressentimentos com relação à organização não quisessem rememorar tais situações, esquivando-se do procedimento de entrevista.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1 Resultados da pesquisa documental

Nesta sessão, são apresentados elementos que caracterizam a profissão policial militar, algumas práticas internas e elementos da cultura organizacional da Polícia Militar do Distrito Federal. Uma análise prévia de documentos da instituição permitiu obter uma noção dos objetos constitutivos da natureza profissional do policial militar do Distrito Federal, sendo esses documentos parte de um importante arcabouço para compreender o enquadramento ocupacional da profissão policial militar, suas restrições legais, prescrições organizacionais e outras peculiaridades que auxiliam na investigação do trabalho real e que, por sua vez, permitem compreender como ocorrem impactos nas subjetivações e vivências de prazer e de sofrimento.

Ainda, são apresentadas e descritas partes dos documentos legais que regulam a profissão policial militar, tais como: a Constituição Federal de 1988, norma suprema vigente no Brasil; o Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal, que normatiza e estabelece a organização do trabalho policial militar no âmbito do Distrito Federal; o Código de Ética Profissional da Polícia Militar do Distrito Federal, documento norteador de condutas dos policiais militares; e a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego, que descreve genericamente o que a vem a ser ‘ocupação policial militar’.

Os referidos documentos apresentam, em parte, a organização do trabalho policial, elementos da cultura organizacional, valores e crenças profissionais, fatores esses que permeiam os desdobramentos psíquicos, sociais, afetivos e físicos relacionados ao exercício profissional, mas que não esgotam e nem explicam, por si só, as subjetividades apresentadas nas falas dos entrevistados.

3.1.1 Caracterização da organização pesquisada

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) é uma das 27 organizações Policiais Militares distribuídas pelas Unidades Federativas brasileiras, tendo origem na transferência da capital federal brasileira do antigo Estado da Guanabara (hoje, parte do Estado do Rio de Janeiro) para Brasília, em agosto de 1965 (DISTRITO FEDERAL, 2013). A PMDF, semelhante às demais Polícias Militares estaduais, possui atribuições definidas, genericamente, a partir do § 5º do Art. 144 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), porém, há normas mais

específicas regem sua estrutura e atuação. O Art. 1º da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977 (BRASIL, 1977) institui a PMDF como “(...) instituição permanente, fundamentada nos princípios da hierarquia e disciplina” que executa com exclusividade o policiamento ostensivo-preventivo, fardado, além do atendimento de emergências policiais e da preservação da ordem pública no DF (BRASIL, 1977, Art. 2º). A “hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar, crescendo a autoridade e a responsabilidade com a elevação do grau hierárquico”, devendo todo policial militar acatar e cumprir rigorosamente o seu dever (BRASIL, 1984, Art. 13, *caput* e § 2º).

Dotada de uma estrutura organizacional composta por subunidades setoriais com atribuições de suporte, de administração e aquelas genuinamente operacionais, a PMDF tem como **missão** a promoção da segurança e do bem-estar social pela “prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, baseando-se nos direitos humanos e na participação comunitária”. A **visão** institucional inclui a busca do reconhecimento como instituição policial de referência nacional dotada de qualidade profissional, e, como **valores** institucionais, “a honestidade, a ética profissional, o cientificismo e o respeito aos direitos humanos” (DISTRITO FEDERAL, 2011, p. 33). Para sua manutenção, a corporação policial estabelece medidas gerenciais estratégicas, como a garantia de recursos orçamentários e execução financeira alinhadas às necessidades, o constante aprimoramento da gestão logística, o estímulo e desenvolvimento de pesquisas científicas em segurança pública e o aperfeiçoamento na área dos recursos humanos, com ênfase na motivação (DISTRITO FEDERAL, 2011).

A natureza jurídica da profissão dos policiais militares encontra-se definida na Carta Constitucional que lhes atribui restrições e deveres próprios, como, por exemplo, a inexistência de adicional por serviço noturno, não estabelecimento de jornada de trabalho máxima, nem fundo de garantia por tempo de serviço. Aos policiais militares se aplica o previsto no Art. 142::

Art. 142. (...)

§ 2º Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.

IV - **ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;**

V - o militar, enquanto em serviço ativo, **não pode estar filiado a partidos políticos;** (BRASIL, 1988, Art. 142 – **Grifos meus**)

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para descrever, codificar e classificar as ocupações de trabalho no Brasil

também traz uma descrição da profissão. Os integrantes das Policiais Militares e dos Bombeiros Militares são alocados no *Grande Grupo 0 - militares*, juntamente com membros das Forças Armadas (FFAA). Para a CBO, militares são aqueles que prestam serviços nos órgãos militares, por “decisão própria” ou “obrigação” (no caso do serviço militar obrigatório, prestado às FFAA) e que “não desfrutam da liberdade de aceitar emprego civil” (MTE, 2010, p. 22). No caso dos policiais militares, a CBO os subdivide em cinco *Famílias*, considerando a hierarquia formal e suas divisões de funções que têm, em comum, a condição geral de trabalho: imprevisibilidade de horários e turnos de trabalho, a atuação sob pressões e estresse e a exposição ao risco de perder a vida na rotina de trabalho.

De maneira mais específica, o documento encontrado, com descrição mais recente da atividade dos policiais militares, no nível soldado, foi o edital do último concurso público para admissão no Curso de Formação de Praças (CFP), em 2012:

2.1. CARGO: Policial Militar na graduação de Soldado do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPPMC.

2.2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: **É atribuição do Soldado Policial Militar desempenhar atividade policial militar nas diversas tarefas atribuídas à PMDF, visando à preservação da ordem pública, e executar outros serviços previstos em leis, regulamentos e normas.**

2.5. REGIME JURÍDICO DE TRABALHO: O Soldado PM de 2.^a classe aprovado no Curso de Formação de Praças (CFP) será promovido a Soldado PM de 1.^a classe, de acordo com o Estatuto dos Policiais Militares da PMDF (Lei n.º 7.289/84, alterada pelas Leis n.ºs 7.475/86, 10.486/02 e 11.134/05) e o Regulamento para o Corpo de Praças da PMDF (Decreto GDF n.º 10.260/87), respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regulamento.

2.6. JORNADA DE TRABALHO: **O desempenho da atividade policial militar é de dedicação integral, podendo o policial militar ser convocado, em qualquer dia e horário, a critério da necessidade do emprego pela PMDF**, observados os dispositivos legais. (DISTRITO FEDERA, DODF nº 250 de quarta-feira, 12 de dezembro de 2012, p. 73) - adaptado (Grifos meus)

Como é possível observar, a descrição das atribuições é genérica, assim como a jornada de trabalho, que define a convocação aleatória, dependendo tão somente da necessidade, isto é, não há carga horária e nem dias definidos para o trabalho.

Talvez, o mais importante documento regulatório da profissão policial militar no DF seja o Estatuto dos Policiais Militares, Lei nº. 7.289/1984, por expor uma descrição objetiva e subjetiva das peculiaridades profissionais da categoria. O referido documento, logo no Art. 13, apresenta os preceitos básicos de hierarquia e disciplina e, no Art. 15, estabelece que a carreira policial militar é caracterizada pela inteira devoção às atividades policiais. Além desses, o Estatuto dos Policiais Militares do DF traz elementos textuais que operam na

subjetividade dos indivíduos, trazendo prescrições vinculativas sustentadas em acepções simbólicas, sociais e afetivas, como se observa a seguir:

Art. 29 - O sentimento do dever, o pundonor policial-militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com observância dos seguintes preceitos da ética policial-militar:

VI - zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;

VIII - empregar todas as suas energias em benefício do serviço;

IX - ser discreto em suas atitudes e maneiras e em sua linguagem escrita e falada;

Art. 32 - Os deveres policiais-militares emanam de vínculos racionais e morais que ligam o policial-militar à comunidade do Distrito Federal e à sua segurança, compreendendo, essencialmente:

I - a dedicação integral ao serviço policial-militar e a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida;

IV - a disciplina e o respeito à hierarquia;

V - o rigoroso cumprimento das obrigações e ordens;

Art. 33 - Após ingressar na Polícia Militar, mediante inclusão, matrícula, ou nomeação, o policial-militar prestará compromisso de honra, no qual **afirmará a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres policiais-militares e manifestará a sua firme disposição de bem cumpri-los.**

Art. 34 - O compromisso a que se refere o artigo anterior terá caráter solene e será prestado na presença de tropa, tão logo o policial-militar tenha adquirido o grau de instrução compatível com o perfeito entendimento de seus deveres como integrante da Polícia Militar, conforme os seguintes dizeres: "*Ao ingressar na Polícia Militar do Distrito Federal, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida*".

(BRASIL, 1984 - Grifos meus)

No Código de Conduta Profissional para o Policial Militar, a PMDF reforça as condutas que os policiais militares deverão adotar na vida profissional a fim de resguardar a imagem da instituição e da coletividade policial, bem como atender aos preceitos da ética e da moralidade pública. O Art. 2º prevê os “princípios da imparcialidade, do conhecimento e capacitação, da cortesia, da transparência, da prudência, da diligência, da integridade profissional e pessoal, da dignidade, da honra, do decoro e do pundonor militar” (PMDF, 2010, Art. 2º *caput*). Nos dois artigos seguintes, o respeito à Constituição Federal e às leis em vigor é colocado como núcleo dos valores democráticos a serem seguidos pelo policial, que deve fomentar a dignidade humana e a promoção da solidariedade e justiça entre as pessoas (*idem*, Art. 3º e 4º). Por fim, o Código de Conduta estabelece uma espécie de liberdade vigiada, nos moldes daquela preconizada por Enriquez (1995):

Art. 6º No exercício de suas atribuições, **o policial militar deve pautar sua conduta por elevados padrões de ética, com lealdade à Instituição Policial Militar, mediante a estrita observância dos seguintes princípios:**

III - zelo permanente pela reputação e integridade da Polícia Militar, **identificando e contribuindo para corrigir tempestivamente, quando for o caso, erros e omissões, próprios ou de outros;** (PMDF, 2010 - **Grifos meus**)

Outros instrumentos da cultura interna também podem produzir sentidos e, aparentemente, são utilizados para preencher o universo do trabalho dos sujeitos, por meio da sua simbologia. A ‘Canção da Polícia Militar do Distrito Federal’, é um bom exemplo disto, pois exalta dimensões próprias do mundo do trabalho dos policiais militares como abnegação no cumprimento do dever, menosprezo ao risco de morte, busca do reconhecimento, dentre outras como se vê abaixo:

I

Se na paz a missão que nos temos,
Em velar pela ordem se encerra,
Para a luta também marcharemos,
Quando a Pátria chamar-nos à guerra:

Estribilho

Nós queremos que a Pátria nos ame,
Nosso brio e valor tendo em conta,
E que ao ser ofendida nos chame,
Para irmos vingá-la da afronta.

II

Nada existe no mundo que torça,
Nosso intento de glórias colher,
O inimigo há de ver nossa força
Há de nosso valor conhecer:

III

As grandezas da Pátria lembramos
Relembrando os carinhos do lar,
Para os campos da morte marchando
Nós iremos sem mágoa ou pesar:

IV

Ainda mesmo que a morte nos caiba,
Saberemos com honra morrer,
De maneira que a Pátria bem saiba,
Que cumprimos nosso dever

(Letra: Sargento Guilherme, Música: Abdum Lira Milazez’ - **grifos meus**)

Semelhantemente, a ‘Canção do Policial Militar’, entoada nas academias de polícia da PMDF, apresenta elementos que denotam a obstinação pelo trabalho policial, a morte mais uma vez é mencionada e outro componente se destaca, aquele em que os policiais devem

resistir aos pesares, demonstrar força e coragem ante às adversidades que venham a surgir, como fica demonstrado nas estrofes:

Em cada momento vivido
uma verdade vamos encontrar
Em cada fato esquecido
uma certeza nos fará lembrar
Em cada minuto passado
mais um caminho que se descobriu
Em cada soldado tombado
Mais um sol que nasce no céu do Brasil

**Aqui nós todos aprendemos a viver
demonstrando valor, pois o nosso ideal
é algo que nem todos podem entender
na luta contra o mal! Ser policial
é, sobretudo, uma razão de ser
É, enfrentar a morte,
mostrar-se um forte
no que acontecer**

Em cada pessoa encontrada
mais um amigo para defender
Em cada ação realizada
um coração pronto a agradecer
Em cada ideal alcançado
uma esperança para outras missões
Em cada exemplo deixado
mais um gesto inscrito em nossas tradições

Ser Policial
é, sobretudo, uma razão de ser
**É, enfrentar a morte,
mostrar-se um forte
no que acontecer**

(Letra: Coronel Jorge Ismael Ferreira Horsae, Música: Subtenente Mário José da Silva – Adaptado - **grifos meus**)

A respeito da canção acima, há algumas imprecisões que devem ser pontuadas. Apurou-se que a Polícia Militar do Estado da Guanabara usava esta canção como hino até 1965, quando houve a transferência da capital brasileira e boa parte dos seus integrantes foi deslocado também para Brasília. A canção passou a ser utilizada desde então pela PMDF, contudo, oficialmente foi tomada como hino da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1975.

Finalmente, outro elemento de forte simbolismo para as Polícias Militares é Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), conhecido como Tiradentes, cuja figura é associada aos ideais liberais republicanos e a quem é atribuído o protagonismo na Inconfidência Mineira, um dos mais expressivos movimentos de independência colonial brasileira. Rege a história

que, certo dia, ainda como pequeno comerciante, ao avistar um fazendeiro bater inescrupulosamente em um escravo, Tiradentes interviu em defesa do agredido, entrando em luta corporal com o agressor, o que lhe rendeu prisão e o roubo de todo material que trazia consigo. Decidiu, a partir de então, ingressar na carreira militar, tramando discretamente junto com outras pessoas influentes da época contra o poder colonial português. Frustrado o movimento, foi condenado à foga e executado no dia 21 de Abril de 1792 (CALHEIROS; LIMA, 2010). Apesar das controvérsias na história sobre Tiradentes, sua efígie decora as moedas de cinco centavos de Real, sendo considerado herói da pátria.

A Figura 1 trata-se do busto de Tiradentes localizada em frente ao Quartel do Comando Geral da PMDF (QCG), unidade a partir da qual o principal comandante da instituição emana suas ordens para toda a corporação. A mais alta comenda da instituição recebe o nome de Medalha Tiradentes, assim como o próprio quartel do QCG (Palácio Tiradentes) e a escola pública mantida com verbas da PMDF (Colégio Militar Tiradentes) que oferece ensino fundamental do 6º. ao 9º. ano, para estudantes da comunidade em geral. Na figura abaixo, lê-se a frase, “Dez vidas daria se as tivesse para salvar as deles”, dita por “Tiradentes”, supostamente, ao evitar a delação de outros participantes do movimento de independência do Brasil.

Figura 1 – Busto do Patrono das Polícias Militares do Brasil



Fonte: Fotografado pelo Pesquisador

A replicação desses instrumentos simbólicos e de outros no discurso organizacional e da cultura organizacional se dá pela atuação de diversas maneiras, mas, sobretudo, por meio do trabalho de instrutores policiais nas variadas dinâmicas de ensino e aprendizagem ao longo da carreira policial militar, sendo esses constantemente reforçados. A Matriz Curricular do Curso de Formação de Praças (CFP), para o triênio 2013/2015, prevista na Portaria nº 851 de

19 de abril de 2013, oferece uma ideia dessa prática. O CFP é uma etapa obrigatória do processo de ingresso dos candidatos na PMDF no nível de soldado, quando os pretendentes a policial são socializados e moldados para o desempenho da função. É no CFP que esses terão, pela primeira vez, contato com uniformes, com o linguajar policial, com a legislação relacionada à atuação policial, com as técnicas policiais que nortearão suas atuações, bem como com outros conhecimentos profissionais. A Matriz Curricular estabelece um total de 1.566 horas-aulas distribuídas em quatro áreas temáticas principais: Ensino Fundamental, Ensino Profissional Básico, Ensino Profissional Específico e Ensino Complementar, conforme Anexo I.

Dentre as instituições públicas do DF, a PMDF é aquela que detém a maior capacidade de desdobramento territorial, devendo entender por essa colocação como a instituição pública capaz de comparecer em qualquer espaço urbano ou rural onde sejam demandados seus serviços, nas mais variadas situações vivenciadas pela população. Essa capilaridade decorre da forma pela qual emprega seus meios e, sobretudo, pela natureza constitucional do trabalho policial associado ao atendimento emergencial solicitado pelas pessoas e ao papel garantidor do funcionamento dos demais órgãos governamentais, sejam eles de fiscalização (tributária, ambiental, sanitária, etc.) ou de auxílio à população (acolhimento social, perícias, socorros e urgências, etc.). Coerentemente com essas colocações, as falas dos entrevistados demonstraram que é comum, muitas vezes, que policiais militares antecedam outros órgãos e seus profissionais, prestando o primeiro atendimento em situações que não lhe são de responsabilidade prescritiva.

A realidade dos policiais militares do DF, portanto, envolve situações ligadas à violência e à criminalidade, mas, também, o acompanhamento de motes sociais como: situações fundiárias e de habitação em invasões de áreas públicas; atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social (crianças vivendo em condições de abandono em espaços públicos ou privados); pessoas em situações de abandono (idosos ou pessoas com deficiência); incêndios no período de seca; edificações abandonadas usadas para tráfico e outros delitos; danos em redes de abastecimento, como adutoras d'água ou em linhas de transmissão elétrica; atendimento a acidentes de trânsito com vítimas; produtos contaminantes ou perigosos; deficiência na iluminação pública ou em vias de trânsito; festas ou eventos sem alvarás de funcionamento; falhas em semáforos com respectivos transtornos ao trânsito; e inúmeros outros fatos que dificilmente passam despercebidos pelas centenas de equipes policiais espalhadas pelas cidades e rodovias do DF.

3.2 Resultados das entrevistas e categorização das falas

Todas as entrevistas foram conduzidas pelo pesquisador (com uso de dois aparelhos simultâneos de gravação de áudio) e realizadas em locais escolhidos pelos entrevistados. A maioria desses optou por realizá-las em sua residência, em horário previamente agendado (E1, E3, E7, E8 e E13); outros marcaram em locais mais formais, como escritório ou sala de estudos do edifício onde residiam (E2, E4 e E12). Os entrevistados E9, E10 e E11 foram contatados diretamente em suas próprias residências, sem contatos prévios, momento em que era apresentada a proposta da pesquisa e informadas as implicações pertinentes. A todos os entrevistados foi informada a disponibilidade de local na Universidade de Brasília, no prédio do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA/UnB), sendo acatada a sugestão apenas por E6. As transcrições foram realizadas por dois contratados, sendo um desses residente no Distrito Federal e outro, em São Paulo, os quais procederam fidedignamente na transmutação do áudio em texto (contratado 1: E1, E3 e E4; contratado 2: E7 a E13). As transcrições de E2, E5 e E6 foram feitas pelo próprio pesquisador, sendo elas apenas de trechos julgados pertinentes para a pesquisa. Ao todo, foram geradas pouco mais de nove horas de áudio e, aproximadamente, trezentos e um mil caracteres, conforme Quadro 4.

Quadro 6 - Dados gerais das entrevistas/degravações

Entrevistado	Duração do áudio	Caracteres sem espaço	Local de realização
E1	27min04seg	21.628	Residência
E2	40min54seg	7.752	Sala de estudos
E3	32min03seg	19.344	Residência
E4	27min23seg	18.385	Escritório
E5	40min03seg	4.743	Capelania
E6	27min16seg	16.320	PPGA/UnB
E7	44min17seg	31.840	Residência
E8	22min14seg	21.546	Residência
E9	22min06seg	19.220	Residência
E10	27min57seg	20.223	Residência
E11	35min28seg	27.659	Residência
E12	1h11min33seg	48.587	Escritório
E13	1h24min10seg	66.252	Residência

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

3.2.1 Categorias do trabalho prescrito e real

3.2.1.1 Categoria 1. Sentidos atribuídos ao trabalho policial: “*Ser policial é algo que nem todos podem entender. É enfrentar a morte, mostrar-se forte no que acontecer*”

O que fazem? Por que fazem? Essas perguntas encontram algumas respostas nessa categoria inicial. A Categoria 1 busca contextualizar os sentidos do trabalho policial segundo os entrevistados. Como o próprio nome da categoria traz, “ser policial é algo que nem todos podem entender”. Essa categoria tem por objetivo principal abstrair das falas a percepção que os sujeitos têm dos serviços que prestam e como se sentem exercendo tarefas que envolvem a exposição aos riscos. As categorias de sofrimento e prazer, que seguirão mais adiante, estão intimamente ligadas aos sentidos atribuídos pelos policiais.

Quadro 7– Categoria 1. Sentidos atribuídos ao trabalho policial: “*Ser policial é algo que nem todos podem entender. É enfrentar a morte, mostrar-se forte no que acontecer*”

Definição: A profissão policial militar não é de compreensão simples. Os sentidos atribuídos ao trabalho, a realidade que vivenciam no cotidiano, o trabalho concreto e as sensações que têm no desempenho da profissão são elementos indispensáveis para se compreender e analisar as cargas psíquicas e fisiológicas a que estão submetidos. Mencionam o enfrentamento da morte e de outros perigos e a necessidade de se manterem, firmes diante das circunstâncias que venham a aparecer.	
Entrevistado	Verbalizações representativas
E1	“Você vai caminhando pra essência da atividade de Polícia que é proteger a sociedade quando você jura lá a sua própria vida. É uma coisa tão bonita e tão nobre (...) isso é muito enriquecido porque você agrega, esse significado, essa essência mesmo da atividade policial (...), com aquele sentimento da beleza, da nobreza da profissão que é servir a sociedade”.
E2	“A sociedade está mudada, eles não sabem que nós somos também seres humanos? Não existe aquela fábrica de ‘policial bonitinho’.”
E3	“Você tem que pensar 30 segundos a frente de quem de uma pessoa que tá cometendo o crime. Você tem que sobressair sobre a pessoa que tá do outro lado.” “Mesmo com todos os problemas, com todas as falta de condições você tem que exercer aquele papel e exercer da melhor forma possível.” “Saber que no final do dia você vai voltar pra casa, botar a cabeça no travesseiro e dormir consciente que a missão que te deram, foi o dever que você cumpriu, aquela coisa que você tem que ter consigo mesmo: o prazer de fazer.”
E5	“Quando eu saía pra rua eu saía como uma autoridade que tinha que agir sem temor. Com palavras eu não consigo nem explicar, porque já passei por momentos difíceis. Já tive confronto com meliante e depois você cai na real...você pensa: ‘Eu poderia ter sido atingindo.’ Os perigos que eu passei...é por amor mesmo que a gente trabalha, quando você sai pra uma ocorrência, com o peito aberto...é dedicação, é por amor, você sai com tudo, não tá nem aí, sai com adrenalina. Prende bandido, pega armas, não tem como explicar isso.”

E6	<i>“O trabalho policial militar é muito árduo, porque mexemos com gente e pelo fato de lidar com o ser humano, nós deveríamos estar mais preparados.”</i>
E7	<i>“O nome já diz tudo: militar. Esse nome, militar, ele interfere na sua vida. Porque você tem uma outra postura perante a sociedade. Você tem que ser um... como tendo que ser diferenciado, por exemplo, o modo de andar, o modo de agir é totalmente diferente, o modo de conversar. Postura até para sentar. Isso aí... isso aí é essencial.”</i>
E9	<i>“O molde que eu tenho, a minha estrutura, o meu caráter, ele foi forjado na Polícia Militar. Há trinta anos, o conceito de militarismo era muito diferente do que é hoje, né? Então, você era forjado, mesmo que você não quisesse. E, a disciplina que passou para mim, os princípios éticos, morais de lealdade, essas coisas, elas impregnaram, elas fazem parte da minha vida até hoje. A Polícia Militar colocou em mim, ela me fez ser o que sou hoje.”</i> <i>“Eu faria tudo de novo, tudo novamente. Só que eu faria muito melhor”</i>
E10	<i>“Em todos os sentidos da função é um trabalho muito prazeroso poder ajudar as pessoas no momento de necessidade, né? E, ao mesmo tempo, também, a gente fica um pouco constrangido por não poder fazer mais. Realmente, às vezes você queria poder fazer mais, mas no momento, você, não podia devido à situação, às vezes você não pode fazer mais do que te limita ali, né?”</i> <i>“Você tem que saber diferenciar pessoas e saber também ser imparcial, o policial não pode atender as pessoas pelo lado da emoção. Ele tem que ir pelo lado da razão, né? Ser imparcial, ser honesto, ser objetivo e inteligente, para poder assimilar a situação.”</i>
E11	<i>“O cara que entra na PM se casa com a PM e às vezes você briga com a sua esposa, né? Diz que vai separar, mas se você gostar, não separa. A mesma coisa é a PM: você fica com raiva, diz que vai sair, que vai pedir baixa [demissão], mas, pouco tempo depois, você reflete, e volta tudo à estaca zero.”</i> <i>“Depois de trinta, vinte e cinco anos, você já está se cansando daquilo ali, daquela rotina. Não é que você deixe de gostar, mas você já quer uma coisa mais tranquila, mas infelizmente na Polícia Militar não é possível, porque a questão da insegurança é muito grande. A qualquer momento você pode ser convocado. Você tem que estar preparado para isso. Às vezes vai com raiva, mas vai.”</i> <i>“As cobranças de rua continuam as mesmas: ‘Olha, nós temos que baixar a criminalidade, temos um objetivo aqui nessa área.’ Objetivos do batalhão, dos comandantes, a cobrança continua a mesma até no último dia de serviço.”</i>
E12	<i>“Encontrei dificuldades, inicialmente, em ser policial militar porque aquela questão de lidar com a violência, sabe? Ser policial militar é ir nos locais que mais ninguém vai e até mesmo quando as pessoas estão fugindo daquele determinado espaço, né? E eu trabalhei na rua por cerca de vinte anos de serviço. Ser policial militar é enfrentar e vencer as mais variadas adversidades. Eu costumo dizer para as pessoas que a gente entra na Polícia Militar e a Polícia Militar não sai mais da gente.”</i>
E13	<i>“Basicamente, o trabalho do policial é servir. O policial serve a uma sociedade, é um agente de Estado, mas ele não serve ao Estado. É um agente do Estado que serve à sociedade.”</i> <i>“Ser policial é muito complexo porque são muitas áreas do conhecimento que (...) quem é civil [não policial] não tem a dimensão da amplitude de como é lidar e atender a comunidade nos seus anseios porque a gama de serviços que a Polícia Militar presta são muitas.”</i>

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Depreende-se das verbalizações representativas da Categoria 1 a imprevisibilidade da atividade policial militar e a gama de situações com as quais esse profissional pode se deparar. Não há uma rotina no trabalho, nem horários definidos para os atendimentos que lhe serão demandados, bem como não existem protocolos capazes de prever e prescrever todas as situações e dinâmicas possíveis. Uma chamada para atendimento quanto a uma discussão entre marido e esposa pode se tornar um crime passional mais grave; já uma briga de bar (vias de fato) pode evoluir para uma chacina (homicídios múltiplos); uma chamada de som alto (perturbação da ordem), por sua vez, pode descambar em lesões corporais entre vizinhos. Veja-se, nesse sentido, que Silva (2009, p. 3) esclarece que “o trabalho [do] policial militar depende intimamente, muito mais do que de sua força ou coragem, de condições psicológicas que lhe garantam certo bem-estar diante de tão extenuante tarefa”.

Os fatores contextuais que interferem, medeiam ou determinam processos sociais ou individuais são, pois, de suma importância, haja vista que atuam nas percepções de realidade, nos conflitos e na consciência do sujeito. Os indivíduos se identificam com o grupo e se moldam de acordo com os ideais compartilhados, restando, contudo, as flexibilizações decorrentes da manutenção da individualidade (ENRIQUEZ, 1983).

Então, como definir o que é exatamente a profissão policial militar? O que fazem, por que fazem e como fazem? As respostas não são nada triviais. E, talvez, a verbalização a seguir emblematize com muita propriedade essa complexidade: **“A profissão policial militar, ela não é nem policial, nem militar. É uma profissão própria”** (E13 – Grifou meu).

Um aspecto são os protocolos, a descrição da função, o que está prescrito, e outro é o mundo real, o que realmente se faz, havendo uma dissonância entre um e outro. No mundo real, o policial é a própria Polícia, ou seja, ele usa sua autonomia e criatividade, mas é, também, onde ele corre riscos e é responsabilizado por seus atos (CONSTANTINO, 2014), sentindo-se, muitas vezes, abandonado à própria sorte, como se verá mais adiante.

A compreensão do trabalho concreto é indispensável para se entender processos de subjetivação e adoecimento de trabalhadores, pois é o trabalho que define grande parcela da identidade social do sujeito, sendo a centralidade e sentidos a ele atribuídos importantes constructos para as análises das dinâmicas que se desenrolam em uma organização. As lentes através das quais o sujeito vê o mundo, sua forma de existência, seus filtros e preferências têm raízes fincadas no trabalho que exerce, e isso fica evidenciado, no caso dos policiais militares, nas verbalizações a seguir:

E1 – “É difícil você falar assim: ‘Olha eu sou uma pessoa assim e sou uma profissional assim!’ Acho que alguma coisa é comum aos dois.”

E3 – “Com certeza é uma profissão que se você for levar por um lado que não seja de você tentar ser superior..., às vezes você tinha que arrumar uma força onde você não tinha (...) ter aquela sensação: ‘Eu tenho que fazer, eu tenho que aguentar!’ às vezes você tinha que dar uma de super homem, sem ser.”

E9 “O policial que ama ser policial vive aquilo na plenitude. Nós temos que ser muito plenos. Porque nós estamos na ponta da linha, temos que decidir na hora se vai puxar o gatilho, se não vai; se vai prender ou se não, sabe? Se vai gritar ou vai falar baixo.”

3.2.1.2 Categoria 2. O Risco da profissão: “Mesmo com o risco da própria vida”

A Categoria 2 é complementar à Categoria 1 e descreve um importante pilar da natureza do trabalho policial militar: o sacrifício. O juramento é feito pelos policiais militares no ato do término dos respectivos cursos de formação, finalizando-o com a frase “Mesmo com o risco da própria vida”. O juramento ocorre em solenidade específica para o ato, diante de autoridades como governador, secretários de estado e o comandante geral da corporação. A bandeira brasileira e a presença dos familiares e de outros policiais militares reforçam o simbolismo e importância do ato que exige o risco da própria vida, no cumprimento do dever.

Quadro 8 - Categoria 2. O Risco da profissão: “Mesmo com o risco da própria vida”

Definição: No cumprimento do trabalho policial, os policiais tendem a enfrentar perigos e riscos da própria vida para o alcance dos objetivos e execução das tarefas. Que levem ao bem-estar e segurança da sociedade. Há entendimentos de simplificação e naturalização a respeito da possibilidade de morte. É dada uma conotação heroica com acepções subjetivas de espiritualidade que faz com que os policiais, por força de juramento protocolar no ato de ingresso na carreira policial, entendam que o sacrifício no cumprimento do trabalho é algo louvável e inerente à profissão.	
Entrevistado	Verbalizações representativas
E1	<i>“O policial militar ele é importante. A gente faz um juramento ali que arrepia o cara, é muito profundo isso: ‘mesmo com o sacrifício da própria vida’ quer dizer: ‘eu estou disposto a servir essa sociedade, a pessoas que eu nem conheço, eu posso morrer. A missão é tão nobre (...), mesmo que a sociedade não perceba, mesmo que o Estado não perceba, se você [policial] se perceber, se torna importante, você é importante.”</i>
E3	<i>“Você sai de casa e não sabe se vai voltar. Tem aquela sensação de que você tá ali com vida e você tá falando com a sua esposa, com o seu pai e com sua mãe e ao mesmo tempo fala assim: ‘Será que eu vou voltar a falar?’”</i> <i>“O policial militar tem que ter certeza de que a missão que vão lhe dar não é pra ir lá e tentar. Não! Você tem o dever de ir e fazer.”</i> <i>“Ter que dar a vida por pessoas que às vezes não têm o reconhecimento da gente é muito difícil (...)é o juramento que a gente faz e fala que: ‘Mesmo que a morte nos caiba saberemos com honra morrer’.”</i>
E4	<i>“Eu me entreguei de tal forma que (...) não percebi, tava tão apaixonado pela profissão,</i>

	<i>que cheguei a colocar em risco o meu casamento. Por causa da profissão eu fui fazer terapia quando eu percebi que minha mulher já ia me largar. Aí eu consegui falar: ‘Poxa, eu tô me doando mais pra pessoa que cuida lá de casa, que cuida de mim!’. Eu tava num momento onde eu só trabalhava, trabalhava, trabalhava (...)”</i>
E5	<i>“No início eu me via como super-herói e, por muito tempo, me portei assim. Mas com o tempo a gente vai amadurecendo, vai percebendo que está lidando com criminosos, bandidagem, foras da lei, aí a gente vai maneirando. Refreei um pouco e tive mais cautela. Mas comigo não tinha esse negócio, não, eu enfrentava mesmo.”</i>
E6	<i>“Quando você sai pra uma operação e você tá ali... sua vida deixa de ter tanta importância quando você vai salvar uma criança. Um sargento nosso morreu quando ele foi tentar salvar uma criança (...). Uma criança, um idoso quando você vai resolver aquela situação aquela vida ali vale muito mais que sua própria vida, entende?”</i>
E7	<i>“Eu acho que, chegou os trinta [tempo para ingresso na reserva remunerada], tem que procurar ficar ao lado da família, porque você se dedica muito ao trabalho, a vida inteira você vive pra ele.”</i>
E8	<i>“Eu acho que o policial, a primeira coisa, quando ele vai para a rua, tem que botar na cabeça é em servir. Servir ajudando o povo, entendeu? Assim, fazendo sempre o bem, né? Procurar mesmo estar atento à necessidade dos outros.”</i>
E9	<i>“É você viver essa profissão com tanta intensidade que a sua vida vale muito mais do que a minha. Independente de quem você é.” “Se eu sei o que é ser um policial, não interessa: a sua vida vale mais do que a minha.”</i>
E10	<i>“(...) o policial que se diz ser policial militar, que está no sangue, ele dá a própria vida para poder salvar o outro. Ele dá a própria vida para salvar a pessoa que está pedindo ajuda, ele faz o possível para que aquela pessoa se sinta segura, dando a ela a própria vida.”</i>
E11	<i>“Esse juramento não pode falhar. Não pode! Não pode fugir desse juramento. Nenhuma outra profissão tem esse juramento de dar sua vida pelo outro. É como se você tivesse... digamos assim, fazendo uma doação de sangue para um filho, né?”</i>
E12	<i>“Muitas vezes, eu me achava meio super-homem, porque eu não preocupava com a minha vida, nesse sentido. Num afã de ocorrência às vezes de troca de tiro, a gente queria era resolver, pegar o cara. A gente não tinha isso, e a gente ia para cima.”</i>
E13	<i>“O sacrifício da própria vida é você oferecer pra uma pessoa que você nem conhece aquilo de mais importante da sua existência física. Você abre mão por amor a uma causa, por uma fé, por acreditar em algo, para salvar uma outra pessoa ou às vezes apenas para reaver algum patrimônio. Ninguém entende isto melhor do que nós policiais, nós sabemos o que é o sacrifício além do dever.” “Que ele vai dar o bem maior dele, muitas vezes, que é a vida! Então, não existe gratificação física. Eu acho que isso aí é vocação, isso é vontade. Se o soldado [policial em geral] tem vontade de arriscar a vida dele para cumprir um objetivo, a batalha está ganha.”</i>

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

A pesquisa documental resultou no achado da ‘Canção da Polícia Militar do Distrito Federal’, cujo trecho diz: “ainda mesmo que a morte nos caiba, saberemos com honra morrer, de maneira que a Pátria bem saiba que cumprimos com nosso dever”. Atos de bravura e exposição da própria vida aos perigos e à morte são exortados na cultura da PMDF e se manifestam de diversas maneiras, nas falas dos entrevistados:

E13 - “O verdadeiro comandante se preocupa com seus homens. Fico imaginando um comandante de uma polícia como a do Rio de Janeiro com vários policiais sendo atacados... Se um comandante como este não tiver um AVC ou um enfarte por ano, ele não é um verdadeiro comandante. Um comandante tem que se preocupar.”
“A gente faz um juramento de sacrificar a própria vida, mas não me lembro de estar escrito em nenhum regulamento: ‘Olha, morre!’. Isto está no nosso código de honra: ‘Que viva bem! Que morra bem! **Se tiver que morrer, que morra com a cabeça erguida, morra acreditando.**’ Isto sim é dar o que você tem de mais importante neste mundo terreno: a sua própria vida por uma causa.”

A A identidade das corporações policiais brasileiras se assenta no modelo militarizado adotado por elas e na exaltação do *ethos* guerreiro, esse último, expressão emblemática da cultura interna marcada pela autoafirmação da virilidade entre os policiais militares e pelos valores que a acompanha. Embora existam inúmeras críticas a esse respeito, esse é o modelo vigente no país, e assim o será até que seja discutido e remodelado o sistema brasileiro de policiamento ostensivo (STORANI, 2008).

“As metáforas militares também colorem as expectativas públicas em relação às polícias ostensivas. Alegorias associadas à simbologia da guerra como o ‘combate’, o ‘confronto’, o ‘inimigo’ etc. são empregadas tanto no senso comum quanto na mídia para descrever as ações da polícia e para cobrar iniciativas e formas de intervenção. Também são frequentes as fabulações que vinculam a função de polícia a uma ‘guerra contra o crime’ e, mais recentemente, a uma ‘guerra às drogas’. Alguns aspectos, sobretudo aqueles mais imediatamente apreensíveis, favorecem a cristalização dessas metáforas, parte delas até condizente com a realidade policial militar.” (MUNIZ, 1999, p. 112).

O “poder mágico das palavras” e sua capacidade operatória na transformação ou interpretação da realidade, por meio da “linguagem encantada, enfeitada, artística repetitiva (estruturada ritualmente)”, em que a “repetição de slogans, de canções, de palavras de ordem dão a sensação [...] de que as palavras dão presença à ausência e realidade aos desejos” (ENRIQUEZ, 1983, p. 58), são práticas sedutoras, cercadas de elementos que visam a apreender a audiência dos indivíduos e, para a análise do trabalho policial, se mostram convenientes e adequadas para a compreensão de algumas dinâmicas.

Assim, o uso da linguagem adequada e de rituais e simbologias são elementos sedutores que penetram na realidade dos membros da organização, impelindo-os, de alguma maneira, a adotarem e a vivenciarem a visão organizacional (CHANLAT, 2012b; SIQUEIRA, 2013).

A respeito das formas de controle sobre os indivíduos, Schmitt e Faria (2007) afirmam que não apenas o corpo físico, mas a subjetividade dos indivíduos é alvo de estratégias organizacionais. As sutilezas devem exercer impactos sobre os desejos, sobre o pertencimento e sobre os sentimentos dos indivíduos, o que pode ser feito por vínculos de duas naturezas:

objetiva e subjetiva, entre indivíduo-indivíduo e indivíduo-organização. O vínculo formal, segundo Schmitt e Faria (2007), se dá pelas formas tradicionais de controle, ou seja, pela formalidade de contratos, regras internas, salário. Já o vínculo subjetivo tem como vetores os laços sentimentais de pertencimento a um grupo, de reconhecimento e de filiação, dentre outros que operam em instâncias ocultas no interior dos indivíduos.

As crenças e valores parecem ser fatores imprescindíveis para o cumprimento do trabalho policial e, ao mesmo tempo em que mascaram a realidade, parecem dar sentido para o enfrentamento das sobrecargas decorrentes da lida diária, convertendo-as em sofrimento criativo. O sacrifício da própria vida não se refere, necessariamente, à morte em si, mas a uma dedicação quase que sacerdotal à profissão, em que as condutas pessoais são pautadas durante toda a carreira em função do ofício profissional, como se percebe na fala abaixo:

E13 - “Um policial militar vai trabalhar com pneumonia. Ele tem que resistir e superar qualquer adversidade. Quando o corpo não aguenta o moral é que sustenta! Isso pra um civil é inconcebível, um absurdo impossível de se aceitar sob qualquer ponto de vista.” (Grifos meus)

3.2.1.3 **Categoria 3.** Trabalho real: diversificação de serviços e inexistência das tarefas

Não obstante a Categoria 1 descreva a complexidade pertinente à profissão policial militar e a Categoria 2 demonstre abnegação e envolvimento dos entrevistados com o trabalho a ponto de ser naturalizado o ‘sacrifício da própria vida’ como algo não apenas simbólico, a Categoria 3 apresenta outras nuances do trabalho real dos policiais militares, com a diversificação das atividades e inexistência do exigível no trabalho.

Quadro 9 - Categoria 3. Trabalho real: diversificação de serviços e inexistência das tarefas

Definição: O trabalho real, exercido e percebido pelos policiais é diverso do trabalho prescrito. Os policiais relatam que se deparam com todo o tipo de situação com a qual devem lidar, extrapolando as competências previstas da atividade policial nas normas internas e na legislação em geral.	
Entrevistado	Verbalizações representativas
E2	“Um fato que me fez sentir-me muito importante foi por conta de uma enchente em Santa Catarina e nós policiais fomos designados para fazer arrecadação de alimentos em Brasília. Ali a gente se sentiu importante apenas por saber que estava ajudando alguém.”
E3	“As pessoas acham que nós temos que ser psicólogo, parteiro, juiz, doutores, bombeiro. A nossa profissão é desse jeito e todas as pessoas não conhecem outro telefone a não ser o 190. Tudo o que se passa, a pessoa primeiro fala: ‘Jesus Cristo!’ Depois lembra: ‘190 [o número de acionamento da Polícia Militar]’. Acham que por trás dessa farda e por trás desse ‘todo poderoso policial militar’ temos que resolver tudo, mas nós não podemos resolver tudo, infelizmente.”

E4	<p><i>“Eu me sentia mais como um clínico geral, porque eram as demandas das mais diversas naturezas. Você se sente assim, um pouco de RH, um pouco de psicólogo, um pouco de assistente social. Tem que saber dosar aquilo ali, falar assim: “Poxa, eu tenho que saber uma gama de conhecimentos e fazer com que esse conhecimento seja útil e proveitoso pras pessoas que estão vindo demandar o nosso serviço!”. ”</i></p> <p><i>“Eu me sentia como se eu tivesse no mesmo patamar de um promotor, de um juiz, de um administrador, porque ali as pessoas viam a gente como uma referência pra poder ser atendido na sua demanda, enquanto os outros órgãos, nos pede apoio a todo momento, à Polícia Militar.”</i></p>
E6	<p><i>“Não me capacitaram pra fazer aquilo, mas me exigiam. Uma mulher que tá dando a luz, você tem que saber fazer um parto. Tudo exige uma capacitação profissional contínua do soldado ao coronel para que pudéssemos desempenhar melhor a nossa função.”</i></p>
E7	<p><i>“É um trabalho tão importante como qualquer outro, como o de um médico, de um juiz, um advogado (...) tão importante que quando você está na rua, você resolve certas situações que... poderia ocasionar uma ação penal, e você consegue resolver esse conflito ali no local satisfazendo todas as partes [pessoas envolvidas]. Nosso trabalho é importante, você coloca uma pessoa dentro de uma viatura e ali você salva uma vida. Já aconteceu comigo várias vezes de não esperar o Corpo de Bombeiros, SAMU, que hoje existe. Há muito tempo atrás não existia. A gente [policial militar] que salvava as pessoas. Então, é de imensa importância, o trabalho da Polícia Militar.”</i></p> <p><i>“A sociedade ela espera que o policial seja o ‘Robocop’, que resolva tudo, que o policial resolva qualquer problema, que ele esteja ali! Se tem uma pessoa usufruindo drogas, quer que o policial resolva. Ela quer que o policial seja um delegado, seja um juiz, que resolva o problema dele. Porque, não tem remédio melhor do que você ver uma viatura próxima da sua casa, então querem sempre a presença do policial para que, qualquer problema que ocorra, que o policial seja aquele polivalente, entendeu?”</i></p>
E9	<p><i>“O policial, ele é cobrado a exercer inúmeras tarefas, diversas tarefas para a sociedade (...) e ele não tem um retorno de reconhecimento relacionado a isso, né?”</i></p> <p><i>“E o pior de tudo é que o policial faz de tudo. Ele é psicólogo, ele é padre, ele é... faz parto, ele chama o doido para conversar e ele consegue fazer isso tudo aí. Já fui em muitas ocorrências que falam assim: ‘Você é doido, cara?’. Esse cara [eu, o policial responde]: ‘Relaxa! Relaxa, está comigo’”. Ele [o policial] tem essa característica forte, e ele consegue fazer isso tudo aí.”</i></p>
E11	<p><i>“Não é fácil [separar o trabalho da vida cotidiana], mesmo no seu horário de lazer (...), muitas vezes, tive que me envolver ali, mesmo de folga, para resolver situações de ocorrência [demanda policial]. Já houve situação aqui da vizinha... a primeira porta que eles bateram foi a minha, entendeu?”</i></p>
E12	<p><i>“No início da minha carreira não existia bombeiro e nem SAMU para socorrer as pessoas. A gente chegava no local de acidente, a gente sem preparo, sem equipamento, pegava as pessoas ali e levava para o hospital.”</i></p> <p><i>“Levando parturiente para o hospital, a gente fez parto no caminho. Eu trabalhei no Paranoá, que era uma invasão à época. Tínhamos um fusca lá que a gente falava que era ‘o fusca carrega gestante’. Era um fusquinha, viatura três oito nove, ainda lembro o número... eram umas cinco, seis viagens que a gente fazia do Paranoá para o hospital da L2 [Hospital Materno Infantil - Asa Sul]. E por várias vezes nós tivemos que fazer isso sem luva, sem preparo.”</i></p>
E13	<p><i>“De todas as profissões, para mim, é a mais importante. Me desculpem os médicos, os professores, os clérigos, mas, nenhuma profissão é mais importante do que a do policial. O policial é aquele que está vinte e quatro horas na rua. É o único elemento do Estado que tem permeabilidade, proximidade com as pessoas. Ele atende delivery: você liga e ele atende na sua casa! Ele está ali para servir. O professor não vai na casa do aluno, o</i></p>

	<p><i>médico está no hospital (...), o juiz está no fórum dele, o promotor, o jornalista... As redes de televisão, as rádios entram na casa de todo mundo, mas não estão presentes, é unidirecional: eu falo, você escuta. O policial não, ele escuta, ele socorre, ele é padre, ele é psicólogo, ele é terapeuta. Até terapeuta sexual eu já fui (...)."</i></p> <p><i>"(...) falam assim: 'Manda o policial pra rua!', mas pra preparar em determinadas áreas do conhecimento, vamos supor crimes ambientais, o policial do Choque [do Batalhão de Policiamento de Choque] pra atender uma demanda dessa natureza fica perdido. E aí a comunidade: 'Poxa! Mas não é da Polícia Militar?'. É muito diferente dos outros órgãos onde você vai no tribunal e o cara só mexe ali na autuação e atendimento ao público, ele só faz aquilo e aqui você tem que fazer de tudo e tem que fazer bem feito, se não fizer, uma imagem colocada na televisão, onde que o policial dá um deslize a repercussão é muito maior do que você colocar isso daí dum atendente de um outro órgão."</i></p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

A diferença entre o trabalho real e o trabalho prescrito encontra representação máxima na Categoria 3. Ao atenderem os mais variados tipos de solicitações do público, alguns dos quais, aparentemente, não inerentes às suas obrigações previstas, os policiais militares entrevistados revelaram situações que denotam quão inexata é a profissão policial militar. Isso talvez se explique pelo fato de esses estarem diuturnamente em patrulhamentos nos espaços públicos, fazendo com que sejam a primeira resposta quase que onipresente do poder público diante das solicitações que vão, desde uma emergência médica à constatação de anormalidades ambientais, por exemplo. Essa constatação corrobora a afirmação de Silva (2009, p.3) quanto a parecer “existir no imaginário popular uma apropriação automática de que, diante de um problema, *chamem a polícia*”. Essa constatação também fica evidente nas falas abaixo:

E4 - “Quando o pessoal me perguntava: ‘Poxa, mas como é que você dá conta?’ Eu falava: ‘Independente de qualquer horário, nós da Polícia Militar estaremos 24 horas, seja dia de chuva, faça sol, tá ali o policial pra poder atender!’ O mínimo necessário que o Estado manda é o quê? O policial militar.”

*E9 - “A sociedade cobra demais do policial militar. Ela imagina que nós somos... os ‘salvadores da pátria’, mas se a pessoa tem um filho que está com dificuldade, diz: ‘Olha, a polícia vai dar jeito em você!’. Se a mulher está brigando com o marido: ‘Vou chamar a polícia para te bater!’ **Em todos os aspectos sociais, a polícia está presente, né? Então, tem um doido: ‘Não! Chama a polícia, que a polícia pede ao doido!’.** A sociedade espera muito da gente. Eu acho que... não sei se a nossa cultura influencia muito, cada país tem a polícia que merece, né? **Cada povo tem a segurança que ele constrói e às vezes nós construímos mal, e em decorrência disso aí, os equívocos acontecem.**”*

*E12 - “Em locais pobres as pessoas contavam de verdade com a gente para tudo! Uma mulher grávida já sabia que com certeza poderia chamar as viaturas da PM para lhe conduzir aos hospitais. **Nós realmente éramos essenciais.**” “A gente substituía todas as funções do estado [referindo-se a um período de intensas greves na década de 90], de certa forma, a gente é tratado como genérico e, de certa forma, nós somos. **Porque, de tudo o policial militar faz, né? Apenas não tem o reconhecimento.**”*
(Grifos meus)

Um mapeamento detalhado das atividades e tarefas desempenhadas por policiais militares demonstraria, além da imensa variabilidade das funções, tarefas e situações, que esses são exigidos a tomar decisões e a providenciar, se não a solução em si, o acionamento de órgãos e recursos necessários para tal. Para Muniz (1999, p. 96):

“Esta capacidade de atender às demandas emergenciais (presteza), de ofertar respostas às situações críticas e de tomar decisão de forma continuada, em cenários de crise é suficiente para indicar a existência de uma configuração identitária singular. Dessa informação desdobra-se uma linguagem própria para conviver com o perigo e com o risco e para administrar, individual e coletivamente, a expectativa de experimentá-los ora de forma intensa e progressiva.”

Esses policiais são, portanto, profissionais compelidos a atuarem com racionalidade, com habilidades psicológicas, fisiológicas e morais não previstas na descrição formal da carreira policial, algumas vezes, sob adversidades pessoais, como se nota nas falas de E3, E12 e E13:

*E3 - “Nos deparamos com uma parturiente e ela pedindo: ‘Socorro, socorro, socorro! Meu filho vai morrer!’ Chegamos nessa hora exata lá e fizemos esse parto. **A gente lida com a vida e a morte todos os dias** e pra mim aquilo ali foi uma coisa que ficou marcada na minha vida, ajudar aquela senhora no momento que ela mais precisava e quando nós pegamos a criança e viu naquele momento que tava dando a vida a uma pessoa, aquilo marca muito! Pra mim foi uma sensação de um dever de policial militar!”*

*E12 - “Eu recorde uma vez, uma passagem de ano, eu estava de serviço e a gente vendo as pessoas comemorando ali e tal, e naquele dia... ((pausa longa, suspiro profundo)). **Eu estava com a filha de dois meses de nascida, a minha esposa não estava bem, estava um pouco febril, e eu tinha que trabalhar, né?** E eu vendo aquela alegria daquelas pessoas comemorando ali com a família... corri lágrimas.”*

*E13 - “**Servimos o público até de outras raças. Já aconteceu de a gente isolar uma pista para atravessar animais. Já aconteceu mais de uma vez de parar a viatura e tanger um cachorro da pista, para que ele não fosse atropelado. É uma vida, ora!**” (Grifos meus)*

3.2.1.4 **Categoria 4.** Organização e condições do trabalho policial militar

A Categoria 4 reúne percepções a respeito da organização do trabalho. Os entrevistados evidenciam os regulamentos, o grau de exigência do serviço, a falta de instâncias institucionais capazes de fazer um gerenciamento de pessoal eficiente, a falta de suporte adequado na gestão da saúde física e mental na Corporação. A estrutura organizativa, as condições logísticas, o ambiente de trabalho e as relações hierárquicas são proeminentes nessa categoria e remetem ao trabalho real em detrimento da simplicidade do prescrito.

Quadro 10 - Categoria 4. Organização e condições do trabalho policial militar

Definição: A forma como o trabalho policial militar é organizado, as relações de hierarquia e subordinação, as limitações da autonomia do trabalhador policial em algumas esferas e as formalidades prescritas ficam evidenciadas nesta categoria. O controle e a disciplina são registros bem peculiares de organizações policiais militares e lastreiam a subjetividade dos entrevistados.	
Entrevistado	Verbalizações representativas
E1	<i>“Comandar cumprindo o regulamento é fácil, mas fazer amizade advém em primeiro lugar de você perceber as pessoas como elas são com suas dificuldades, você vê ali na sua frente um soldado, mas é um soldado que é pai, que é um ser humano que tem problemas, que você tem que ouvi-lo, sabe?”</i>
E2	<i>“Você entrou sabendo das normas. Ser policial é fácil porque está tudo escrito. Se começar inventar começa a dar problemas.”</i> <i>“O planejamento de um policiamento é uma coisa, papel aceita tudo, mas a realidade é totalmente diferente.”</i>
E3	<i>“Sou do tempo que a Polícia era: ‘Sim senhor e não senhor’. Eu me lembro bem quando eu entrei na sala do comandante do curso de formação do Gama, pensei: ‘Meu Deus! Tô na sala do comandante!’. A gente achava que [ele] era um ser supremo (...) aquela coisa de achar que era diferente dele, mas não! Via que era uma pessoa normal, no qual tinha que fazer o papel de comandante e a gente tem que ver aquilo e superar, não se sentir menosprezado.”</i>
E4	<i>“Procurei dar o melhor de mim, no decorrer da minha atividade como policial militar, mas eu verificava que toda hora eu era controlado, de tal forma onde... eu queria avançar num determinado segmento, mas eu tinha que tá toda hora: ‘Comandante, eu posso tá fazendo isso? Isso vai dimensionar aqui a corporação.’, [respondia]: ‘Não. Segura aí!’, ‘Ah, comandante posso fazer isso aqui?’. ‘Não. Deixa eu verificar junto ao outro comando pra ver se isso daqui vai trazer dividendos bons pra corporação’. E assim eu me vi ao longo da carreira... umas certas frustrações.”</i>
E6	<i>“Trabalhar da forma como nós trabalhamos!? Somos verdadeiros heróis! Só quem tá lá dentro sabe o que nós passamos... as pessoas não imaginam as faltas que nós passamos dentro da instituição.” “Se eu quero prestar um serviço de excelência eu tenho que estar equipada, tenho que está capacitada e continuamente capacitada.”</i>
E7	<i>“Não é sempre só aquela coisa que você aprendeu que você vai colocar em prática.”</i> <i>“É como se fosse um efeito dominó, se você está insatisfeito você já chega desmotivado [para trabalhar]. E o que causa desmotivação às vezes é uma escala ruim de serviço, trabalhar doze por trinta e seis à noite, você está noite sim, noite não. Só que, naquele período da sua folga, aconteceu várias vezes de eu ter que trabalhar também (...) então você ficava três noites fora de casa. Isso aí deixa o policial desmotivado. O primeiro problema é a escala. O outro, às vezes você vê as outras classes recebendo aumento de salário (...) se você for analisar, eles não fazem mais nada do que a sua classe, entende? Você é policial militar... mas é desproporcional, o salário... os aumentos. Então, isso aí afeta muito o policial. Já chega e diz: ‘Pô, não vou fazer nada, os caras que estão ganhando. Manda eles fazerem então! Eu que estou fazendo para eles!’. Local de crime, quem que tem que preservar? Pelo Código de Processo Penal você preserva até chegar a autoridade policial e, muitas das vezes tinha que ficar no local, aguardando o delegado,[ele]chegava, ia embora e você continuava lá.”</i>
E8	<i>“Eu acho que até hoje os equipamentos são o maior problema, tanto viaturas, armas... o trinta e oito [revólver] tínhamos que fazer limpeza... quantas vezes a bala mastigava [falhava no disparo] e a gente ia falar isso daí com o responsável da reserva e não tinha bala para repor. E a gente andava com aquela munição, sabendo que ela estava falha. Eu cansei de ir para a rua desse jeito. Era Deus que guardava mesmo, sabia?”</i>

	<i>“Nós sabemos que a vida militar exige a hierarquia e a gente tem que ser fiel a isso, (...), cada um no seu ponto. Hora do trabalho é hora do trabalho, cada um respeita a responsabilidade do outro. (...) Está prescrito.”</i>
E10	<p><i>“Ser policial é fácil, você sendo uma pessoa honesta, honrando com o teu trabalho e obedecendo, dentro do limite, o que o teu superior hierárquico te manda (...) Quando você achar que a situação é um pouco exagerada, você relata para a própria pessoa que está te comandando”.</i></p> <p><i>“O mais difícil é o logístico. Viatura, né? Você fica estressado porque você pegou uma viatura que... você deixou passar uma situação, não porque você queria deixar, mas porque a viatura não te ajudou. Então, esse lado material tinha que melhorar bastante.”</i></p>
E11	<p><i>“E chegar em casa sem tomar nenhum processo, porque é um fio muito... é o gume da espada. No momento que você atende uma ocorrência, sabendo que ali tem uma pessoa cometendo um crime, que tem uma vítima, se você não souber dar um desdobramento, ela vai se voltar contra você. Já aconteceu comigo, da ocorrência estar toda amarradinha, de acordo para levar para a delegacia, quem acabou respondendo fui eu. Por mais que o policial conheça a lei, muitas coisas ele não pode fazer, embora tenha vontade, em nome da própria lei.”</i></p> <p><i>“Um policial, para ser realmente policial, não é aquele que sai da Academia. Porque, a Academia, as escolas, são só teoria. O que vai te ensinar é a rua! Tem uma coisa chamada tino policial: aquele faro, o ‘olhar biônico’, você olhar para uma pessoa e dizer: ‘Aquele cara está armado.’. E você dá o bote no cara, e o cara realmente estar armado ou com drogas. Mas, isso aí, só se aprende na rua, com muito trabalho na rua todo dia. Um policial, para ele estar pronto mesmo, no mínimo três anos de rua, direto.”</i></p>
E13	<p><i>“Ser policial é uma linha tênue. É como estar em cima de ‘gilete’ e quando o policial cai de cima dessa linha está sozinho. Ele não tem apoio, principalmente da corporação. Como tem a corregedoria para acusar, ninguém nunca pensou que deveria existir uma defensoria para proteger?”</i></p> <p><i>“Na Polícia Militar a gente se vê obrigado a aprender mais, a buscar mais conhecimento, a ser mais técnico. Porque, os bancos acadêmicos não dão tudo para você. Então, você tem que buscar muita coisa. Até porque, para lidar com pessoas, você tem que ter um exercício muito grande, uma devoção, uma vontade...”</i></p> <p><i>“As pessoas notam quando uma viatura da Polícia Militar deixa de passar. Então, eles veem a importância da Polícia Militar. E essa que: “Ah, pode ser uma polícia fardada civil, pode ser uma guarda municipal,” é balela. Porque, ela vai ser civil, ela vai poder fazer greve, e vai ter hora que eu não vou contar com aquela polícia. Seja pelo adiantar do horário, seja porque está na hora de troca de turno, entendeu? Então, eu acredito, e vejo isso pelas unidades que eu já passei”.</i></p>

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

A noção conceitual de ‘Organização do Trabalho’ decorrente da Psicodinâmica do Trabalho envolve tarefas, normas, controle, questões afetivas e emocionais na interação indivíduo/trabalho (DEJOURS, 1992b). Esses constructos aparecem embutidos nas verbalizações representativas dessa categoria. A divisão do trabalho, o conteúdo das tarefas a serem executadas, as relações de hierarquia, distribuição de poder e responsabilidades são aspectos da organização do trabalho que geram repercussões individuais e coletivas, impactam nas relações interpessoais e acarretam em consequências positivas e negativas na

saúde. É pressuposto da psicodinâmica que a organização do trabalho pode exercer impactos sobre o aparelho psíquico dos sujeitos e que podem surgir, a partir disso, condições de sofrimento ou de prazer (DEJOURS, 1987).

A organização do trabalho é resultante, também, das intersubjetividades e relações sociais entre os trabalhadores, entre eles e a organização, e, mais do que apenas sofrimento e prazer, envolve dinâmicas sociais (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994). As condições do trabalho abarcam os espaços físicos, materiais e equipamentos, dizem respeito à exposição aos ruídos, ao calor ou frio, às cargas horárias. As relações socioprofissionais abrangem a interação entre colegas, as hierarquias, os canais de comunicação e, finalmente, da interação de todos esses elementos contextuais, decorre a autopercepção de prazer e sofrimento, que se traduz pelo grau de liberdade, pelas recompensas, pela satisfação pessoal, pelos desgastes e inseguranças (DEJOURS, 1992a; MENDES, 1995; MENDES; ABRAHÃO, 1996). A compreensão da relação desses fatores é crucial para a apuração dos impactos do trabalho na subjetividade dos sujeitos. As incongruências entre o trabalho formalmente prescrito e aquele que é de fato executado pelo trabalhador denotam parte das pressões para o cumprimento de tarefas que extrapolam a previsão contratual e, algumas vezes, até mesmo as capacidades dos trabalhadores.

Os entrevistados apresentaram um cenário de enormes exigências na carga horária de trabalho, com restrição aos momentos de lazer e descanso. Ainda, apresentam cenários de privações, de trabalhos extenuantes, física e psicologicamente, como se verifica nas verbalizações:

*E4 - “Aprendi a dizer não em determinadas situações. Poxa! **Passar 15 horas no quartel ou na comunidade e quando chegava em casa conversava um ‘oi’, dormir e já voltava, aí não dava.**”*

*E5 - “Uma vez cheguei atrasado e fui punido. Mas era engraçado, a gente trabalhava 12 horas de serviço [previsão habitual] tínhamos que permanecer muito mais tempo. **A gente trabalha muitas horas a mais do que é previsto.** Não entendo isso. Somos muitas vezes usados na hora de folga e deveria ser visto com justiça essa situação. **Nós trabalhamos muito na folga, sem receber nada.**”*

*E7 - “**Não é razoável você colocar um policial em pé doze horas, igual eu passei várias vezes na Esplanada dos Ministérios, sem poder conversar com o colega do lado, com o cassetete em posição de combate (...)** mal almoçar e voltar de novo para aquela posição ali. Na época do impeachment a gente sofreu bastante e várias outras manifestações que ocorreram do período de oitenta e oito a noventa e três. Foi um período que o policial foi ‘escrivelado’ [sic]. É uma linguagem vulgar, mas é o que eu acho.”*

*E8 - “**Às vezes mexiam muito no nosso horário, você estava num horário, colocava sua vida de acordo com aquele horário e, de repente, vinham e mudavam tudo.** Diziam que era por causa da necessidade do serviço. E a gente tinha que*

concordar, porque, vai fazer o quê? Trocavam e não tinha outro jeito. No início, a gente até ficava impactado: ‘Poxa vida, por que tem que ser assim?’, mas depois a gente ia ver que era devido à necessidade do serviço. Às vezes você programava alguma coisa, a escala era doze por trinta e seis, aí quando chegava no final de semana que você estava folgando, trocavam e ao invés de você folgar normal, você trabalhava sete, oito dias, para folgar um.”

E11 - “O comandante era o seu dono, ele falava: ‘Olha, tem reunião agora.’, [eu respondia]: ‘Não! Eu estou de folga.’, [ele dizia]: ‘Não interessa! Eu quero você aqui às catorze horas.’. E você tinha que ir, tá entendendo? Então, isso causava um certo pesar, mesmo você gostando muito do trabalho, né?” “Para você curtir um final de semana, era raro. Você não podia ter uma programação para ter um lazer, e nem para estudar. Então, se você quisesse fazer as suas outras atividades, você tinha que ser praticamente um mágico. Hoje não.”

E12 - “Por muitos e muitos anos era uma escala muito pesada, a gente trabalhava noite sim, noite não, né? E às vezes saía de serviço, tinha que ficar para aquelas longas formaturas, às vezes treinamento de controle de distúrbio, depois que você trabalhava doze horas à noite, né? Doze horas à noite em tese, porque você saía umas duas horas antes de casa, depois que você saía, que realmente estava indo para casa, você gastava mais umas duas horas para chegar.” (Grifos meus)

Para Weber (1999), a estabilidade de um sistema está nas relações verticais de autoridade, em que a dominação é a relação entre o exercício dessa autoridade e a obediência assentada em valores que a legitimam e a justificam. Para o autor, aqueles que obedecem devem fazê-lo por convicção, por obrigação, por medo, por costume ou por interesses pessoais e, por isso, quanto maior a carga valorativa na base hierárquica sustentando a relação de obediência, maior será a estabilidade do sistema. Nesse aspecto, a dominação racional-legal caracterizada, principalmente, pela formalidade das relações, pelas normas, pela divisão hierárquica clara, pelas prescrições e pelo estabelecimento de regras de conduta, parece enquadrar perfeitamente as práticas adotadas na PMDF. Para Weber (1999, p. 194), “onde quer que exista, a administração diretamente democrática é instável”, o que parece refletir a visão transpassada na passagem abaixo:

E6 - “Como sou muito disciplinada, a Polícia pra mim foi muito fácil. Toda organização tem que ter hierarquia, senão vira bagunça. Então eu soube lidar bem com isso. Sou muito decidida, se eu estou em uma ocorrência eu não vou ligar pra um Coronel pra perguntar o que devo fazer, então me tornei decidida, disciplinada, organizada e eu agradeço isso à Polícia Militar.” (Grifos meus)

A organização é uma referência singular na vida do indivíduo contemporâneo, sendo o local onde ele se realiza, onde tem relações sociais e onde ancora sua identidade social (FREITAS, 1999). Diagnosticar a mobilização e engajamentos que a organização exige de seus membros é fator preponderante na apreciação do trabalho, segundo a psicodinâmica, pois

nem todos os sujeitos naturalizarão as práticas institucionais, como é o caso de E6 na fala anteriormente citada, surgindo, a partir disso, a falência no enfrentamento, o sofrimento e o “desenvolvimento de patologias sociais como a perversão, violência e servidão” (MENDES, 2007, p. 31), que, mais adiante, serão discutidas nas categorias de sofrimento. O fato de estarem engajados vinte e quatro horas por dia com a identidade social de policiais, conforme contatado por Barcellos (1999), somado à rigidez da instituição policial militar, constitui, por si só, fonte de sofrimento mental que extrapola os limites do ambiente do trabalho e alcança o próprio universo de existência do sujeito.

É factível acreditar que, em decorrência da estrutura verticalmente hierarquizada, aqueles mais próximos do topo, dos emissores de ordens, enquanto transmissores intermediários de diretrizes para os escalões subordinados, estejam submetidos a pressões adicionais. Ao conscientizarem-se de que são elos decisivos na trilha comunicacional corporativa, entre escalões superiores e os executores, é provável que esses indivíduos se sintam e, até mesmo, sejam responsáveis por parcelas cada vez maiores do serviço executado, conforme transponham postos hierárquicos maiores, como nas falas:

E6- *“Cumprí meus 31 anos, fiz meu serviço e fiz tudo o que tinha que fazer. Conforme os postos a responsabilidade é maior. Eu entrei como soldado e fui até major e cada posto a responsabilidade foi mais pesada. Pra mim foi mais difícil quando eu galguei o oficialato. A cobrança é maior, a responsabilidade é maior. Você ter que dar conta daquilo”.*

E11- *“O estresse é maior, principalmente quando você vai se graduando. Você acha que você vai ter vida fácil, mas, quando você sai cabo é uma paulada, sai sargento, a responsabilidade aumenta e sai oficial, pior ainda. Eu nunca trabalhei tanto na minha vida depois que eu saí Tenente. Porque, eu tinha uma escalinha tranquila, ia para casa, não tinha coronel [não respondia diretamente ao Comandante]” (Grifos meus)*

A eficiência da Polícia Militar, enquanto órgão de segurança pública, é notória ao se considerar a observação de Valla (2000), para quem o modelo organizacional adotado tem méritos comprovados pelos anos de experiências cumulativas na história brasileira, no qual solidez e, principalmente, estabilidade permitiram a continuidade na prestação dos seus serviços. Essa constatação aparece bem detalhada na visão de E13:

E13 - *O termo militar, ele não é relativo somente à guerra, mas a uma estrutura feita para funcionar onde todas as outras faliram, pararam de funcionar, entraram em colapso. O militar, ele não pode entrar em colapso. Ele está em condições de dar pronta resposta à sociedade, independente se o mundo está acabando. Poucas profissões têm essa visão. O termo "militar" é que, na minha visão, que não deveria existir. Militar é uma filosofia, é uma estrutura, ela está implícita, ela não é a mais importante, importante é o policial. Funciona até hoje, e vai funcionar daqui a dois mil anos. Pode ter outro nome, até uma maquiagem na estrutura, mas*

vai ser uma polícia com uma estrutura militar, com uma hierarquia e disciplina coesa. Com um policial que, vá mediante ordem, porque, é o dever dele, e ele não pode recuar. Porque, o cidadão espera isso dele. (Grifos meus)

As categorias até agora apresentadas, como já se havia comentado anteriormente, mostram a complicação de se isolar com refinamento conclusivo os elementos que constituem o trabalho policial capazes de dar origens aos processos patológicos de sofrimento ou de prazer. Em se tratando de simbologias e sentidos institucionalizados e surgidos, espontaneamente, no âmago das relações entre os indivíduos dão significados e segurança coletiva, há um preço a ser pago para experimentações tão intensas. Policiais militares lidam com vida e morte, com sucesso e fracasso nas tarefas de proteger, com crimes ou mero controle de conduta de cidadãos comuns, são agradecidos e, muitas vezes, hostilizados, são heróis e vilões, sentem-se úteis e, também, injustiçados e discriminados. A farda lhes exigirá condutas mecanizadas, as situações lhes imporão serem comedidos, sentimentos deverão ser tolhidos, mas tudo isso não significa estarem dessensibilizados. A essência humana, prévia à condição de policial, estará ali pulsante como sempre esteve, intacta, até certo ponto, passível de dilacerações aviltantes e, por isso mesmo, necessitada de alijamentos. Uma fala representativa, capaz de contextualizar toda essa complexidade e introduzir o que se apresentará nas próximas categorias, quais sejam, sofrimento e prazer, vem a seguir:

E9 *“Quando a gente entra na instituição, nós somos civis que vamos ser transformados em policiais, né? Então, todos nós temos uma essência, todos nós temos o nosso caráter. E ele vai ser trabalhado, ele vai ser burilado, ele vai ser melhorado, né? Nós vamos agregar valores, conhecimento, técnicas. Eu não acho que a nossa natureza muda. Eu, por exemplo, se eu estiver com raiva, eu vou estar com raiva fardado ou sem farda. O grande problema é eu controlar esse ímpeto de cólera, entendeu? Se eu tiver vontade de chorar, com farda ou sem farda, eu vou ter essa vontade. Só que... tem horas que eu posso chorar e tem horas que eu não posso chorar. Eu, por exemplo, tive vontade, muitas vezes, né? De perder amigos, e você não poder soltar uma lágrima. Você estava dentro da casa da família, vendo a situação e, se você não segura a onda, você faz todo mundo desabar. Então, a nossa natureza, ela é assim. Todas essas coisas, essas emoções, elas estão residentes na gente. Só que a gente tenta esconder elas, por intermédio da farda. Mas isso não resolve o problema, porque, quando você tira a farda, aí você se descortina e vê quem você é, né? É um ser humano que tem uma carga emocional pesada, que tem uma carga de trabalho às vezes que... né? Podia ser atenuada, que tem uma cobrança social enorme, e ele é um ser humano como qualquer um vestido de policial” (Grifos meus)*

3.2.2 Categorias de sofrimento

3.2.2.1 Categoria 5. Efeitos fisiológicos, psíquicos e socioafetivos decorrentes do trabalho policial militar

As categorias anteriores apresentaram a complexidade da profissão policial, a qual é repleta de tarefas não prescritas e cujas condições de trabalho são precárias e, muitas vezes, degradantes. Essas mesmas categorias demonstraram os esforços despendidos para o cumprimento das atividades policiais, em que os entrevistados demonstraram que o policial precisa desenvolver habilidades para apartar atritos entre pessoas para abrandar consequências, precisa pensar e agir com rapidez e antever ameaças momentos antes que elas ocorram, pois sua integridade ou a de outras pessoas pode depender disso. Essa mobilização gera tensão, deixando suas marcas.

Quadro 11 - Categoria 5. Efeitos fisiológicos, psíquicos e socioafetivos decorrentes do trabalho policial militar

Definição: A literatura relacionada à atividade policial militar evidencia que a profissão impõe aos sujeitos uma série de exigências como sobrecarga de horários, exposição a intempéries, restrições alimentares e de água. Esta categoria se atenta para falas que evidenciam consequências reais e imaginárias nas dimensões física, psíquica e socioafetiva dos entrevistados.	
Entrevistado	Verbalizações representativas
E2	<i>“Somos preparados, mas é muito complicado o estresse do dia a dia.”</i>
E3	<i>“Infelizmente, já perdi colegas tanto de forma violenta, como acidente com viatura, como pessoas se perdendo em vícios, dizia um: ‘Um dia eu vou morrer mesmo’. Isso aí é uma coisa que tá inserido na mente do policial militar.”</i>
E4	<i>“Eu saía 11 e pouco da noite, meia noite de casa. Quem atendia [telefonemas de convocação] era a mulher [a esposa], aí passava pra mim: ‘Ok!, Já tô indo!’, aí ela ficava frustrada, mas eu não sentia, não conseguia perceber a frustração dela e eu ficava contente e deixava ela infeliz (...).”</i>
E6	<i>“Eu tinha com quem me abrir, mas a gente sabe que isso é só ‘um melhora!’ que não vai estancar a dor. Como me podem exigir um bom trabalho se não me dão meios?”</i> <i>“Pra pessoa tirar a própria vida é uma loucura muito grande. Tem policiais nossos que necessitam de acompanhamento. Falta a determinados chefes a percepção de encaminhar estes policiais. Não é só da profissão, tem a questão familiar...nós somos muito cobrados.”</i>
E7	<i>“Tem que estar muito angustiado, tem que estar sofrendo muito para chegar ao suicídio. Ela está sofrendo ali, é um estresse, pessoa ali está a mil, angustiada, mas não consegue botar para fora, não consegue conversar, não procura ajuda médica, não procura o amigo. Eu já tive colegas que suicidaram, estou lembrando de dois...é uma coisa muito triste, viu? Trabalhavam no mesmo batalhão que eu, né? Colegas meus, os dois, os problemas eram com os filhos. Está vindo de fora, da vida familiar, entendeu?”</i>
E8	<i>“Quanto à minha saúde, acho que o trabalho na Polícia afetou. A gente tinha período de lanchar, período para tomar água... Não era assim: ‘Vou tomar água’. A gente não podia tomar água em público, sentar num lugar e lanchar. Em oitenta e três, tinha a salinha</i>

	<i>onde a gente podia entrar. Eu acho que me afetou porque eu já operei três vezes dos rins, pedra na vesícula, eu tinha muita sede. Eu não sei, também, se eu era propensa a ter essas pedras, né? Mas eu tinha muita sede e não podia tomar água na hora que a gente queria. Não tinha essas liberdades que hoje a gente vê. Era mais complicado, a gente era muito cobrada. Por exemplo, você queria ir ao banheiro? Tinha o horário de ir.”</i>
E9	<i>“Numa ocorrência lá em Ilhópolis [cidade fictícia] um policial nosso, tomaram a caminhonete dele de assalto. Nós interceptamos de helicóptero, botei ele no helicóptero. A situação me maltratou muito porque ele pedia para não morrer. Eu tirei minha camisa, ele levou um tiro que transfixou o crânio e eu botava aqui, e saía sangue assim ((demonstrou na própria cabeça)). E falava para o piloto: ‘Comandante, corre! Corre, comandante.’ E ele pedindo para não morrer. O piloto deu o nariz embaixo. [procedimento para ganho de maior velocidade na aeronave] ((estalando os dedos)) Não conseguimos salvá-lo. Isso aí me marcou muito porque me senti impotente aquele dia. Qualquer um pode ser alcançado por uma tragédia como essa daí. Vem para dentro de casa, na sua cabeça já vem... filhos, esposa.”</i>
E10	<i>“O policial militar deveria, quando tem a reunião para entrar de serviço, ser perguntado o que está se passando, como é que está a família, como é que está a situação dele pessoal, se está bem. E, se ele falar que não está em condições de trabalhar, que aquele superior hierárquico entenda e pergunte qual motivo, o que que ele está realmente passando, o porquê que ele não pode trabalhar. Que seja orientado aos médicos, ao comandante, para dar um apoio maior àquele policial. Às vezes uma simples conversa tira aquela pessoa da aflição, daquela vontade de suicídio, de se matar, daquela depressão.”</i>
E11	<i>“Olha, teve um acidente na ponte, foi em oitenta e nove, se não me engano, na Ponte Costa e Silva onde morreram cinco jovens. O carro capotou e a gente chegou lá, a primeira viatura. Algumas vítimas ainda estavam vivas, gritando, presas nas ferragens e gritando. O Corpo de Bombeiros de Brasília é muito eficiente, mas nesse dia, demorou um pouco. E, para mim, aquilo foi frustrante porque a gente não podia fazer nada, não tinha meios nenhum. A única coisa que a gente podia fazer era ficar ali olhando...”</i>
E12	<i>“Suicídio é um assunto que me interessa até para tentar ver o que que a gente pode fazer para prevenir. (...) Nossa corporação precisa ter muito zelo com os policiais nesse sentido. Porque, os dois anos que eu tive mais notícia que se teve mais suicídio na corporação foi no ano de dois mil e... dois mil e catorze, né? O potencial suicida dá diversos sinais... deixa um dano muito grande nas pessoas, tanto na família quanto nos colegas de trabalho, mesmo que não seja no local do trabalho. ..., uma das questões que foi constatada, foi a questão do financeiro, mas a gente sabe que não é só isso. Nós temos, na nossa corporação, grande parte do efetivo com uma desestruturação familiar. Isso é uma das causas, também, que leva...”</i> <i>“Fui designado para um dia que um policial matou a esposa e cometeu suicídio aqui em Volarópolis [fictício]... foi uma cena muito brutal aquilo ali.”</i> <i>O suicídio vem, às vezes, por a pessoa estar já com depressão, na dependência química, né? Essas coisas todas potencializam ali, colocam a pessoa muito mais próximo disso. A gente vê muito os antigos [policiais veteranos], se sentirem menosprezados e menos valorizados do que os mais modernos [policiais com pouco tempo de polícia]. Embora o suicídio não seja só coisa de antigo, mas a maior parte desses aí que aconteceram foi de pessoas com, no mínimo, acima de dez anos na corporação, né?</i>
E13	<i>“Eu já tive síndrome do pânico. Infelizmente, eu somatizei tudo aquilo que eu sofria, em termos de perseguições, sofria também o que a mídia despejava sobre a Polícia... como profissional, nunca consegui me desligar. Eu sempre estive assistindo aos jornais, preocupado com o que está acontecendo. Infelizmente, eu desenvolvi, por falta de mecanismos de desestresse, falta uma política de acompanhamento psicológico. O policial, precisa de um acompanhamento, (...) ele tem que se afastar da atividade e ter uma análise. Mais ou menos isso que nós estamos tendo aqui agora.”</i>

	<p><i>“A somatização existe porque a gente se preocupa, focamos muito a instituição, a gente renega a segundo plano a família, relega a segundo plano, a nossa saúde, relega...a tudo que nos traga bem-estar, em prol da corporação. Você trabalha muito mais do que...”</i></p>
--	---

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

A Categoria 5 apresenta a contextualização das diversas consequências derivadas dessa profissão instável e imprevisível. Nela, realidades avassaladoras ocorridas com os entrevistados e com colegas são abordadas de maneira realisticamente a demonstrar situações cruéis, em que as dimensões físicas e psíquicas, não apenas dos policiais, mas, também, de pessoas à sua volta, são atingidas drasticamente.

Ficou perceptível no referencial teórico, com destaque para os estudos da área que se ocupam das questões de saúde, que a profissão policial militar impõe aos indivíduos exigências físicas e psicológicas que impactam significativamente em várias dimensões da saúde. As verbalizações dessa categoria apresentam questões cruciais para a contextualização das pressões decorrentes do trabalho policial, como, por exemplo, a sensação de abandono e descaso para com suas angústias:

E6 - “Não era uma profissão fácil. Muita coisa eu fiz porque eu tinha aquela vontade moral de fazer.”

E5 – “Muitas das vezes eu me via em situações de risco (...) trabalhando dentro da legalidade, tive que responder por meus atos, mas quando estávamos em situações difíceis, sempre que precisávamos de um apoio, seja por parte da corporação, e também por parte da justiça, você estava por sua própria conta. Já sai da polícia e até hoje não consegui entender o porquê de estarmos servindo, termos que ferir ou até matar os outros e a gente ter que tirar o próprio dinheiro para pagar advogado. A gente trabalha, se dedica e no momento que a gente mais precisa, te colocam num canto e você que se vire.”

E13 - “O que eu vejo às vezes é a falta de apoio e de amparo dentro da instituição, porque, você está no exercício da profissão, você é o braço do Estado, que está naquela situação, porém, quando você precisa você fica só para responder. Você praticou ato em virtude do exercício da profissão, mas você não tem um amparo, você não tem uma comissão de advogados para te defender. E parece, assim, e, também a minha percepção, é que o judiciário é muito covarde e duro para com os policiais. Todo profissional, é passível a erros, mas, os policiais, quando chegam na justiça, a julgamento, a percepção que eu tenho, é que a mão é mais pesada.” (Grifos meus)

As verbalizações de E5, E6 e E13 são coerentes com os achados de Amador (1999), Souza e Minayo (2005) e reiteram as constatações de Andrade, Souza e Minayo (2009), ao confirmarem que policiais militares têm fortes sentimentos de desvalorização, de falta de reconhecimento social e de baixa autoestima. O quadro de verbalizações representativas

apresenta, de forma geral, efeitos e consequências do trabalho policial. No entanto, a interpretação dos fenômenos foram aqui contempladas em subcategorias, considerando-se as dimensões fisiológicas, psíquicas e sociais.

3.2.2.1.1 Subcategoria 5.1. Problemas Fisiológicos

Os relatos a seguir trazem consequências resultantes de trabalhos noturnos, de sobrecargas horárias e que acarretaram transtornos aos entrevistados, inicialmente, de ordem fisiológica:

E3 - “Às vezes você queria fazer uma coisa, mas não dava conta porque o corpo já estava tão sobrecarregado de escalas, essas Esplanadas [Esplanada dos Ministérios] da vida (...), então você tem que tentar procurar uma força do inesperado, você tinha que cumprir esse papel, ali firme. Às vezes o corpo em pé, mas a mente tentando segurar e o corpo às vezes não segurava, às vezes você via um companheiro cair ao seu lado sem poder fazer nada.”

E4 - “Quando eu tava na CAO [nome fictício] tive já um princípio de infarto que eu tive que me submeter a um cateterismo. Tava na época ali com muita pressão, pra demandar uns serviços, teve uma outra que me deixou extremamente estressado que eu fui pro serviço médico, quando eu estava no BPM [nome fictício] devido à intensa atividade que era, uma sensação... assim, o grau de estresse tava muito alto que minha musculatura tava palpitando, o próprio comandante percebeu minhas pálpebras, musculatura do ombro saltitando, teve o discernimento de me encaminhar pro serviço médico.

E7 - “A gente trabalha muito tempo à noite, então, você fica com aquela insônia, e isso afeta aqui fora, ainda não consegui conciliar o momento que você vai dormir. Porque, desses vinte e sete anos, eu creio que eu trabalhei vinte anos à noite, vinte anos à noite não é brincadeira. O estresse, ele faz parte também. Certos momentos aí, dependendo das ocorrências, você tem um limite muito alto de estresse.”

E10 - “Naquelas greves da Esplanada a gente não almoçava, não podia beber água, ali era um serviço muito árduo. Você se sentia mal, você não se sentia reconhecido como ser humano. Uma situação verdadeiramente degradante, você dava a sua vida, você realmente você estava se doando ali. Você estava passando sede, estava passando fome, estava passando necessidades fisiológicas, mas mesmo assim, você estava cumprindo com teu dever, que era estar ali, para proteger a sociedade.”

E12 - “Em virtude do serviço, eu adquiri uma sinusite crônica, né? Trabalhei anos a fio à noite, e eu gostava de trabalhar à noite mesmo. Era uma sobrecarga muito grande de trabalho. Era enorme, essas coisas todas... Eu fiz um curso de cabo em oitenta e oito, eu ficava mais era dentro... quando não era na Esplanada, era dentro de ônibus, por causa de greve dos rodoviários. Mais um dos problemas que eu adquiri, também, foi a questão do problema de coluna, né? Nesse final do ano passado eu tive várias crises de coluna; agora, semana passada, eu tive crises de coluna. Principalmente depois que eu trabalhei uns três meses numa Toyota na zona rural, na época, isso agravou.

E13 - “Eu tive um problema de câncer na tireoide, entendeu? Até onde isso aí não pode ter sido somatizado? Um excesso de adrenalina? Um excesso de toxinas que eu joguei no meu organismo porque eu estava em combate, engajado?” (Grifos meus)

Estudo conduzido em Santa Carina (2010) constatou que fatores como remuneração, carga horária, materiais e equipamentos, divisões hierárquicas e turnos integrais submetem polícias a uma rotina de intensos encargos emocionais, psíquicos e fisiológicos que acabam por impactar no equilíbrio biopsicossocial, na motivação, na autoestima e na eficácia no trabalho. O excesso de carga horária, acompanhado da respectiva privação de descanso suficiente para a recuperação orgânica dos policiais, descamba em problemas mais sérios, sistematicamente, desencadeadores de atitudes compensatórias prejudiciais à saúde.

3.2.2.1.2 Subcategoria 5.2. Problemas sociais

O isolamento está dentre as estratégias defensivas inconscientes adotadas como tipo de enfretamento e resistência das pressões do trabalho (DEJOURS, 1992). Essa medida traz impactos diretos nas relações sociais dos policiais, como mencionado nas falas abaixo. Nas falas de E5, E12 e E13, há indícios de que, diretamente, parentes podem sofrer também com a inoperância e o descaso por parte da corporação policial, acarretando-lhes ônus decorrentes do exercício profissional do parente:

E5 - “A vida militar em si é durona, no sentido de imposição, de impor as coisas. Eu até levei isso durante muito tempo pra dentro de casa, chegava em casa e meus filhos de 10 e 12 diziam: ‘Papai, o senhor não está no quartel’. Foi difícil tirar isso que tá dentro da gente e, com o tempo, vi que deveríamos ser mais maleáveis. Eu era realmente um ‘cabra durão’ nas atitudes. Demorou um pouquinho, mas eu consegui separar o momento do trabalho do momento de casa.”

E12 - “Era uma privação enorme do convívio no seio familiar. Na década de... quando foi ter aquelas ‘Diretas Já’, foram colocadas barreiras nessas entradas do Distrito Federal. Eu fiquei na estrada de Unai, passei uma semana sem ir em casa. Chegava às vezes o café pra gente lá nove, dez horas da manhã, o almoço chegava lá para as três, quatro horas da tarde. Era essa coisa totalmente desumana. A legislação hoje... tem os direitos humanos... ela só foi feita para agir em cima do policial. O policial não é humano? A família não é humana, a do policial? Quantos policiais tiveram a família que sofreu opressão física e até morte, em virtude da profissão de um membro daquela família?”

E13 - “A instituição tem que defender aquele homem, recuperá-lo, ele vai responder por todos seus atos, seus desvios, mas subsidiariamente, a instituição tem que prestar apoio. Não estou falando de ser corporativista. Não sei como está hoje, mas antes um policial morria, a viúva dele ficava até três meses sem receber qualquer salário, por questões burocráticas. Até recebia os atrasados, mas daí a quatro meses, com o marido morto, com várias contas pra pagar, com todo o trauma da perda... é uma ferida que nunca vai cicatrizar. Essa mulher sempre vai olhar para a Polícia Militar como o algoz.” “Quando saiu aquele filme Tropa de Elite, minha ex-esposa viu o filme e falou: ‘Você ali! Nosso casamento, ali! Olha lá! Aquela mulher, sou eu, que está brigando com você! Você não dá atenção para a gente. Agora fica aí, ó, suando, tendo chique em casa.’ E é verdade. Eu perdi um casamento por vários motivos. Um dos motivos foi a minha atenção específica à minha profissão.” (Grifos meus)

3.2.2.1.3 Subcategoria 5.3. Problemas psicológicos, dependência química e suicídio

Dejours (1992a) já constatará que algumas estratégias de enfrentamento da realidade do trabalho envolvem saídas individuais severas, como o alcoolismo, os atos de violência antissocial e a loucura propriamente dita. O alcoolismo, por exemplo, citado diversas vezes pelos entrevistados, conduz, na maior parte das vezes, ao fracasso e à decadência, trazendo consigo mais problemas ainda. Por esse motivo, conforme aponta Dejours (1992a), o uso do álcool era uma prática repudiada pela coletividade de trabalhadores, o que, em si, seria mais um constrangimento ao sujeito, o da rejeição dos seus pares. Ademais, o temor da rejeição pelos semelhantes pode explicar, em parte, o porquê de tanta relutância por parte de policiais militares em assumir, não apenas o alcoolismo, mas também outras manifestações psicossomáticas negativas oriundas do trabalho. Verificaram-se, entre os entrevistados, várias verbalizações que mencionaram a dependência química, principalmente, do álcool:

*E7 - Havia um colega que sempre dizia: 'Estou precisando sair um pouco mais cedo: Tem jeito do senhor me liberar aí vinte minutos, meia hora antes?' O cara vinha, pedia, a gente tentava aconselhar, sabia que ele estava passando por um momento difícil. Foi **um que morreu agora, recentemente**. Morreu no Hospital Santa Efigênia [fictício], **com cirrose**. Cara gente boa, muito bom policial. Trabalhou comigo. **Álcool...**"*

*E9 - Nós **temos muitos problemas de vícios de policiais** e quando ele confronta isso com a realidade dele, acha que a única forma de sair desse problema é o autoextermínio."*

*E11 - "**Já tive problema, psicológico sim**, digamos, de estresse mesmo. Adoecei... ((pausa)) **Passei um tempo com estresse mesmo, né?** A instituição, mesmo querendo ajudar, ainda deixa um pouco a desejar, eu procurei tratamento através da rede particular, né?"*

*E12 - "Em um dado momento, **eu estava afundando na bebida**. Mas, um dia, uma irmã minha me chamou, a gente conversou, e a partir dali aconteceu assim, um despertar espiritual, imediatamente, a partir daquele dia. E, posteriormente, quando foi um dado momento, eu tomei a decisão de não tomar mais bebida alcoólica. Já tem mais de dezessete anos que eu não bebo bebida alcoólica." "Nunca separei, mas eu **tive muito conflito no meu casamento, e isso** [o alcoolismo] **colaborou**. E às vezes eu chegava na unidade, demonstrava uma alegria com as pessoas e, por dentro, eu estava despedaçado." (Grifos meus)*

O uso do álcool pode ser visto como um fator precipitador para comportamentos suicidas por potencializar a impulsividade e aumentar a agressividade, sendo um fator preparatório para o ato. Por sua vez, o usuário contumaz de álcool tem maior probabilidade de cometer suicídio por existir uma relação entre abuso de álcool e autoextermínio, havendo

indícios de que alcoólatras tendem a pôr em prática o ato em si quando começam a ocorrer implicações crônicas na saúde, nas relações socioafetivas e em assuntos financeiros. (MELEIRO, 2013).

As circunstâncias financeiras, o afastamento social, os conflitos familiares e a dependência química, ao que tudo indica, são predecessores do suicídio. Essa suspeição está explícita nas falas abaixo:

E5 - Polícias são levados ao suicídio por conta de dívidas. Já escutei muito de conflitos conjugais, de família, seja esposa ou filhos. Tem muito problema do vício da bebida. São causas que levam o policial ao cometimento de suicídio. Eles entram num estado depressivo, uma dor psicológica.”

E9 - “O policial trabalha muito sob pressão, então, quando ele não se organiza, quando ele não se preocupa com alguns detalhes, ele começa a somatizar problemas. O policial não quer se matar, ele é levado a se matar, é diferente. As circunstâncias o pressionam para que ele faça isso, por exemplo, o problema financeiro hoje, é um problema seríssimo. Alguns policiais se envolvem com muitos relacionamentos. Se você perde o conceito de família, você não tem estrutura para suportar as pressões. Aí, tem a própria instituição que cobra, faz parte do contexto a exigência, aí começa a criar assim, uma bola de neve. Ele vai sendo pressionado a tomar uma atitude em decorrência dessas faltas de cuidado.

E10 – “Muitas vezes [a causa] é família, é separação, divórcio, muitas vezes é dívidas, muitas vezes o próprio policial, ele se envolve com coisas erradas. Eu não posso falar que é do trabalho, porque não é. Eu não posso falar que é da família, que às vezes não é. Então, pode ser do trabalho, pode ser da família. Pode ser do próprio policial, né? Às vezes o policial, ele já entra na PM com depressão, com problemas, né? E, às vezes, ele não consegue, ele quer relatar, ele quer conversar com um superior, com algum amigo, e esse amigo, dentro da corporação.”

E12 – “Eu vi muitos companheiros, excelentes policiais, com o tempo desenvolverem dependências químicas do álcool, e até de outras substâncias, e aquela dignidade da pessoa humana ser retirada, sabe? Eu digo assim: que isso são causas multifatoriais, né? Não dá para dizer que foi só em virtude da Polícia Militar, mas com certeza que tem participação pelo fato dele ser policial militar, pelo modo de serviço empregado, pela forma dele ser tratado internamente dentro da corporação. (Grifos meus)

No ano de 2014, a Polícia Militar do Distrito Federal registrou seis suicídios entre policiais do serviço ativo. As informações sobre os casos de suicídio na PMDF recebem classificação de “reservado”, o que significa dizer que não pode ser acessado livremente por pessoas não autorizadas para isso, um fator, obviamente, limitador no levantamento mais aprofundado a respeito dos episódios. Mas o E12 dá uma noção do contexto vivido na PMDF:

E12 – “O que a gente viu nesses últimos anos, principalmente o público masculino em si, e isso vai de soldado ao mais alto posto da corporação, são pessoas que ficam ali protelando o autocuidado, né? E aí, vai adoecendo... adoecendo, de

repente o cara começa... vem a questão da somatização do adoecimento, aí começa o mental com o físico, e essa coisa toda.”

Os seis suicídios ocorridos no segundo semestre do ano de 2014 foram levados a efeitos por policiais do sexo masculino. Meleiro (2013) indica que homens são menos propensos a buscar ajuda para problemas psicológicos e afetivos, além de serem mais impulsivos em comparação às mulheres, situações constatadas também por Finazzi-Santos e Siqueira (2011). Nesse tocante, é preciso recordar que mais de 90% do efetivo da PMDF é masculino e que, em termos numéricos reais, a proporcionalidade tenderia a ser mais alta para homens. O fato de disporem facilmente de meios letais (facilidade no acesso a armas) tornam, no entanto, ambos, homens e mulheres policiais, em estado de vulnerabilidade, ou seja, suscetíveis ao cometimento do suicídio. Quanto ao local, dois deles ocorreram na própria residência, três deles dentro das unidades policiais nas quais trabalhavam. Quanto ao meio, um utilizou-se de enforcamento, outros quatro usaram armas de fogo, das quais duas eram da própria Polícia. Dois casos ocorreram em um mesmo dia do mês de julho de 2014 e são relatados a seguir:

*E3 - “Vou citar um amigo que era soldado. Foi devido a um assunto conjugal, tanto que nós falávamos: ‘Rapaz, na nossa vida tudo é passageiro, você não deu certo com essa você vai arrumar outra e vai dar certo’. Quando tão nessa fase de, de passar pro outro lado pelas suas próprias mãos eu acho que isso é uma falta de Deus no coração. Ele começou a usar droga (...) uma vez, aí passa 2, 3, 4 e vai, vai se perdendo, **quando você menos espera já está lá no fundo do poço e quando você pensa em sair se não tiver uma pessoa que te dê a mão, sozinho é meio difícil aí você cai em depressão.**” “Quando a pessoa chega a tentar contra a própria vida é porque já acabou todos os caminhos que ele achou que poderia ter a ajuda, aí **quando ele viu só a escuridão é a hora que ele resolve tentar contra a própria vida, é aquele momento de loucura.**”*

*E4 - “No 100º BPM [fictício] eu era da área de recursos humanos, **um policial veio me reportar que estava com problema com a esposa dele** e eu fiz um documento informando pro subcomandante que era necessário ele ser encaminhado urgente para o serviço de assistência social ou o serviço médico da corporação, **uma semana depois ele num posto policial deu um tiro na cabeça.** A esposa dele já tinha ido lá conversar comigo, já tinha ido reportar isso. Eu vejo que poderia ter contribuído de uma maneira mais agregativa se abraçasse essa causa, fosse companheiro nesse momento.”*

*E9 - “Tivemos a perda desse amigo muito próximo, um soldado. O que me chocou é porque **ele pedia socorro, ajuda, muito subjetivamente,** tinha algumas coisas, tentava falar, mesmo com atitudes. E a gente não conseguia perceber e o perdemos. **Ele se suicidou.**”*

*E11 - “No 50º Batalhão [fictício], um sargento, chegou no alojamento, né? Pegou a arma na reserva e deu um tiro na cabeça. O motivo exatamente eu não sei. Eu só sei **os comentários que se fazem, que ele estava com problema de dívida, estava se separando da esposa, né?** Tinha problema de jogo, vivia com jogo, jogatina, esses... esses problemas, né? Então, tudo isso acarretou na... nesse suicídio desse policial. Os vários colegas que eu tive aqui que se suicidaram, **a maior parte deles tinha***

problema de dívida, e tinha alguns também com problemas passionais. Teve algum até que mataram a esposa, né? E depois se mataram. Eu tenho três casos, que mataram a namorada, matou a noiva e outro matou a esposa, e depois se mataram. Então, são problemas... passionais, né? Envolvido ali com a questão das dívidas. E aliado também ao estresse do serviço.” (Grifos meus)

Para Moreira e Nogueira (1999), o contato cotidiano com a morte pode produzir efeitos nos policiais militares, como a banalização da vida e a visão da própria morte como uma solução rápida para os problemas. Além disso, o acesso a meios eficazes para realização do suicídio facilita, sobremaneira, o planejamento e a prática do suicídio. As autoras consideram, no entanto, que, se, no grupo policial, o indivíduo compartilha com seus colegas pressões e valores, podendo sentir-se relativamente um membro importante longe do grupo, podem surgir indagações como: “o que é ele, o quanto ele é importante, para quem?” (MOREIRA e NOGUEIRA, 1999, p. 37).

Para Dejours (2010), o suicídio no trabalho tem uma mensagem brutal e carregada de ressentimentos, pois cometer tal ato no local de trabalho tem um significado muito forte direcionado aos colegas do trabalho, aos chefes e à própria empresa. Para o autor, decodificar essa mensagem e compreendê-la é a grande questão a ser respondida. Diante disso, pode-se pensar em hipóteses motivadoras, como a vergonha de decepcionar o grupo diante de uma fraqueza pessoal, a carência do grupo e a falta do apoio do grupo.

Foi constatado que não existe previsão legal para psicólogos nos quadros de saúde da PMDF. Na visão de E12: “a corporação quando fala em saúde, lembra só de médico. O atendimento psicológico é feito ora por policiais com formação acadêmica em áreas de assistência, designados temporariamente para tal função, ora por profissionais contratados por entidade beneficente mantida pelos próprios policiais militares, ora por clínicas contratadas mediante licitação. Houve limitação no levantamento de maiores detalhes sobre o número de policiais que acessam esses serviços, bem como certa dificuldade de avaliação da eficácia por se tratar de dados protegidos pela instituição e, até certo ponto, pelo direito de sigilo do paciente. No entanto, a observação de um entrevistado alertou:

E12 - “Você ficaria impressionado com o número de suicídios [entre policiais] que ocorreram somente nos últimos meses. A Polícia precisa perceber a gravidade disso, pois as exigências do trabalho têm uma forte relação com isso.” (Grifo meu)

É necessário considerar, portanto, que possa haver subnotificações nos registros da corporação, já que muitos policiais procuram atendimentos psiquiátricos fora do sistema de saúde da instituição, em decorrência da insuficiência dos serviços preventivos e, também, devido ao estigma sobre a busca de apoio psicológico, como restou constatado pelo Fórum

Brasileiro de Segurança Pública (2015b). Apesar de policiais militares relatarem vivências mais negativas na profissão, quando se apurou a busca por apoio psicossocial, encontraram-se índices bem inferiores em relação a outros seguimentos profissionais da segurança pública. Essa situação aparece nas verbalizações a seguir:

*E12 - “A corporação não possuía um espaço para cuidar da gente e se tivesse... eu teria resistência com esse local, né?” “Se eu ficasse sabendo de algum colega que estivesse lá, [no centro de apoio psicológico] eu falava: ‘**Uh, agora está doido, está no CETS [nome fictício].**’. Já fui essa pessoa que rotulei.(...) Eu percebi que os policiais só chegavam ali por encaminhamento. Com o passar dos anos, a gente tem visto, a maioria dos casos, dos policiais que estão lá em tratamento é por iniciativa própria. Essa resistência, esse estigma tem diminuído. Mas, ele ainda é muito discriminatório para os policiais (...) **quando chegam lá, geralmente chegam já muito adoecidos.**”*

*E13 - “Existe um preconceito muito grande... Os problemas psiquiátricos, na corporação, eram tratados por um único psiquiatra. Hoje, que eu saiba, são dois. E, cá entre nós, todos pensam: ‘**Quem procurar fulano é doido. Então, não procure**’. Quando eu tava no auge desses problemas, um médico me deu sessenta dias de restrição médica, para ficar em casa, a contragosto meu, foi ordem médica: ‘Olha, eu vou procurar a Polícia, se você não ficar em casa’. Eu tava me tratando particular, pagando trezentos reais, **porque, eu não queria que a PM soubesse do meu problema. Justamente, para evitar o preconceito**”. (Grifos meus)*

Lima (2003) aponta que várias pesquisas da década de 1990 já indicavam que suicídio, alcoolismo e transtornos de estresse pós-traumático incidiam em policiais militares muito mais do que na população em geral. O autor indicou ainda que a própria da natureza da profissão policial era responsável por isso, mas, também, associou o suicídio à ausência de espaços institucionais preventivos, um tabu nas instituições policiais militares. Além disso, o autor destacou o culto ao estereótipo do policial como autossuficiente e inatingível por problemas psicológicos ou emocionais. Em igual interpretação, destaca-se o ethos guerreiro, aquele que impele aos policiais militares a adotarem uma postura de autossuficiência e invulnerabilidade imaginária, da qual emerge a tendência de não pedirem ajuda e, com isso, perderem-se sozinhos no mundo das próprias angústias e adoecimentos, como comentam E12 e E13:

*E12 - “Eu era o ‘Homem de Ferro’, aquela coisa toda. Aí, um colega falou: ‘O que que está acontecendo?’ Aí eu relatei para ele a situação, né? **Fui começando a perceber que eu não era... que eu não tinha aquele poderio todo... que eu não era uma pessoa infalível, que também tinha sentimentos, né?**”*

*E13 - “Tive momentos que fui trabalhar depressivo, chateado, ia porque era o dever de ir. E sentia que não servia bem. Porque, você não toma as boas decisões, você não está preparado para, determinadas situações. Você age, mas **você não vai ter cem por cento da eficiência**. Você vai querer se cobrar, mas não vai conseguir atingir a frequência máxima, ideal para aquela atribuição.” (Grifos meus)*

Para Amador (1999), o sofrimento criativo representa o limite entre a doença e a saúde no trabalho e, em organizações policiais militares, o indivíduo é desencorajado pela inexistência de espaços onde se possa, concretamente, externalizar a desordem psíquica e reestabelecer o desejo, o sentido do trabalho. Nas palavras de Silva (2009):

“Os homens e mulheres por baixo da farda, apesar da imprescindível necessidade de mostrarem-se fortes e invencíveis, são também pais, mães, filhos, maridos, esposas, irmãos. Assim como aquele que pede ajuda, ele também chora diante do infortúnio, também briga, também grita e também se indigna com tudo o que tira a esperança na dignidade humana (...) A quem ele deve recorrer?” (SILVA, 2009, p. 14).

A quem ele deve recorrer? A pergunta deixada por Silva (2009) deveria ter respostas óbvias, pois a instituição deveria ser capaz de prestar apoio preventivo e tratamento para as consequências negativas, possíveis e reais, relativas ao trabalho policial. No entanto, as respostas não são nada simples, pois envolvem variáveis diversas que extrapolam o âmbito interno da corporação policial que, observa-se, não é autônoma em questões organizacionais ou previdenciárias. Por exemplo, essa instituição depende de legislações que são votadas no Poder Legislativo Federal (no caso da PMDF), motivo pelo qual supõe-se que os representantes da coletividade (parlamentares) devessem arguir por melhorias que pudessem trazer maior segurança e assistência aos agentes de segurança pública e, conseqüentemente, para os usuários. Logicamente, os comandantes, gestores de saúde interno e autoridades externas (Secretário de Segurança Pública e Governador) têm papel preponderante na provocação dessa demanda.

A insuficiência de canais institucionais para tratamento das pressões é uma constatação no sistema organizacional da PMDF, sendo evidenciada nas falas dos entrevistados. Um espaço para a fala dos policiais, no qual pudessem externalizar angústias vivenciadas no âmbito do trabalho policial, ou até mesmo conflito pessoal, poderia atenuar ou mesmo prevenir danos na saúde psíquica do indivíduo. A rigidez na comunicação e a impossibilidade para negociação de normas pode levar ao sofrimento no trabalho, ao gerar a naturalização de situações negativas (MENDES; TAMAYO, 2001). Isso pode ser verificado com as verbalizações abaixo, em que os entrevistados relatam a suposta falta de espaço de fala e admitem que isso enseje em danos colaterais no ambiente familiar:

E5 – “Você olha pra um policial e você vê que é um herói mesmo, mas é fraco como pai, como esposo, é carente na vida. Chega com problemas graves, mas sai pra rua, pra prender, agir, já passei por isso e a gente não tem com quem conversar, precisa apenas ser ouvido, de palavras.”

E12 - “O policial na rua está sofrendo risco de perda da função, da liberdade e da vida... por uma causa que não é dele, entre aspas, é nossa! Nós fomos investidos de um poder de polícia para poder representar o Estado, só que, o policial, a hora que acontece qualquer fato, fica sozinho. A corporação, se não dá as costas, não dá nem um suporte jurídico. E aí, o suado dinheirinho, que às vezes está sendo difícil até para ele manter a sobrevivência e da sua família, ele vai ter que gastar pra pagar um bom advogado. A maioria dos policiais desmotiva é por causa desses riscos, dessa coisa toda, dessa inversão de valores.”

E13 - “O policial absorve muito, e descarrega na família. Eu digo para você que meus filhos, certa vez, botaram o dedo na minha cara, há uns cinco anos atrás. ‘O senhor foi um pai pouco presente!’ E isso me dói até hoje. Se não existir uma estrutura, algo que dê para o policial essa válvula de escape, não é férias, não é dispensa. Que, muitas vezes, o policial é dispensado e vai para o bico, vai querer ganhar aquele dinheiro... a maior dificuldade, hoje, é um policial militar se sentir abandonado.” (Grifos meus)

Por outro lado, os entrevistados citaram iniciativas corporativas que demonstram existirem esforços no sentido de sanar parte das deficiências no atendimento. Em levantamento documental feito após as entrevistas, foram encontrados cinco documentos elaborados por profissionais da área de psiquiatria da PMDF, quais sejam: Protocolos de urgência em psiquiatria; Aprenda sobre o álcool; Suicídio: sem essa imagem você salva vidas; Lidando com a perda por suicídio; e Orientações para risco de suicídio. Ao que tudo indica, são documentos de livre circulação e consulta, datados do ano de 2014 e tratam, basicamente, de medidas orientadoras para os policiais quanto ao modo de proceder em casos de colegas suspeitos de dependência química; formas de identificar sinais indicativos de risco de suicídio; e medidas para encaminhamento das informações a respeito do policial aos setores de saúde responsáveis. Na opinião dos entrevistados, há algum efeito nessas iniciativas:

E9 - “A corporação, ela ajuda..., ela também não tem culpa porque nossa estrutura não suporta, não alcança certas dificuldades que o policial tem e querer que ela fizesse alguma coisa seria uma covardia. Mas, aquilo que ela consegue fazer, eu acho que ela faz bem feito, né? Muitos policiais nossos que foram alcançados por tragédias familiares e tal, o Centro de Assistência Social sempre esteve presente. Ele é muito limitado, precisa ser melhor trabalhado, mas, no que ele consegue fazer, ele faz muito bem feito.”

Os documentos ainda abordam questões sobre como lidar com a perda de colegas vitimados pelo suicídio e alertam para cuidados na divulgação dos episódios ocorridos, relembrando o chamado “Efeito Werther”, descrito como aquele decorrente da divulgação do suicídio do personagem Werther, protagonista do livro “Os Sofrimentos do Jovem Werther”, escrito por Goethe, em 1774. Em tese, o fenômeno psiquiátrico mencionado considera que a

ocorrência de um suicídio pode gatilhar o cometimento por outras pessoas pré-dispostas a cometê-lo, sobretudo, se elas tiverem uma ligação mais próxima com a vítima.

Recorde-se que a psicodinâmica é um campo de saber que possui dimensões de pesquisa e ação e, por esse motivo, não busca simplesmente desvelar o sofrimento e o prazer sem se importar com suas causas, encarregando-se de propor mudanças capazes de atingir relações de trabalho potencialmente danosas, sendo parte de suas constituições epistemológicas as prospecções para melhorias (MENDES, 2007). Portanto, ao interpretar o trabalho real, seus sentidos e centralidade por intermédio dos processos de subjetivação dos sujeitos, a psicodinâmica busca propostas cabíveis para a resistência e enfrentamento das forças que penduleiam na desestabilização psicofisiológica, motivo pelo qual as verbalizações a seguir trazem apontamentos relacionados ao processo de adoecimento de policiais e medidas possíveis para prevenção:

*E7 - “Às vezes o companheiro está com um problema familiar, às vezes está com problema no próprio serviço, às vezes está desmotivado. E isso aí, isso aí causa estresse. Às vezes não está... não está bem e tem que tirar o serviço. E você vê aquele problema ali do estresse, **tem um que às vezes vem trabalhar embriagado, você tem que lidar com aquela situação ali.** Então, realmente você topa com diversas situações a respeito disso aí. Problema familiar, **embriaguez**, desmotivação, o que eu mais lidei na polícia foi com isso aí. E vários colegas aí, eu vi que tinham esse problema, e que não conseguiram nem terminar o tempo com a gente. **Vários, eu conheço uns três ou quatro aí, que faleceram e não conseguiram terminar o tempo, com doença do alcoolismo aí.**”*

*E12 - “O que eu vejo... que pode influenciado [policiais ao alcoolismo], **não foi a Polícia, foi o trabalho na Polícia**, o fato de a gente trabalhar na atividade fim, de deparar com... eu vi a violência das mais graves do mundo: eu vi gente assassinado, eu quase morri, quase matei... Não fui alvejado, mas várias vezes eu fui submetido à troca de tiro, a arma já falhou comigo na hora de efetuar disparo. **Busquei apoio na Fé.** Então, essa conjuntura, talvez me ajudou, até para dar vazão nessas emoções reprimidas aí. Talvez, eu possa ter bebido, mas eu tive esse despertar espiritual que eu acordei para vida né? E saí. **Se eu tivesse continuado, com certeza isso não ia terminar bem para mim.**”)*

*E13 - **Um policial tem que realmente descansar da lida, tirar férias, mas é tirar férias mesmo.** Mas o que acontece é que ele só tem serviço, serviço e serviço extra. Então o policial não consegue se livrar dessa realidade e ele começa a buscar alternativas pra livrar, ele começa a se apegar às drogas, à cachaça, à prostituição...tudo que pode arrastar ele pra fora desse clima. O pior de tudo é que o policial é descartável.*

3.2.2.2 **Categoria 6.** Medos, riscos e morte: “Basta você colocar o uniforme e sair na rua que é possível que você não volte”

Quadro 12 - Categoria 6. Medos, riscos e morte: “Basta você colocar o uniforme e sair na rua que é possível que você não volte”

Definição: Os sujeitos não conseguem se desconectar da condição de policiais. Sujeitados aos riscos inerentes às horas de trabalho, mesmo sem uniformes, em horários de folga, mantém-se alertas e apreensivos com as circunstâncias que podem lhes acarretar a si ou aos seus familiares riscos.	
Entrevistado	Verbalizações representativas
E1	“Sentia aquela coisa que diz assim: ‘Basta você colocar o uniforme e sair na rua que é possível que você não volte’. Todos nós ao colocarmos o uniforme e entrarmos na viatura pensamos nisso. Quando eu saía nas operações, houve um tempo até que a gente entrava em cada local... É uma atividade de risco, seja na atividade operacional ou na volta pra casa, o fato de estar fardado, você pode se envolver numa ocorrência, você não deixa de ser policial, você é policial 24 horas. Poxa! Meu Deus! Deus que proteja! É esse sentimento, principalmente, quando se é mãe.”
E2	“Estamos muito mais vulneráveis a qualquer tipo de ação do que no passado. Hoje o policial está sendo atacado dentro de casa, no chegar do trabalho, hoje muitos policiais não saem de casa mais fardados, muitos moram em lugares onde ninguém pode saber a profissão dele.”
E3	Fui gostando da profissão, fui vivendo... vivendo o dia a dia... o perigo que antes não tinha tanto igual é hoje, antigamente o pessoal respeitava muito a Polícia, hoje já não respeita mais”. “E aquele desprazer de ver vários amigos que trabalharam comigo que a gente via ali, ia numa missão quando chegava saíam as viaturas tudo junto e quando a gente ia no local lá encontrava o companheiro morto ali, aí a situação é difícil viu, você ver um companheiro de farda [morto] não é muito fácil, não”
E4	“No meu serviço, um colega da turma de soldado veio a óbito, numa outra ocasião um oficial da minha mesma turma, dois aliás, um que levou um tiro em São Sebastião e outro aqui na área do RPBPM [fictício] levou um tiro, isso daí me deixou perplexo sabe? Mas mesmo assim eu botei a cabeça no lugar e falar: ‘Poxa é isso que eu tenho que tentar superar, essas coisas, tentar pensar em Deus’.”
E5	“Já perdi vários colegas. No quartel 45º BPM [fictício] perdi um colega com acidente de arma de fogo, ele veio a óbito; e outro levou um tiro no 44º BPM [fictício], numa operação. E o mais recente, numa instrução de armamento, eu estava de serviço, foi dentro do quartel, ao sacar a pistola, o colega acertou o que estava à sua frente.”
E7	“Colegas são todos aqueles de farda. Se você tem um colega lá do BOPE e um cara puxa uma arma lá... (pode ser o) próprio companheiro, igual nós já vimos aí, um companheiro puxou a arma, fez um disparo, acertou o companheiro do outro lado do vidro lá. Isso aí aconteceu, né? E você sente tanto pelo companheiro que morreu, quanto o companheiro que efetuou o disparo, é um sofrimento duplo. “Numa ocorrência de vulto que eu peguei, na Fiantropi [fictício], conseguimos salvar o refém. Era roubo de um caminhão, dois elementos com o refém e passaram o rádio para a gente ficar em QAP [atentos] a esse veículo. E, esse veículo, nós encontramos ele ali próximo à fábrica Fox [fictício]. Começou a perseguição. Esses caras que estavam dentro do veículo efetuaram vários disparos na nossa viatura, e nós também efetuamos disparos e conseguimos capturar um dos elementos e salvar o motorista que estava como refém”.
E8	“Na realidade, quando nós vamos para a rua, a gente vai assim: ‘Como vai ser? Vou voltar para casa? Como que vai ser isso? Será que meu serviço hoje vai correr tudo bem?’. A gente sai com um ponto de interrogação, a gente nunca sai “Vai dar tudo

	<i>certo," né? A gente até ora, até pede ao senhor que ele vai na nossa frente, né?</i>
E11	<p><i>"Houve uma época aqui na corporação que, em um período de dois a três anos, vinte PMs morreram, de diversas formas, acidentados, assassinados. A cada dia chegava uma notícia: 'Morreu um policial'. Então, você ficava se perguntando: 'Será que amanhã serei eu? Será que amanhã eu voltarei para casa vivo?'. Esses acontecimentos, claro, mexem com o policial porque é o risco que você corre. Foi um colega seu, podia ter sido você, né? Não é fácil! Você acaba se policiando mais, evitando certos locais. Fica desconfiado. Você redobra esses cuidados. Certas coisas você já não faz mais, toma mais cuidado."</i></p> <p><i>"Já fui ferido por um caco de garrafa, que foi jogada numa ocorrência, né? Um meliante estava matando uma... tentando cortar, furar uma mulher e agi e fui ferido, nessa situação."</i></p>
E12	<p><i>"Antigamente, a gente às vezes não dizia muito na sociedade que a gente era policial militar, porque o policial era muito mal remunerado. Hoje, a gente não diz porque você está se expondo à riscos, né?"</i></p> <p><i>"A gente não mede muito os riscos, principalmente o risco de sofrer danos pessoais e até mesmo por colocar em risco a liberdade, também. Porque, a sociedade está aí hoje... as pessoas cometem crime, eles não são muito penalizados, mas os policiais, nós, geralmente, a legislação prevê uma quantidade de pena, para nós geralmente tem algo mais."</i></p> <p><i>"Nós, como policiais, estamos mais passivos de... letalidade, tanto de sofrer quanto de praticar."</i></p> <p><i>"Tinha um bar lá Taquere [fictício] que o moço bebia, o proprietário do bar, e constantemente agredia a esposa. E nesse dia foi mandado uma viatura, era até uma viatura de trânsito. O moço viu, baixou a porta e o policial, à época, o soldado Parreiras, 'antigão de polícia', já tinha mais de vinte anos de serviço, quando chegou na porta, que pôs a mão, tentou levantar a porta, o proprietário do bar deu dois tiros e atingiu ele no coração, ele veio a óbito aquele dia. Era uma pessoa muito próxima. Uma outra vez, eu estava no patrulhamento no Guará, quando no colégio, tinha um pessoal do Batalhão Escolar e a gente passava sempre dando suporte. Conversamos com o policial, né? Chegamos lá, fizemos uma abordagem num pessoal que estava próximo, demos apoio ali para o policial. Quando saímos dali, a gente não estava nem na outra quadra ainda, irradiaram para a gente voltar lá com urgência. Chegamos lá, esse policial tinha levado três tiros e estava lá tombado. Isso influencia na vida do indivíduo, essa impotência de ver o companheiro perder a vida assim. É isso que eu falo que às vezes: o serviço na Polícia Militar contribuiu para que eu fizesse uso de bebida, né? A gente não tinha um apoio psicológico e se tivesse também, eu não procuraria naquela época."</i></p>
E13	<i>"Já socorri muita gente, já levei pessoas para o hospital, sabendo que elas não iam sair do hospital, mas você dá aquele ânimo. Mesmo sabendo que aquela é uma batalha perdida, mas você faz uma de assistente social."</i>

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Entre policiais militares do Rio de Janeiro, a mortalidade decorrente do trabalho chega a ser setes vezes maior do que a taxa da população geral, motivo pelo qual se deve falar não em percepção de risco, mas em vitimização concreta (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007). Essa vitimização concreta se estende a todos policiais militares brasileiros, como

restou constatado nos resultados da *Pesquisa de vitimização de risco entre profissionais do sistema de Segurança Pública* (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015b). Essas observações ajudam a compreender o porquê de o risco real e o risco imaginário da perda da vida serem fontes indissociáveis de sofrimento patológico enfrentado por policiais militares, como no caso dos pilotos de combate da Força Aérea Francesa mencionados por Dejours (1992a, p. 81). Esses, sujeitos a constantes exigências psicofisiológicas e convivendo frequentemente com o risco de morte, se mantêm em estado de concentração contínua, enfrentando ansiedade e medo, protegendo seu “modo de funcionamento”. Um relato exemplificativo disso pode ser encontrado de forma geral nas verbalizações representativas da Categoria 6, podendo ser constatado, também, nas seleções abaixo:

E5 - “A gente pensa nos colegas e pensa que poderia ser qualquer um de nós. Há até pouco tempo, toda vez que eu saia para o serviço eu fazia uma oração, a vida cristã me tranquilizava um pouco. Deus realmente está à frente, porque o que a Polícia passa em geral...é muito complicado, só livramento mesmo.”

E13- “Você sai do trabalho, além de você passar tensão na rua, indo passear... você continua sendo um policial, você está sempre atento, tenso, com adrenalina. Isso aí, o corpo, ele cobra a longo prazo o preço para isso.” “Você não deixa de abastecer seu carro, que você não esteja pensando em chegar um cara armado. E, você está armado também, você fica de costas para o seu carro, numa posição defensiva, já bolando uma estratégia: ‘Se ele vier por aqui, eu vou fazer isso; se ele vier por ali, eu vou fazer aquilo.’” (Grifos meus)

Os apontamentos dos entrevistados, tal qual apontado por Minayo, Souza e Constantino (2007), confirmam que as situações de risco, de fato vividas e aquelas percebidas penetram, não apenas o ambiente de trabalho, mas, também, o mundo psíquico e social dos policiais, forçam-nos a se manterem alertas e mobilizados, mesmo fora dos horários de trabalho, o que lhes atribui pressões extras. O trabalho, afirmam Ferreira, Macêdo e Martins (2015, p. 35), “não acaba quando a pessoa sai do local de trabalho, ele coloniza toda a subjetividade”, o que pode ser verificado pela fala:

E3 - “Eu lidei com a vida e com a morte muito tempo... Falo com a minha esposa todo dia da morte e da vida, e ela fala: ‘Poxa, você fala da morte com a vida!?’ Aí eu falo: ‘Amor, eu já vi tanta gente morta, tanta gente suicida, que tirou a própria vida...’

Despersonalizados no trabalho, de acordo com Dejours (1992a, p. 46), os sujeitos continuam despersonalizados fora dele, formando um “*continuum* dificilmente dissociável”. Esse *continuum*, entretanto, no caso dos policiais militares, não está relacionado com o esforço produtivo, como proposto pelo autor, mas com a autopreservação e a sobrevivência.

Muitas das mortes de policiais brasileiros fora do horário de serviço acontecem em decorrência da função policial, cometidas por criminosos que, deliberadamente, caçam, atacam e executam agentes de segurança, principalmente, policiais militares (SOUZA; MINAYO, 2005).

3.2.2.3 Categoria 7: Frustração no trabalho policial: “Sensação de enxugar gelo”

Quadro 13 - Categoria 7: Frustração no trabalho policial: “Sensação de enxugar gelo”

Definição: Policiais militares têm sensação de impotência no trabalho, no sentido de que se percebem como incapazes de resolver os problemas que surgem no decorrer da profissão, sejam de segurança pública, sejam problemas propriamente sociais.	
Entrevistado	Verbalizações representativas
E3	<i>“No começo sempre tem aquela empolgação, mas aí ao longo da carreira você vai começando a se encaixar no que é certo e no que é errado(...) a gente procura sempre no começo da carreira, além de ter mais força, fazer o melhor possível pra que não tenha erros, mas aí quando você vai ficando mais experiente aí você vai começando a cortar os caminhos, você vai começando a ver a bandidagem... a gente tem que sobressair sobre eles,</i>
E4	<i>O gestor ele filtra essas coisas pra poder também, poxa eu não posso prejudicar a comunidade em detrimento só de uma parcela de dois ou três, mas se for o interesse coletivo aí a gente tava junto</i>
E5	<i>“Esperamos que a comunidade reconheça o trabalho do dia a dia da Polícia Militar. Quando prendemos uma pessoa não depende de nós que aquela pessoa fique presa. Isso ocorre quando a gente prende um menor, por exemplo, e logo em seguida ele já está na sua. Esperamos que reconheçam que muitas vezes um ato de violência contra um criminoso é um momento de necessidade. Não é uma agressão, não é que estamos batendo.”</i>
E9	<i>“As nossas leis são muito frágeis, então, quando um policial é chamado, quando o Estado é chamado para intervir, parece que nós somos um mecanismo forte. E a sociedade espera que você faça exatamente aquilo que tem que ser feito: ou prender ou resolver o problema. E às vezes nós não conseguimos resolver o problema não é porque nós não queiramos. É porque as leis são frágeis, o sistema não funciona. E aí, a sociedade fica desapontada porque ela cria uma expectativa não é alcançada nas suas expectativas, e aí vem a frustração.”</i>
E13	<i>“Nós vivemos numa sociedade carente. Nós vivemos numa sociedade onde as pessoas precisam do Estado ativo, presente. Eu sou favorável a um Estado minúsculo. Eu acho que o Estado tem que se meter com saúde, segurança e educação. Mas, se meter muito bem nessas três áreas, que são os pilares para qualquer sociedade civilizada. E a segurança, ela tem que ser onipresente, ela tem que ser atemporal, ela tem que ser permeável, ela tem que estar em todos os espaços.”</i>
E12	<i>“E era frustrante, às vezes, quando acontecia alguma coisa que a gente não conseguia resolver, principalmente quando a gente se deparava com... por falta de recursos materiais, às vezes... uma viatura precária. Quando a gente chegava, que não conseguia aquele êxito, ficava frustrado.”</i> <i>“Sempre procurei ser bastante operacional, às vezes até muito sem preparo, depois que a gente vai vendo... que a gente vai amadurecendo, a gente vai vendo isso, sem os recursos necessários, equipamentos... depois que eu saí da área operacional percebi que eu não tinha a percepção dos riscos que eu corria no exercício da profissão na atividade fim.”</i>

E13	<i>“Faltou um pai na Polícia, alguém que me abraçasse (...) Então, era meio que tentativa e erro. E, essa tentativa e erro cansa a gente, dá muito trabalho, você se sente enxugando gelo, a verdade é essa. Você se sente enxugando gelo. A gente se sente desprestigiado, e muito.”</i>
------------	--

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

A categoria 4 remete à comparação do “Mito de Sísifo” feita por Moreira e Nogueira (1999), em que o trabalho policial militar se assemelha ao trabalho do personagem mitológico Sísifo de carregar uma pedra morro acima e, tão prontamente atinge o cume, volta ao ponto inicial, em um esforço cíclico e infinito. As percepções dos entrevistados demonstram uma visão pessimista, na qual o trabalho policial é um esforço aparentemente incipiente, dentro de uma realidade em que julgam praticamente impossível de se atingir um nível satisfatório de atendimento das demandas, o que os fazem se sentirem frustrados por isso:

*E12 - “Na rua, se enfrenta de tudo. **Ultimamente minha visão de mundo tem sido pessimista**, quando eu entrei na Polícia, ainda tinha uma figura de respeito para com o ‘polícia’. No meu ponto de vista, está uma inversão total dos valores, não existe mais princípio nas pessoas, não existe mais respeito, não existe mais... uma ética, uma moral. E aí, diante dessa situação, o policial, cada dia mais, ele está sendo refém, e desmotivado a exercer sua profissão.”*

*E13 - “O policial quer um equipamento descente, ele quer que reconheça o trabalho dele, que ele se sinta reconhecido pelo menos por ser um herói, ser diferenciado. Na Polícia não é assim (...) **o que está trabalhando não é lembrado**. Esse é um infeliz, entendeu? **Aí, esse que fica obeso, porque não tem tempo de fazer a educação física, esse fica com problemas psicológicos, psiquiátricos, como eu tive, tive inclusive, que tomar medicação.** (Grifos meus)*

3.2.2.3.1 Subcategoria 7.1. Ressentimentos pela generalização

Percebeu-se, nas falas dos entrevistados, que policiais militares têm preocupação com a questão do julgamento social feito à profissão. Essa situação guarda conexão direta com a ineficácia do processo de sublimação em decorrência da paralisia da conversão do sofrimento em prazer e que, segundo Dejours (1992a), leva ao acúmulo e à descompensação psicossomática. Exemplos de ressentimentos podem ser notados nos trechos a seguir:

E2 - “Ninguém se lembra do policial, você só lembra quando tem problemas. A sociedade não conhece o real valor que o policial tem. Nós somos seres humanos, queremos ser respeitados pelo que fazemos. Um ‘boa tarde’, um ‘bom dia’, ninguém fala.”

*E9 - “**É difícil a incompreensão da sociedade. Ela faz de casos específicos, regra geral, e isso aí maltrata demais** porque, nós temos excelentes profissionais, excelentes policiais e qualquer um que comete um deslize todo mundo vai para a vala comum, e aí a nossa imagem fica manchada. Naquela hora você não é ninguém porque a sociedade exige demais que você tenha uma conduta ilibada, que você tem*

que ter presunção de probidade, mas, quando um desliza todo mundo cai. E isso aí é terrível. Ofende muito.” Eu acho que a satisfação de você ser bem recepcionado pela sociedade é tudo de bom.”

E10 – “Dependendo de uma atitude de um policial ou outro, ficam denegrindo a imagem de outros policiais, né? Então, quando um... policial erra, não falam: ‘O policial errou’, não, falam assim: ‘A PM errou.’ Então, para aquela pessoa que visualizou uma situação desagradável, todos os policiais militares que, por um acaso, ela possa procurar para resolver uma situação da mesma forma, ela já vai ficar um pouco constrangida, porque ela viu um policial fazendo uma coisa errada, né? Então, para... (Rapaz, como é o) que eu quero dizer aqui? Uma generalização, né? É o fato de às vezes os bons policiais pagarem pelos que erraram? E quando um policial comete um erro todos os outros 20 mil homens são rotulados.”

E11 – “Bom, não diria que a população, ficasse agradecendo, mas, pelo menos, tivesse uma manifestação de separar, de fazer uma separação de quando um policial ruim, comete um crime. Não, fazer uma... uma comparação genérica de todos os policiais. Se a população soubesse fazer essa separação, para mim, já seria uma coisa importante. Por quê? Quando um policial erra, a mídia... a mídia representa a sociedade, né? na verdade, já chega: ‘Olha, a Polícia errou.’ Ela não diferencia aquele mau policial dos demais. Assim como acontece com as outras profissões. Quando o médico erra, eles não... criminalizam toda a classe dos médicos. Eles separam. Médico tal, né? Quando é um policial militar, não. Eles juntam tudo. Isso, para mim, é uma coisa ruim. Não gosto. Porque, gente ruim tem em todo lugar.”

E12 – “Passa na mídia só a reação do policial, mas não passa o antes. Embora o policial possa ter reagido de forma não correta... ele também é um ser humano que às vezes está mais em risco no exercício da profissão de sofrer a violência do que o cidadão comum. A mídia coloca a partir da reação dele, mas não mostra o que aconteceu com ele antes, né? E ali ele chega no banco dos réus de uma forma muito desvantajosa para ele.” “Já senti na pele a discriminação. À época, a gente utilizava era o ônibus público e, por várias vezes, ocorreram coisas negativas com policial militar e a gente estar fardado dentro do ônibus, as pessoas até saíam de perto da gente, né?” (Grifos meus)

3.2.3 Categorias de prazer

3.2.3.1 Categoria 8. Aquele que serve e protege: “Era sempre um prazer servir às pessoas e fazer o bem”

A Categoria 9 trouxe uma dimensão que pareceu ter grande relevância para os entrevistados. O prazer dos policiais militares associou-se à aprovação das pessoas às quais eles servem. Ficou evidenciado, pelos relatos, que quesitos como a aprovação, reconhecimento e a percepção de ter agradado a terceiros são fatores que compõem a sensação de prazer no trabalho dos policiais.

Quadro 14 - Categoria 8. Aquele que serve e protege: *“Era sempre um prazer servir às pessoas e fazer o bem”*

Definição: O prazer no trabalho e a sensação do dever cumprido restaram condicionados à satisfação e reconhecimento de terceiros (demandantes dos serviços policiais). A percepção dos policiais de que seus serviços foram aprovados por parte dos usuários lhes dá uma conotação de importância, valorização e orgulho do trabalho que exercem sustentados na legitimação decorrente da aprovação pública.	
Entrevistado	Verbalizações representativas
E1	<p><i>“A sensação prazer de todo policial consciente é saber que ajudou que realmente protegeu que naquela ocorrência, terminou bem... porque fez o seu papel, sabe? Essa profissão é muito rica.”</i></p> <p><i>“Se ele [o policial] gostar do que faz, se ele se perceber importante, ele será comprometido em tudo que ele fizer, ele terá uma trajetória imensa de glórias, de virtudes.”</i></p>
E3	<p><i>“Você vê lágrimas de pessoas chorando ao seu lado e você ter a sensação, o prazer de ter ajudado aquela pessoa e o choro real..., sem dúvida nenhuma aquilo ali trazia um prazer enorme.”</i></p> <p><i>“O prazer imenso que tive como policial militar era de sair de casa e ter a certeza de que eu iria cumprir a doutrina da Polícia Militar. Sempre me imbuía, era sempre um prazer servir as pessoas e fazer o bem, sem olhar a quem. Eu não olhava a cara de A ou B ou C, eu sempre saí de casa com aquele prazer de falar assim: ‘Fui, fiz, consegui, fiquei satisfeito com isso!’. Agora a missão é árdua, viu? Porque você se depara com muitas coisas, você depara com pessoas que não veem seu caráter, acham que todos os policiais são iguais e não é assim.”</i></p>
E4	<p><i>“Minha satisfação maior é eu atender uma pessoa, ouvir aquela demanda e ela sentir que aquilo ali foi satisfatório. Sentir estampado no rosto de um cidadão que ele gostou de tá ali com o policial que veio com a viatura e que atendeu o pleito dele, então pra mim, não tem preço que pague isso daí, é uma satisfação imensa parece que recarrego as baterias.”</i></p>
E6	<p><i>“Minha profissão era muito bonita e eu era digna com o que eu fazia. Você prestar serviço à sociedade é muito gratificante e somente a tua presença fardada impõe certo respeito e segurança.”</i></p> <p><i>“Pra ser feliz, um policial precisa ver só a satisfação da sociedade.”</i></p>
E7	<p><i>“Foi mais marcante porque eu estudei para caramba, passei, sem a ajuda de ninguém: ‘Agora eu sou um policial!’. Você tem aquela vibração, você fica elétrico, você sente aquele orgulho: ‘Sou um policial militar!’. Já tem logo na cabeça: ‘Ah, eu vou prender os bandidos, vou tentar melhorar alguma coisa.’. Creio que, não só eu, mas todos que colocam uma farda, sentem essa vibração.”</i></p> <p><i>“O policial espera da Sociedade que ela o ajude, porque ele não consegue resolver as coisas sozinho. Na nossa Constituição também diz que a sociedade também faz parte da segurança pública. Ela tem que ajudar, tem que informar ao policial o que está acontecendo... O policial quer, na verdade, a amizade do cidadão, porque isso vai facilitar todo o trabalho, você sabendo que o cidadão está feliz, você também vai ficar feliz na profissão.”</i></p>
E8	<p><i>“Quando você vê uma pessoa agradecida, que a gente está ajudando, que a pessoa fica grata, é uma alegria muito grande. Saber: ‘Eu fiz o meu papel de cidadã, o meu papel de policial. Consegui resolver alguma coisa.’. Isso daí era a melhor coisa que tinha! É você colocar a farda e falar: ‘Hoje eu fiz o bem. Hoje foi legal!’</i></p> <p><i>“O povo tem que entender o lado do policial. Quando o policial entra em alguma abordagem, ele foi chamado, ele tem que ter atitude, tem que chamar a testemunha, que ouvir as pessoas que foram envolvidas. E quem está por fora não ficar apenas criticando</i></p>

	<i>apenas. Da mesma forma que o policial tem que tá pronto para atender, a população também tinha que dar um verdadeiro respeito ao policial.”</i>
E9	<i>“Eu acho que a satisfação de você ser bem recepcionado pela sociedade é tudo de bom.”</i>
E10	<i>“A satisfação de um policial é ele ser reconhecido, ser respeitado como policial militar e saber que as pessoas que, até mesmo que você prendeu, vem te agradecer, porque você, de certa forma, ajudou ele a não cometer uma coisa pior. Então, você se sente... é muito bom ser um policial militar e cumprir com os deveres!”</i>
E11	<i>“Eu me sentia um... um desses policiais de filme americano, sabe? Eu achava bonito. E as outras pessoas também achavam bonito.”</i> <i>“O cidadão comum, até nós mesmo, saímos na rua dizendo: ‘Pô [sic], hoje eu vou sair tranquilo porque a PM está nas ruas.’ Avistar uma viatura e falar, ‘Opa, ali eu estou tranquilo, né?’. Ter essa sensação... Chamar e a Polícia Militar vir rapidamente, em três minutos, quatro e lhe atender muito bem, né? Isso é que é importante para o cidadão: segurança.”</i>
E12	<i>“Quando a gente conseguia que aquela noite de serviço fosse tranquila, a gente ficava feliz, e, quando acontecia alguma coisa que a gente conseguia resolver, então aquilo dava satisfação... percebia que tinha feito a coisa bem feita, a gente ficava muito feliz com aquilo.”</i>
E13	<i>“Enquanto o policial fardado, dentro de uma viatura caracterizada, além de toda obrigação, todo o dever que ele tem, ele tem que tá cem por cento disposto. A um mero aceno, ele tem que parar. Mesmo que o aceno seja para comunicar que viu um disco voador. “Olha, passou um disco voador aqui há quinze minutos!” Porra [sic], o policial vai fazer o quê? Acionar a NASA? Vai acionar a Força Aérea? Não tem como. Mas, o policial, ele é obrigado a parar e dizer: ‘Olha, senhor, o senhor viu um disco voador? Como é que foi?’. O policial tem que dar uma resposta, certo ou errado, o policial tem que agir e tem que servir.”</i>

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Para os policiais militares entrevistados, o trabalho apresentara uma conotação de dever, significado difundido pela cultura interna da PMDF. Ruiz (2004), por exemplo, vê na difusão do dever uma das principais fontes de produção simbólica e afirma que o dever tem, pelo menos, duas acepções: 1) na visão kantiana, é algo precedente ao indivíduo, transcendental e próprio da natureza humana, algo que se espera que ele faça de maneira assídua, submetendo, quando necessário, a sua própria vontade; 2) na visão do utilitarismo liberal, o interesse próprio, independentemente da vontade do indivíduo, regula seu comportamento, fazendo-o cumprir aquilo que lhe é, aparentemente, mais vantajoso. Sobre essa última visão, seria exatamente para fazer conciliar interesse pessoal com interesse institucional que os mecanismos simbólicos são idealizados para fabricar vantagens pessoais reais ou aparentes.

As organizações adotam sistemas de poder e subordinação que se legitimam por alegorias propositalmente justapostas para definir a posição hierárquica que cabe ao indivíduo. O mito do discurso organizacional vincula os trabalhadores à organização, criando uma identificação social (PABST e SIQUEIRA, 2006) e, ainda que se admita uma relação de

influência bidirecional, a capacidade de um indivíduo influenciar a organização dependerá do seu poder e posição, tendendo os indivíduos a cederem e a absorverem muito mais o que vem das organizações do que o inverso, em uma dinâmica de supremacia organizacional sobre os indivíduos. Nas palavras de Motta (1979, p.12), o “relacionamento indivíduo-organização é um relacionamento entre desiguais”.

Mendes (2007) aponta que a servidão seria uma patologia social decorrente da falência de estratégias defensivas do sujeito, contudo, essa questão merece atenção especial no caso dos policiais militares. De maneira geral, as falas parecem paradoxais e de interpretação imprecisa, e a abnegação aparentada pelos policiais, notoriamente, extrapola a relação trabalho *versus* remuneração. Adotar como propósito pessoal a defesa de terceiros não parece decorrer de submissão cega às normas da corporação policial, havendo algo de idealização aí. As verbalizações representativas demonstram que o sentimento de ser o herói que salva, que dá segurança e alento àquele que dele necessita, não é uma patologia social, mas, exatamente, a mobilização subjetiva que atribui importância e sentido ao trabalho policial. Nesse aspecto, a obstinação do policial ao aderir às causas de servir e proteger seria inversa à obsessão desarrazoada.

A visão do trabalho como um sacerdócio, um sagrado idealizado, com a entrega de si mesmo aos ideais organizacionais, com a respectiva adesão ilimitada é uma abordagem feita por Enriquez, (1983), Motta (1991), Freitas (2000b), Schmitt e Faria (2007), e se enquadra, em parte, ao caso dos policiais militares, com a ressalva de que é difícil imaginar a composição de um corpo policial afligido por tantos fatores adversos, sem uma forma de mobilização subjetiva compensatória eficaz, individual ou coletiva, assentada na doação de si aos princípios de dedicação ao outro. As falas de E10 e E11 abrangem essa observação:

E10 - “O policial espera que realmente as pessoas acreditem na polícia, porque ele cumpre realmente com seu dever, ele faz o possível e o impossível para dar mais tranquilidade para a sociedade.” “Às vezes você tem como resolver aquela situação (...) no momento da precisão, do pedido de ajuda e elas [as pessoas] te veem como uma solução (...) você procura atender da melhor forma possível, para que aquela pessoa realmente se sinta satisfeita, por mais que você não consiga atingir o objetivo, mas aquela pessoa viu que você fez o possível para tentar resolver da melhor maneira.” “Fazer com que as pessoas te prestigiem, te elogiem como policial e como pessoa. Essa sensação de dever cumprido era uma forma de satisfação.”

E11 - “Trabalhei em locais muito pobres, principalmente no bairro Alfa [fictício], antigamente era uma favela. Então, esse povo era desprovido do Poder Público, de saúde e, principalmente, segurança. O índice de criminalidade do Alfa era muito alto, o índice de homicídio e latrocínio era altíssimo. Quando a gente ia na rua, passava na rua, naquelas operações, a população ia para a rua aplaudir. Rapaz,

aquilo era... sabe? Era como se eu tivesse... ganhando um presente de aniversário. Era muito bacana, muito bacana mesmo!” (Grifos meus)

Os comportamentos reais e a realidade fantasiada do sujeito consideram a relação do outro enquanto “modelo, objeto, apoio e adversário” (ENRIQUEZ, 1983, p.51). As verbalizações abaixo exemplificam alguns impactos na percepção dos policiais quanto a esse aspecto:

E9 - “É difícil a incompreensão da sociedade. Ela faz de casos específicos, regra geral, e isso aí maltrata demais porque, nós temos excelentes profissionais, excelentes policiais e qualquer um que comete um deslize todo mundo vai para a vala comum, e aí a nossa imagem fica manchada. Naquela hora você não é ninguém porque a sociedade exige demais que você tenha uma conduta ilibada, que você tem que ter presunção de probidade, mas, quando um desliza todo mundo cai. E isso aí é terrível. Ofende muito.”

E12 – Já senti na pele a discriminação. À época, a gente utilizava ônibus público e, por várias vezes, ocorreram coisas negativas com policial militar e a gente estar fardado dentro do ônibus, as pessoas até saíam de perto da gente, né?” “Passa na mídia só a reação do policial, mas não passa o antes. Embora o policial possa ter reagido de forma não correta... ele também é um ser humano que às vezes está mais em risco no exercício da profissão de sofrer a violência mais do que o cidadão comum. A mídia coloca a partir da reação dele, mas não mostra o que aconteceu com ele antes, né? E ali ele chega no banco dos réus de uma forma muito desvantajosa para ele.” (Grifos meus)

Para Enriquez (1983), o outro é essencial para a existência do eu, que pressupõe a necessidade de ser reconhecido para a manifestação do psiquismo e seus estratos (ide, ego, superego, ideal do ego). É a presença recíproca do sujeito e do outro que constitui a identidade do sujeito. Como se observou, no caso dos policiais, resta latente nas falas um ressentimento pela significação negativa dada por outras pessoas, com especial destaque para a exposição midiática, à qual percebem como capaz de impactar ao amplificar os efeitos pejorativos da opinião do público. A generalização indiscriminada, atribuindo a toda a classe policial responsabilidades por atos de desvios ou supostos exageros cometidos por indivíduos, isoladamente, constrange e gera sofrimentos.

Das colocações anteriores, surge a necessidade de se resgatar a noção conceitual de sublimação ligada à necessidade de se atribuir as terceiros a aprovação social do trabalho. Como assinalado por Martins (2009), o processo sublimatório é experimentado no seu caráter negativo, quando o reconhecimento, em vez de validado, é reprovado, potencializando o sofrimento e onerando ainda mais a resistência psíquica do sujeito. As verbalizações a seguir representam

esse

contexto:

*E11 - Bom, não diria que a população..., ficasse agradecendo, mas, pelo menos, tivesse uma manifestação de separar, de fazer uma separação de quando um policial ruim, comete um crime. Não fazer uma comparação genérica de todos os policiais. Se a população soubesse fazer essa separação, para mim, já seria uma coisa importante. Por quê? **Quando um policial erra, a mídia... a mídia representa a sociedade, né? Na verdade, já chega: ‘Olha, a Polícia errou.’ Ela não diferencia aquele mau policial dos demais.** Assim como acontece com as outras profissões. Quando o médico erra, eles não... criminalizam toda a classe dos médicos. Quando é um policial militar, não. Eles juntam tudo. Não gosto. Gente ruim tem em todo lugar.”*

A harmonia imaginária é indispensável para compor o espírito de corpo na organização policial militar. A autonomia do sujeito fica delimitada pelos mecanismos de significação, como preconiza Ruiz (2004):

“Através da socialização o sujeito constrói uma identidade própria e incorpora a herança cultural de seu grupo social. A socialização envolve a subjetividade num processo de dupla direção: o sujeito assimila de forma criativa e pessoal o imaginário social instituído integrando-o como parte da sua identidade pessoal e, concomitantemente, se insere, como subjetividade, num modelo de identidades coletivas”. (RUIZ, 2004, p. 179)

Essa colocação remete à quarta tipologia de ‘instituição total’ pela qual uma organização apartaria seus integrantes dos demais sujeitos não pertencentes ao seu quadro de pessoal. Essa visão de Goffman (1981) pressupõe a necessária imposição de segregação que, todavia, no caso da PMDF, se ocorresse genuinamente, como proposto pelo autor, ocorreria apenas durante o período de socialização organizacional, isto é, no curso de formação profissional inicial, em que os recém-ingressantes passariam por períodos de imersão organizacional, procedimento, aliás, esperado em qualquer organização que receba novos membros.

3.2.3.2 **Categoria 9.** O herói de uniforme: “*Com a farda, a gente se sente parte de algo maior*”

Quadro 15 - Categoria 9. O herói de uniforme: “*Com a farda, a gente se sente parte de algo maior*”

Definição: O uso do uniforme despersonaliza o sujeito, torna-o representante da instituição, às vezes, a própria instituição. A farda diferencia o sujeito que a utiliza, lembra-o que representa algo além de si mesmo e isso traz sensações positivas, mas, também, algumas vezes, negativas.	
Entrevistado	Verbalizações representativas
E1	<p>“Sempre foi prazeroso pra mim, sei que nossa profissão às vezes é incompreendida, tem o risco, mas sempre o uniforme pra mim sempre foi a segunda pele, desde soldado.”</p> <p>“(…) não era pelos adornos, mas realmente por você ser policial, exercer uma profissão</p>

	<i>nobre de proteger os outros, de jurar pela própria vida. É uma profissão super difícil, mas minha vida inteira o meu uniforme era tratado com muito carinho, com muito zelo, acho que é o sentimento de me sentir importante.”</i>
E2	<p><i>“O dia em que colocamos a farda, não podíamos mais sentar dentro do ônibus, usávamos uma boina grená. E era bonito ver a sociedade nos olhando e saber que nós estávamos representando a instituição e se acontecesse alguma coisa nós tínhamos que tomar atitude e dar a resposta que eles queriam. O peso da farda começa daí.”</i></p> <p><i>“Você passa na rua e vai em um supermercado fardado as pessoas acham um absurdo. Você não vai em uma consulta fardada. As pessoas te olham o tempo todo. Quando você está fardado na rua, é como se as pessoas estivessem te olhando o tempo todo. Você fardado será apontando o tempo todo.”</i></p>
E3	<p><i>“Desde o dia (...) que eu entrei na Polícia Militar sempre tive prazer. Pra mim foi sempre prazeroso, vestir a farda, sair numa viatura.”</i></p> <p><i>“Só o fato de colocar essa farda a gente já se sentia assim... com aquela sensação de que a gente teria que designar pro lado certo (...) justamente pra quando eu fosse pra rua ter aquela sensação de que a pessoa que me solicitou tivesse a confiança e o prazer de ter me solicitado.”</i></p>
E5	<i>“Minha esposa falava que quando eu vestia a farda eu mudava até a maneira de agir, de falar, dizia que virava até outra pessoa.. Quando eu vestia a farda eu era um super-herói mesmo.”</i>
E6	<i>“Ah! A sensação de colocar o uniforme..., eu me policiava dobrado. Quando estava civil não me preocupava tanto, mas fardada eu me preocupava com mínimos detalhes, meus movimentos, o falar... era outra postura, como se fosse uma outra pessoa. Sempre policiava meus atos, minha fala.”</i>
E8	<i>“Quando eu colocava o uniforme, eu me sentia a ‘autoridade’. Eu falava: ‘Com esta farda, se eu tiver que prender, vou prender, se eu tiver que multar, vou multar, se tiver que chamar a atenção, vou chamar.’.”</i>
E9	<p><i>“Quando nos deram aquela farda... que coisa maravilhosa! Como era bom você estar fardado e ser diferente, eu sempre senti prazer, né? Minha farda era muito bem tratada, sempre tive entusiasmo.”</i></p> <p><i>“A gente nunca deixa de ser policial militar. Quando você coloca aquela farda, pelo menos eu, me sentia muito orgulhoso... tomava um banho, fazia a barba e já preparava aquela farda para vestir, era um troféu, uma coisa muito boa. Muito bom você usar a farda e ir trabalhar sabendo que, com aquela farda ali, você está sendo visto pela população de uma maneira diferente. Quando você passa perto de uma determinada pessoa, aquela pessoa se sente segura. Você está sendo um protetor da sociedade.”</i></p>
E12	<i>“Se eu mudasse da sala para o quarto em casa, eu estava com a arma na cintura, eu me sentia nu, né?”</i>
E11	<p><i>“É como se fosse uma segunda pele.”</i></p> <p><i>“Essa profissão impregna (...) o cara que sai da PM... durante um certo tempo, chora... pela falta dessa vida profissional.”</i></p>
E13	<i>“A farda é o que eu mais sinto falta hoje. Era minha segunda pele, mas era também um fardo. É isso! A farda era um fardo: muita responsabilidade, você deve se cobrar muito o tempo todo. Te despersonaliza, quero dizer, te repersonifica... um herói. Era a sensação... primeiro de super-homem, quando você veste a farda, você deixa de ser pessoa física, para ser pessoa jurídica. Segundo: o policial é policial vinte e quatro horas por dia, é aquela de o policial não sentar de costas para a rua, é aquela de estar ligado com os filhos... aquele que vê o malandro vindo assaltar.”</i>

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Para Dejours (1992a; 2007a; 2004; 2012), as formas de apropriação da realidade pelo sujeito, as relações e interfaces que esse mantém com o mundo ao seu redor, com ambiente e com as pessoas do trabalho, são importantes subjetivações, cuja significação, individual ou coletiva, busca dar coerência e segurança como forma defensiva contra as pressões decorrentes das exigências do trabalho. Esse autor postula que as dimensões física, psíquica e socioafetiva dos indivíduos são mobilizadas para a realização das atividades laborais e, portanto, interessam para a ponderação dos sentidos atribuídos ao trabalho, podendo evidenciar os esforços adaptativos para a suportação das exigências e pressões e o adoecimento (FERREIRA e MENDES, 2007), o que emblematiza os impactos reais e imaginários na saúde psíquica desses sujeitos (DEJOURS, 1992a).

Da Categoria 9, emerge o conceito de *ideologia defensiva*, que   aquela elaborada e mantida coletivamente, dotada de bases coerentes para o grupo, mas que pode mascarar graves ansiedades decorrentes de perigos reais, mantendo o sofrimento encoberto (DEJOURS, 1992a; MENDES, 2007). Em razão de ser uma profissão em que os perigos são mais que reais, ou seja, são eminentes, algumas subjetiva es parecem ser essenciais para dar estabilidade para a execu o das tarefas, uma “blindagem” que pode não alterar os riscos físicos possíveis, mas que conforta o núcleo psíquico do sujeito, como se pode observar nas sensa es destacadas abaixo:

E13 - “Com a farda, a gente não se sente sozinho. Com a farda, a gente se sente parte de algo maior. Então, você se veste com a farda e está vestindo uma carapaça, uma blindagem. Sei lá,   algo sobrenatural, entendeu?” (Grifos meus)

As rela es e práticas sociais são mediadas pelo campo simbólico, que acaba por se constituir como uma instância fundamental para as próprias rela es de trabalho repletas de “significado de certas estórias, mitos, rituais, de certos comportamentos e artefatos que perpassam a vida da organiza o” (FLEURY, 1987, p.7). Os policiais relataram não conseguirem se desconectar do trabalho e das suas fun es, mesmo em momentos de folga:

E9 - “Na realidade, eu ainda sou um policial, eu guardo quase todos os reflexos. Eu, ainda hoje, tento me desvencilhar dos hábitos que eu constrói durante toda a minha forma o.   difícil, às vezes, eu não consigo.”

E10 - Quando você está dentro da farda, e as pessoas te veem, você se sente na obriga o de fazer, mas quando você está   paisana, você também se sente na obriga o de fazer, quando vê algo errado. Então, quando eu estava fardado, eu me sentia bem melhor como um policial. Quando eu estava sem a farda, eu não ficava bitolado [sic] com pensamento na PM, eu ficava normal, com a minha família. Mas, se houvesse, como já houve, uma situa o que eu tive que agir, até de férias, agi dentro do ensino que tive, do que os meus superiores hierárquicos me ensinaram e, graças a Deus, fui bem-sucedido.”

E11 - “Aqui na minha rua eu observo o carro que entra, se é suspeito, se não é. Fico aqui na janela, eu olho: ‘Esse carro não é dessa rua aqui!’. Eu já vou lá...”

E13- “A polícia que usa farda, ela não pode se omitir. Policial é vinte e quatro horas por dia policial. Na medida que ele bota um terno, ou uma roupa civil, ele poderia ser seletivo.” (Grifos meus)

O uso do uniforme, componente marcante da identificação grupal dos policiais militares, exige a retomada do conceito de relações de trabalho. Esse conceito, segundo Dejours (1992a), refere-se a todos os laços humanos no âmbito do trabalho, entre os indivíduos, as chefias, os pares. A relação de parceria e comprometimento mútuo para os policiais parece ser uma espécie de estratégia coletiva a partir da qual conseguem manter um equilíbrio psíquico para enfrentamento e resistência às penosidades. As relações psicoafetivas entre os policiais são bases para a conversão do sofrimento em prazer e de imprescindibilidade na manutenção da saúde mental, o que fica evidente na fala a seguir:

E7 - “Ele estando com um companheiro que ele gosta, às vezes não tem salário ruim, não tem comandante ruim, ele indo para a rua com um companheiro do lado que ele confia, vale mais do que qualquer outra coisa.” (Grifo meu)

3.2.4 Categoria 10: O ingresso das primeiras mulheres na PMDF

Em 1983, a PMDF abriu edital de concurso público para as primeiras mulheres da instituição. Não propositalmente, a pesquisa acabou selecionando entrevistadas que foram as pioneiras desse processo, então, nova conjuntura da corporação policial. Considerando a riqueza dos relatos e por apresentarem temas comuns relacionados a prazer e sofrimento específicos, com pressões e inquietações próprias vividas por elas, suas falas foram agrupadas nessa categoria. Notoriamente, essas policiais descrevem contextos singulares, visto terem trilhado percursos nunca antes explorados, rompendo barreiras ao longo de três décadas, desde os primórdios dos anos 1980 até os dias atuais, e desbravando campos antes exclusivos para homens.

A Categoria 10 identificou histórias vividas por essas mulheres e, sem aprofundar o tema da discriminação, aponta pressões e superações adicionais experimentadas por esse grupo específico.

Quadro 16 - Categoria 10. O ingresso das primeiras mulheres na PMDF

Definição: As primeiras mulheres que ingressaram na PMDF trazem relatos de particularidades vividas por elas em uma organização, até então, essencialmente masculina. Esta categoria apresenta situações vividas nos primórdios da década de 80. Temas como família, filhos, segregação e, sobretudo, superação enredam as falas selecionadas, denotando prazer e, ao mesmo tempo, sofrimentos no trabalho decorrente de exigências superiores, em alguns aspectos, àquelas atribuídas aos homens.	
Entrevistado	Verbalizações representativas
E1	<p><i>“A mulher concilia ser comandante, ser mãe, ser esposa. Eu conciliava tudo isso e não tinha nenhum transtorno. Minha família sempre me apoiou: têm orgulho, né? Isso ajuda também. Nós mulheres fomos diferenciadas por muitos anos... discriminadas, talvez a palavra melhor seja essa. Quando entrei na polícia, eu e as outras colegas, a gente queria ter os mesmos direitos, a gente tinha um quadro separado, só podia ir até o posto de capitão. Então quando cheguei da Escola [Academia de Oficiais], a gente brigou muito pra ter o mesmo direito, pra acabar com aquele ‘Quadro feminino’. A gente brigou tanto! A gente conseguiu pela lei extinguir o Quadro e ir pro mesmo Quadro Geral. Aí sim nossos direitos foram respeitados e a gente teve a mesma ascensão profissional. Nada mais justo, né? Por termos a mesma formação.”</i></p> <p><i>“Eu lembro da nossa boina grená que era o símbolo da mulher policial naquela época.”</i></p>
E2	<p><i>“No meu ingresso na Polícia Militar de Brasília a gente [mulher] cuidava de senhoras, idosos e crianças, era mais um serviço social. Não tinha ocorrências.”</i></p> <p><i>“A Instituição fez todo um trabalho para que a sociedade nos recebesse: ‘As primeiras mulheres na Polícia!’. Me lembro bem, foi um desfile de 7 de setembro de 1983, o ponto alto deste desfile éramos nós, as mulheres. Todas maquiadas, bem fardadas, lindas e maravilhosas.”</i></p> <p><i>“Na época o Parkshopping [shopping center local] tinha acabado de ser inaugurado e nós fazíamos policiamento lá dentro. Éramos uma novidade, então todo mundo queria tirar foto com a gente. Nós éramos mesmo um cartão de visita.”</i></p> <p><i>“Eu nunca me arrependi da escolha que fiz e faria tudo de novo do mesmo jeitinho. Todo mundo que mandei ir à puta que pariu [sic] dentro da polícia, eu mandaria tudo de novo do mesmo jeitinho.”</i></p> <p><i>“As mulheres tinham que trabalhar com esmaltes e tinha um período que a gente ganhava muito pouco então a gente pensava: ‘A gente compra um vidro de esmalte e divide entre nós, desde que estejamos com as unhas feitas...’ e era assim.”</i></p>
E6	<p><i>“Entreí muito novinha na Polícia e significou minha independência econômica. No começo eu não tinha preocupação, era solteira, não tinha filho, não tinha marido, até então era tranquilo. Minha preocupação mesmo começou quando passei a ter família. Com uns 10 anos de Polícia eu me casei, depois tive filhos, tinha que administrar minha casa. Era difícil, não era fácil, viu? Eu chegava do serviço e tinha que lavar, passar, olhava os cadernos dos meninos. O serviço não entende que às vezes tinha algumas atividades das mães, atividades da escola e que você precisa ir. Tinha épocas da minha vida que eu dormia apenas 4h por noite, quando meus filhos eram pequenos, porque eu tinha que deixar a comida deles toda preparada, frutinha cortada, verduras. E, de uma certa, forma prejudicava meu serviço, chegava muito cansada.”</i></p>
E8	<p><i>“Surgiu o edital da Polícia Militar, a primeira turma [de mulheres]. Meu irmão mais velho, brigou demais, dizendo que era um serviço para homem, que seria muito arriscado, eu fui a contragosto do meu pai, da minha mãe e dos meus irmãos. Era difícil ser policial no início, muita cobrança.”</i></p>

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Para Constantino (2014), na atividade policial, ser mulher e ser homem policial pode guardar especificidades. E, de fato, essas especificidades ficaram evidenciadas nas falas das entrevistadas e ressaltadas de tal maneira que se justificou a geração de uma categoria específica. Questões como cobranças diferenciadas foram constantes, bem como restrições de condutas, como relataram as entrevistadas a seguir:

E1 - *“Eu sentia um fantasma sempre a minha volta que dizia: ‘Todo mundo pensa que você tem prosperado se fazendo valer da condição de mulher’. E eu nunca precisei disso! Sempre fui competente. Sempre busquei superação, sempre acordei cedo e conquistei meu espaço, dignamente.”*

““Às vezes determinada tarefa, o homem se errasse tudo bem, mas se errasse a mulher: ‘É porque é mulher!’. Isso aí eu não posso negar, a gente além de trabalhar bem, se policiava pra não errar.”

E2 - *“Nunca precisei me rebaixar para alcançar nada. Sempre fui competente. Sempre busquei superação. Fazer mais e melhor do que os homens justamente porque as lentes pareciam sempre estar voltados para nós mulheres” “Eram picuinhas que desgastavam a gente. Foi o uso do rabo de cavalo... o uso da calça cumprida que a gente não tinha, foi trabalhar homem e mulher junto, em tudo isto eu estava presente, uma briguenta! ((saboreou o momento entre gargalhadas))”*

E6 - *A corporação era protetiva, eu entendia que era uma forma de nos proteger, mas em alguns momentos eu pensava que já era crescidinha e já sabia me cuidar.”*

E8 - *“Não podíamos conversar com outro policial. Não podíamos namorar policiais. Era proibido! Eu casei com policial contra a vontade do Coronel Ailan e do Coronel Julcas [nomes fictícios], que me chamaram na sala, mandando eu terminar. Eles não queriam que misturasse justamente com medo do povo denegrir a imagem da policial feminina. As nossas duplas eram mulher com mulher, não trabalhávamos com homem. Mas, com a intenção de preservar a nossa moral. E eu acredito que era mesmo, sabe?. Até os cinco anos de policial, foi muito difícil por causa das proibições, sabe, dos retalhamentos? Passou cinco anos, aí foi café com leite.” (Grifos meus)*

Ressalte-se que a Entrevistada 8, tendo tomado conhecimento, por intermédio de outros policiais, da busca de voluntários para realização de entrevistas, por iniciativa própria, fez contato telefônico com o pesquisador e pediu que fosse entrevistada: *“Faço questão de colaborar para que as pessoas possam conhecer o que é ser uma policial militar”*, disse E8.

As falas das entrevistadas estavam carregadas de assuntos como família, filhos e responsabilidade de mãe. As entrevistadas mencionaram o tema família, apresentando E6 uma peculiaridade sobre esse assunto:

E1 - *“Quando se é mãe você pensa muito nos filhos... tem essa coisa a mais... se preocupa mais. É normal isso, faz parte da nossa vida, né?”*

E6 - “Eu dormia muito pouco. Eu tinha que manter firme minha aparência no trabalho. **Convivia pouco com meus filhos. Não os vi crescerem, mas nem por isso eu deixava de mostrar a eles que eu era a mãe deles e estava ali.** De noite eu já deixava o lanchinho deles pronto pra ir pra escola. Fruta cortadinha, suco na garrafinha. Sinto que perdi muito do convívio com eles, mas hoje eu me dedico apenas a servi-los.”

E8 - “O lado do homem eu não conheço, mas o da mulher... Veja bem, nós trabalhamos lá fora como policial, nós temos as nossas cobranças, com os nossos chefes... quando você chega em casa, são os filhos, é cobrança do filho: **‘Mãe, você está trabalhando demais! Mãe, você não tem tempo pra gente! Poxa, você não fica mais em casa!’** Esse menino meu (...) falava que orava para Deus pra eu não tirar serviço. ((Pausa nas falas. Chorou neste momento, respirou profundamente)). **Engraçado, porque não falava isso do pai? E o pai também vivia trabalhando. Mas, com a gente, acho que essa cobrança maternal, da mulher em casa...**” (Grifos meus)

Merece destaque duas histórias contadas por E2, nas quais relata aquilo que teriam sido duas ocasiões vividas pela primeira vez por mulheres da PMDF. Na primeira delas, relata aquela que teria sido a primeira ocorrência policial atendida, exclusivamente, por mulheres, situação em que uma equipe do corpo de polícia feminina foi designada para atender a um chamado que se referia a uma briga em um bar. A perplexidade dos envolvidos na briga e a destreza e imponência com que resolveram a situação contrastam com os sentimentos de apreensão e medo por parte das policiais. Na segunda história, a entrevistada relata aquilo que teria sido uma situação discriminatória, a partir da qual, por sua atuação, marcou a criação de uma nova legislação interna que passou a conceder algumas igualdades em prerrogativas relacionadas ao oficialato feminino. Segue o relato:

E2 - “Na primeira ocorrência que a Polícia feminina atendeu, em Dezembro de 1983, estive na televisão e ver que o seu trabalho estava dando resultado... Ah! Foi bom demais! Fomos numa ocorrência na Vila Planalto. Nós nem andávamos armadas, tínhamos apenas uma bolsa, um cassete e neste dia nós fomos atender uma ocorrência por orientação do COPOM [central de operações da Polícia à época] e nos vimos encurraladas no meio do nada. **Eu senti medo.** Não que não tivéssemos preparo, se estivéssemos pelo menos armadas, não era nem pra poder usar, mas o psicológico da gente estaria melhor. **Era umas 3 e pouco da manhã e chegou aquele tanto de homens brigando e as três bonequinhas sozinhas.** Então eu fiz um relatório e disse que não iria mais pra rua sem estar armada, pois nós já tínhamos todas as condições técnicas para estar armadas. E essa decisão não era tomada na minha unidade, tinha que ir lá para o Comando Geral e nós então não saímos pra trabalhar neste dia. E decidiram depois que, a partir de então, nós iríamos andar armadas e nós fomos rompendo este tipo de barreira.”

E2 - “Outro fato que rompemos foi **quando nos tornamos oficiais, recebemos a espada, mas chegamos aqui não podíamos usar.** Teve uma solenidade onde um oficial superior que era do Estado Maior disse: ‘as mulheres podem retirar a espada’. **Olhei pro lado e disse: ‘eu não vou tirar’.** O comandante da tropa falou: ‘Pelo amor de Deus tira’ e eu repeti ‘Eu não vou tirar. Não tiro!’. **Aí olhei pro lado, pras outras colegas, a tropa estava sendo comandada por mulheres [oficiais], as desinfelizes [sic] já tinham tirado.** Pensei: ‘será que só eu...de novo!’. **Cheguei no**

quartel fui no comandante e expliquei: ‘aconteceu isso, isso e isso e eu quero permissão pra ir lá no Comandante Geral’. Ele disse: ‘Vá pra casa, descanse sua cabeça e amanhã eu te dou uma resposta’. Ainda respondi: ‘ não estou pedindo pro senhor resolver meus problemas, eu mesma quero resolver. O problema foi meu, quem foi constrangida fui eu’. Então ele disse: ‘vai!’ e eu fui. Cheguei lá, me apresentei pro Comandante, ninguém tinha coragem de ir no comandante. Então expliquei tudo pra ele e ele disse: ‘O oficial então foi muito insensível’. E ainda disse: ‘ O senhor estava na minha formatura porque eu não posso usar a espada, ora?’. Então no outro dia foi publicado lá no diário oficial, o chefe da Casa Militar entrevistou nisso, de meia noite às seis da manhã eles mudaram lá o artigo tal e nós passamos a usar espada..” (grifos meus)

Bezerra, Minayo e Constantino (2013) constataram que a organização do trabalho e a percepção de discriminação e assédio foram fatores que mais impactaram no mal-estar e no sofrimento psíquico de mulheres da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Os relatos discriminatórios também apareceram entre as policiais do DF, contudo, a contextualização dada por elas leva a crer que isso foi se enfraquecendo ao longo dos anos, dando lugar a espaços de maior equilíbrio profissional entre homens e mulheres. Nas palavras de E2: “A Polícia nunca me exigiu nada, eu que exigi dela. Pela condição de mulher dentro da instituição a gente foi quebrando um monte de barreiras”. Coerentemente com os achados das autoras, nos relatos das policiais militares do DF, notou-se forte presença dos temas família e responsabilidades domésticas. No entanto, o tema assédio não se manifestou nas falas, dando lugar à luta por direitos e superação, como se pode notar:

E1 - “Por ser mulher foi mais difícil chegar aonde nós chegamos, a gente abriu portas, enfim, é toda uma história de... de discriminação, mas de superação também, de conquistar o lugar, porque evidentemente foi a primeira turma e a gente batalhou pra isso.” (Grifo meu)

3.2.5 Histórias pessoais no exercício da profissão policial

Os entrevistados relataram as experiências vivenciadas ao longo da carreira de modo bastante abrangente, colocando-se ora como sujeitos ativos e participantes, ora como observadores das narrativas, mas algumas histórias particulares apresentam algo mais da complexidade envolvida no mundo do trabalho policial, com suas angústias e satisfações, suas imprevisibilidades e riscos. São histórias repletas de contrastes sobre vida e morte, dores e realizações. O relato do Entrevistado 3 (E3) dá uma dimensão desse contexto:

E3 - “Pra mim foi um prazer imenso trazer uma criança ao mundo, segurar e me sentir um deus naquela hora, que foi dar a vida àquela criança e a mãe também passou uns maus bocados, mas com a nossa chegada lá nós tivemos a sensação de que trouxemos mais uma vida para o mundo e ajudamos a mãe também a

*permanecer com saúde e aquela vida que a gente trouxe... **naquele momento Deus nos colocou no colo e falou: ‘Agora eu quero ver se vocês estão preparados pra vida!’.** Nós ajudamos essa senhora a ter essa criança e pra mim foi uma satisfação que marcou durante toda a minha carreira de policial militar”.* (Grifos meus)

O Entrevistado 9 (E9) relatou ter sido tomado como refém por dois homens armados que entraram no carro no qual se encontrava junto com outro policial, ambos sem uniforme, na ocasião. Um criminoso ficou no banco da frente, com a arma apontada para o policial que dirigia e outro ficou no banco de trás, com a arma apontada para ele. E9 relatou que sentiu sua vida passar diante de seus olhos. Os criminosos ainda não haviam percebido que eram dois policiais:

*E9 - “Era questão de tempo até perceberem que éramos policiais. Eles iam nos matar com certeza. Estavam muito doidos, talvez por drogas. **Tive um medo muito grande de morrer,** medo pela vida do seu amigo, pois o tempo todo os criminosos armados diziam que iriam nos matar e as armas ficaram o tempo todo apontadas para nós. **Eu só pensava o quanto queria voltar pra casa naquele dia: vivo.** Com o carro em movimento, o Jonas [nome fictício] sacou a arma dele da cintura e atingiu aos dois caras. Morreram na hora! **Foi uma experiência muito ruim saber que sua vida está nas mãos de desconhecidos e que você não pode fazer nada, a não ser confiar em Deus!**”* (Grifo meu)

Já o Entrevistado 10 (E10) relatou que, há menos de 3 anos, se deparara com uma tentativa de roubo em um estabelecimento comercial onde estava fazendo compras e que, mesmo tendo tido a oportunidade de atirar contra o criminoso, conduziu o ocorrido para um desfecho do qual se orgulhava imensamente, segundo descreve:

E10 - Eu estava de férias dentro de estabelecimento de material para sorvete, entrou um assaltante e colocou uma arma na cabeça da gerente, do meu lado, eu paisano e armado. Primeiramente eu pensei, ‘Meu Deus, o que eu vou fazer aqui agora?’ Aí, quando ele falou assim: ‘Todo mundo deitado’, consegui sair dele, tentei aplicar o que eu aprendi. Eu esperei o meliante fazer o assalto, esperei ele guardar a arma, consegui prendê-lo, sem dar um disparo, recuperei todos os bens materiais ali arrolados, não o machuquei, consegui pedir o apoio e consegui prender, com a ajuda dos amigos da viatura. Eu não apliquei nada aleatório. Eu só apliquei o que eu aprendi dentro da Polícia Militar. Isso me deixou feliz porque o que eu aprendi salvou a minha vida, a vida do bandido e de terceiros.

Durante o procedimento de entrevista realizado em sua própria casa, E10 mostrou-se sempre com expressão séria e compenetrada, sendo firme e resolutivo em todas as colocações que fez. Em dado momento, bastante reflexivo, disse:

*E10 - “**Não é fácil você ver sua vida em risco.** Em questão de segundos, você pensa: tudo pode acabar agora. Mas mantive o sangue frio, lembrei das técnicas ensinadas no curso que fiz na Polícia e consegui prender um cara armado sem causar-lhe um único arranhão. Sensação do dever muito bem cumprido!”* (Grifo meu)

Pouco antes do início da entrevista, foi dito a E10 que, para seu melhor conforto, o procedimento seria mais apropriado em local reservado, com a presença apenas do entrevistador e do entrevistado, ocasião em que retrucou: *“Sou o pai e a mãe dessa casa e tudo que faço é para que meus filhos se orgulhem do bom exemplo”*. Por essa razão, durante toda a entrevista, esteve presente, em um canto da sala, ouvindo tudo o que era conversado, um jovem adolescente de cerca de 16 anos. Era o filho mais jovem de E10 e sua feição derrama a impressão de real admiração e orgulho das falas do pai. Ao término da entrevista, E10 despediu-se e solicitou ao adolescente que acompanhasse o entrevistador até a parte de fora da casa, onde, já sem a presença do pai, disse: *“Meu pai é tudo isso aí mesmo que ele disse! É meu herói! Quero ser como ele um dia, estou estudando bastante desde já. Vou fazer concurso pra Polícia assim que eu puder!”*.

O Entrevistado 11 (E11) foi bem contundente em certo momento da entrevista: *“Eu tive que matar um cara. Era ele ou eu, não pensei em nada. Não dá pra pensar em nada! Foi instinto puro. Ele me ameaçou com uma arma e eu não tive escolha”* (Grifo meu). Na sala de sua residência, onde realizamos a sós a entrevista, tomou quase todo o conteúdo de uma garrafa inteira de café que havia sido levado pela sua esposa. As impressões advindas de E11 era que ele estava bastante ansioso por rememorar todos os relatos que acabara de descrever, mas regozijou-se, como que irradiando sincera felicidade, ao descrever aquilo que dissera ser a melhor memória da sua carreira:

E11 - “Praticamente fiz um parto. Eu trabalhava, na época, no Lago Sul, e [abrangia] uma parte do Paranoá. Recebemos um chamado que tinha uma senhora (...) que estava em trabalho de parto e não tinha ambulância, né? Era de madrugada e não tinha meios de ela se locomover. Então, a gente foi fazer essa condução para o hospital. Foi assim: o meu colega, o motorista a cento e vinte, cento e trinta por hora, e eu atrás, no banco, segurando a mulher, junto com o esposo dela. E ela parindo ali... eu estava ouvindo o choro do bebê. Só deu tempo da gente chegar no hospital... Foi uma satisfação enorme para mim e, ao mesmo tempo, eu fiquei preocupado, porque eu não estava preparado para fazer um parto, né? Graças à Deus, deu tudo certo. Foi uma alegria.”

O Entrevistado 12 (E12) disse que passou a se interessar pela área de Psicologia por conta da sensação de abandono da corporação com relação aos problemas dos seus colegas de trabalho. Ele chegou a trabalhar em setor de apoio da PMDF responsável pelo atendimento de policiais militares afastados do serviço por questões de saúde psiquiátrica. Uma fala marcante foi aquela em apresentou o que seria um tipo de sacrifício da própria vida, ocasiões nas quais, ao longo da carreira, os policiais tendem a trabalhar quando, habitualmente, a maior parte das pessoas está junto à sua família:

E12 - “*Ser policial militar não é uma profissão qualquer, não é para qualquer um! Enquanto a maior parte das pessoas está em casa, descansando, se divertindo, comemorando datas festivas: Natal, Ano Novo, Páscoa ou ainda os feriados ou ainda enquanto todos estão em casa a noite, com suas famílias, seus filhos, esposas, os policiais, em geral, estão trabalhando. E estes momentos longe de casa não voltam nunca mais! São lembranças que seus filhos não terão. Serão fotos de família nas quais você não estará. O tempo ausente dos filhos, uma noite de descanso junto à esposa e parentes, isso se vai e não volta mais*”. (Grifos meus)

E12 também mencionou uma ocasião que, aparentemente, deve ser comum na atuação policial, relacionada à sensação de impotência diante de situações nas quais eles têm pouca ou nenhuma possibilidade de agir e que, de alguma forma, lhes deixam marcas irreparáveis:

E12 - “*No viaduto Ayrton Senna, teve um acidente muito grave. Eu estava de serviço. Um caminhão que vinha trazendo um pessoal da Bahia e estava com tonéis de bebida e combustível teve uma colisão e pegou fogo. Foram umas cenas assim... muito chocante, as pessoas queimadas, desesperadas, pedindo socorro, e a gente não tinha muito a fazer. A gente levou três pessoas ainda para o hospital, na viatura. Mas, uma cena que eu vi mais chocante foi quando a pessoa queimou, de repente a barriga dele abriu e ficou correndo parece que água e sangue. Aquilo ali foi uma cena muito forte, muito impactante*.” (Grifos meus)

Já o Entrevistado 13 (E13) mencionou um vídeo que estava sendo bastante compartilhado entre policiais e bombeiros, no qual um bombeiro ameaça prender um médico que acabara de se recusar a atender um paciente levado por uma equipe de resgate, supostamente, em estado grave, em um hospital de Brasília. Ao assistir ao referido vídeo, era possível ver um bombeiro militar do DF, em tom sério, perguntando se um médico realmente não atenderia ao paciente que sua equipe acabara de transportar.

Por seu lado, o médico, aparentemente, bastante transtornado, dizia que não possuía materiais para atendimento e que estava faltando material no hospital. No mesmo vídeo, pode-se observar um segundo bombeiro tentando acalmar o médico e o seu colega. São cenas que causam consternação. Do que se noticiou em um telejornal local, o paciente transportado pelo bombeiro estivera envolvido em um acidente de trânsito e morreu em decorrência dos ferimentos e, segundo essa mesma reportagem, a ameaça de prisão não foi cumprida e o médico foi afastado por instabilidades psíquicas. Quem estaria certo e quem estaria errado naquela situação? O bombeiro que exigia atendimento para o paciente? O médico desprovido de materiais ou condições para fazê-lo? A respeito disso, E13 relatou:

E13 - “*Normalmente, policiais militares, bombeiros, militares em geral, não conseguem aceitar que ao levar um indivíduo para uma delegacia ou um acidentado*

para o hospital essa pessoa não receba atendimento. Nós policiais militares nos entregamos mesmo à causa, nos sacrificamos para prender um meliante, para fazer cessar alguma agressão ou injustiça a um cidadão. Não medimos esforços! Damos o sangue literalmente, e assim é difícil entender que às vezes uma delegacia ou um hospital não esteja funcionando, que um funcionário de greve ou alegando falta de meios não atenda aquela demanda. É direito deles, pode ser por um motivo até legítimo, mas é difícil entender como justo, porque vidas dependem do atendimento deles e nosso trabalho também só prospera que outros órgãos fizerem sua parte.” (Grifos meus)

Uma metáfora curiosa foi mencionada por E13 ao descrever que ser policial é como ser um cão pastor entre ovelhas, protegendo-as dos lobos que as afligem impiedosamente, sem remorso algum. Continuando com sua analogia, E13 disse que ser esse cão pastor não é tarefa simples, pois não caberia a qualquer um, visto que, muitas vezes, é uma missão ingrata. E13 concluiu:

E13 – “Os cães pastores precisam estar entre as ovelhas e é possível que, ora ou outra, precisem tolhê-las e regular-lhes a liberdade, e para isso, precisam, algumas vezes, mostrar que, semelhantemente aos lobos, possuem garras e presas. Porém, são infinitamente diferentes dos lobos, pois têm a consciência de que são protetores, bem feitores do bem, cujo único propósito é servir às ovelhas.”

Essa percepção comparativa soou bastante intrigante, razão pela qual foi perguntado como havia chegado àquela alegoria tão bem elaborada. O entrevistado então pegou o telefone celular e mostrou uma postagem de texto compartilhada em um grupo de rede social composto por policiais, na qual a descrição feita por ele era atribuída a Dave Grossman. Ao pesquisar sobre esse nome, encontrou o livro “On Killing”, no qual Grossman (1995) relata que, certa vez, entrevistou um ex-militar americano cuja visão de mundo lhe pareceu apropriada para compreender porque certas pessoas têm maior facilidade para lidar com perigos e violência. O ex-veterano de guerra argumentou que, para ele, a maior parte das pessoas no mundo seria como ovelhas, em geral, pacíficas, gentis e incapazes de machucar outras ovelhas, propositalmente, mas que, entre elas, haviam predadores, seres capazes de agressão injustificada, lobos oportunistas, os sociopatas e cães selvagens, os quais associou a delinquentes em geral. Finalmente, existiriam cães pastores, soldados e policiais, criaturas sempre leais e vigilantes, biológica e ambientalmente predispostas e capazes de enfrentar lobos e cães selvagens, dotados de valiosos atributos para a proteção do rebanho e manutenção do equilíbrio (GROSSMAN, 1995, p. 183).

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados possibilitaram apreender significações, processos e fenômenos específicos das realidades vividas por policiais militares ao longo da carreira. Foi possível também conhecer episódios da história individual dos entrevistados que revelam situações extremas de felicidade e angústias no seu cotidiano. O trabalho invisível desvelou-se por meio das falas dos entrevistados, demonstrando que o trabalho prescrito é infinitamente insuficiente para descrever aquilo que foi relatado como trabalho real. Das falas, constatou-se enorme frustração em virtude de ingerências políticas que se sobrepõem a questões técnicas na administração das atividades e recursos da corporação.

O estudo sobre as vivências de prazer e sofrimento da categoria profissional de policiais militares apresentou dinâmicas e contextos que demonstram como os sujeitos são envolvidos pelo trabalho a tal ponto de serem consumidos por ele. A dificuldade de despirem-se da condição de policial, mantendo-se em alerta a todo instante, parece desencadear processos negativos que atingem diretamente os policiais, em várias dimensões, da psique ao fisiológico, comprometendo saúde física e mental e, também, suas relações sociais. Uma vez atingidos, os serviços prestados passam a ser deficientes e as repercussões no sistema de segurança pública são as inevitáveis consequências de uma categoria profissional esquecida em suas próprias maledicências e vicissitudes.

Diante da literatura apresentada no referencial teórico, da qual decorre a compreensão de que a organização é capaz de influenciar a subjetividade do seu corpo de trabalhadores e produzir sentidos, assumiu-se o pressuposto de que as falas dos entrevistados apresentariam, implícita e explicitamente, elementos prescritivos contidos nos documentos regulamentadores da organização e da profissão, sobretudo, em se tratando de uma instituição militar com normas que balizam várias dimensões da vida social dos indivíduos, dentro e fora da corporação, regulando até mesmo a liberdade de opiniões, condutas e comportamentos.

O sistema de trabalho dos policiais brasileiros gera uma esquizofrenia que os obriga a exercerem atividades paradoxais, sendo forçados a acreditarem no que deveria ser e a praticarem o que, de fato, não é (KANT DE LIMA, 2000). A cultura policial é um mundo antagônico onde, muitas vezes, coabitam descrições legais que não se encontram na realidade e realidades que não se encontram descritas em legislações (MUNIZ, 1999). Nesse sentido, a categoria Sentido do trabalho: “*Ser policial é algo que nem todos podem entender. É enfrentar a morte, mostrar-se forte no que acontecer*” demonstra parte dessa complexidade,

em que os sujeitos falam sobre a inexatidão do que, verdadeiramente, venha a ser a natureza da profissão policial militar.

A naturalização da possibilidade do sacrifício da própria vida para proteger alguém ou reaver um bem, ou simplesmente fazer cumprir a lei, como resta detalhado na categoria O Risco da profissão encontra-se detalhada na categoria: “*Mesmo com o risco da própria vida*”, que contém uma máxima prevista em regulamento da instituição e incorporada, explicitamente, no discurso dos indivíduos. Disso, surge o mito do Policial Militar sempre a postos, sempre alerta, autossuficiente, infalível, incansável, destemido, ávido pelo reconhecimento de sua existência heroica e abnegada, mas, por trás do uniforme, existem fragilidades, limitações, angústias e adoecimento. Policiais militares costumam apresentar discursos institucionalizados, mas é praticamente impossível se distinguir o que é a visão da instituição e o que é a do sujeito, pois ocorre um sincretismo que enraíza no seu modo de ser, ver e existir, de tal modo que ele se torna, exatamente, o trabalho que exerce. A Polícia é uma abstração jurídica, mas os policiais são reais, são pessoas sujeitadas às mais adversas condições no contexto de trabalho que lhes tornam suscetíveis a riscos, pressões e tensões causadoras de sofrimento e adoecimento. Fracassos, pesares e frustrações podem acompanhar qualquer tipo de profissão, mas, no caso de policiais militares, os episódios podem ocorrer cotidianamente e em medidas extremas.

A categoria Trabalho Real: diversificação de serviços e inexatidão das tarefas traz as constatações a respeito do trabalho real dos policiais militares e suas tarefas não contempladas em prescrições. As falas revelaram um abismo entre a prescrição e a realidade do trabalho policial militar, com a natural imprevisibilidade de demandas possíveis. O cotidiano dos policiais militares é repleto de violências, reais e imaginárias, contra si e contra aqueles para quem terão que agir em defesa por força de ofício. Esses vivenciam, portanto, cotidianamente, fatos violentos e, se não bastasse, compartilham entre si essas vivências, consumindo relatos em doses ininterruptas, acabando por serem consumidos por um estado de coisas. Não há naturalização da violência sem que uma parte considerável da humanidade do sujeito seja degradada e gradualmente dilacerada pela visão habitual de mortes, acidentes, estupros e tiros, pois é quando “se dão conta de uma finitude mais próxima” (CONSTANTINO, 2014, 00h27min24s).

As entrevistas permitiram uma interação comunicacional com os entrevistados, revelando maior detalhamento dos significados, vivências, situações e características do trabalho policial. E as análises categoriais das falas revelaram sentimentos, crenças, valores e motivações em relação ao trabalho, o que permitiu descortinar elementos contextuais do

trabalho e seus impactos na subjetividade, em termos de prazer e sofrimento. Os policiais militares são, em geral, estereótipos de confiança e fortaleza, pilares centrais de suas famílias e, como tal, costumam exigir de si próprios uma aparente e inquebrantável resistência às frustrações e fraquezas.

O policial militar, ao mesmo tempo em que regula as condutas alheias, durante o exercício profissional, está inserido ele próprio nessa mesma Sociedade, ou seja, não é afastado ou isolado da convivência social coletiva por exigências institucionais e se sujeita às mesmas regulações comuns aos demais cidadãos. Decorre dessa análise que a Polícia Militar não impõe um isolamento *goffmaniano* aos seus integrantes, mas é possível crer que as condições da profissão policial militar, notoriamente rodeada de riscos que exigem medidas autoprotetivas constantes, além, é claro, dos valores culturais e padrões éticos profissionais que exigem condutas morais compatíveis na vida pública e privada, façam com que policiais militares tenham preferências pessoais por ciclos de convívio social, ambientes e tipos de diversão diferentes, por exemplo.

Da confrontação entre a análise documental e a análise das falas dos entrevistados, verificou-se uma abissal diferença entre o trabalho prescrito, aquele previsto formalmente pela organização, e o trabalho real, aquele executado de fato, acrescido de sentidos pelo sujeito, e, como teorizado pela Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 1992a; MENDES, 2007), é aquele que deve ser analisado a fim de se verificar as influências na vida desse sujeito. Assim, foi possível constatar que os policiais militares compensam as exigências e natureza crítica da profissão policial com a visão heroica e útil do seu trabalho, semelhante à descrição de Monet (2006).

Na visão dos entrevistados, a falta de reconhecimento e a deslegitimação perante as pessoas para as quais julgam trabalhar (a sociedade em geral, como corpo difuso), torna-se a fonte principal de um tipo de ressentimento, uma frustração que gera desconforto e sofrimento entre os policiais militares, ofendendo a identidade no trabalho policial que, segundo Nascimento (2014), constitui um importante elemento do processo motivacional ao convergir para a construção de uma autoestima positiva para policiais militares.

Os achados apontam para a existência de prazer em relação ao trabalho policial militar decorrente de formas compensatórias, o que pressupõe, conforme a literatura da Psicodinâmica, a ocorrência do sofrimento criativo, pois, mesmo diante de tantas adversidades no contexto do trabalho, os policiais conseguem manter-se em uma zona de relativa saúde psíquica. Ainda, coerentes com as bases teóricas da Psicodinâmica e Clínica do Trabalho, as falas dos entrevistados permitiram identificar outras formas compensatórias de

mobilização subjetiva, por meio da inteligência prática e agrupamento solidário com os demais colegas de trabalho. Como integrante de uma organização que não opera interesses lucrativos, o prazer revelou-se como vivência recorrente nos vários relatos analisados. Os policiais militares parecem colocar em primeiro lugar o comprometimento com o ideal de bem cumprir seu trabalho em prol das pessoas às quais servem em detrimento de um comprometimento puramente organizacional. Ainda, parece que esses têm uma noção clara da importância social da função que desempenham, o que concebe sentido nas tarefas individuais e coletivas que exercem.

Os entrevistados deixam claro que o risco à própria integridade e que o lidar com a vida e morte são uma possibilidade. No entanto, consideram que isso faz parte do serviço, cabendo a eles apenas estarem prontos para quando isso acontecer, ocorrendo, então, uma naturalização dos perigos. Esse achado corrobora a suposição de Webster (2013) de que os aspectos negativos relacionados à rotina operacional são descritos por policiais como uma das principais causas de sofrimento. Tais tensões tendem a provocar maior desgaste físico e, mesmo maior risco de morte, de modo que danos sociais, físicos e psicológicos que venham a ocorrer são assimilados como colateralidades características do trabalho policial. No entanto, nem por isso essas tensões deixam de trazer severos transtornos para o equilíbrio psicofisiológico dos sujeitos, como apontam Ménard e Arter (2013).

Kant de Lima (1997) critica o fato de existir, na formação policial militar brasileira, uma tradição que busca a mecanização e a padronização das ações dos sujeitos por meio de treinamentos repetitivos, argumentando ainda que o modelo militarizado torna as corporações policiais subordinadas às Forças Armadas e que o cumprimento estrito dos preceitos de hierarquia e disciplina incidiriam em uma obediência incontestável às ordens e às autoridades.

Tais observações, todavia, merecem ser pontuadas: primeiro, o modelo mecanizado parece permitir ao policial reagir instintivamente em situações críticas, quando a racionalidade está comprometida pelo imediatismo e risco envolvidos. Segundo, as corporações devem minimamente reger as condutas dos indivíduos com base nos princípios legais. A multiplicidade de variáveis presentes na dinâmica policial é impossível de ser, suficientemente, abrangida em protocolos e currículos de formação policial, o que remete à necessária constatação de que existe autonomia dos sujeitos em diversas situações nas quais não há supervisão direta e que necessitam tomar decisões. Por fim, existe relação de precedência entre policiais militares e militares das Forças Armadas para efeito de continências e sinais de respeito, o que não significa subordinação das corporações policiais

militares, sendo essa possibilidade vinculada ao caso de declaração de guerra e mobilização nacional (BRASIL, 1988, Art. 144, § 6º).

Inseridos em contextos de violência cotidiana, policiais militares são abandonados a neuroses capazes de causar-lhes danos e a qualquer um que esteja ao seu redor (SILVA, 2009). Muitos policiais brasileiros são mortos durante o horário de trabalho ou fora dele, mas em decorrência da profissão policial. Para Alcadipani (2014), não deveria haver no Brasil, assim como em outros países, diferenciação na computação da morte de policiais em ou fora do horário de serviço, tendo em vista que a profissão policial impõe ser “agente do Estado 24h por dia”. Além disso, considerar a morte de um policial algo normal é um absurdo inconcebível, ainda que a natureza da profissão prescreva o risco de vida como um acontecimento possível (ALCADIPANI, 2014, p. 38). A indiferença quanto a esse fato remete a uma sensação de desvalorização profissional com repercussões consideráveis na autoestima dos policiais (ANDRADE; SOUZA; MINAYO, 2009).

Nesse sentido, o sentimento de desvalorização e a falta de reconhecimento social são fontes de sofrimento dos policiais devido à exposição midiática negativa que os coloca em situações de extremo desconforto (SOUZA; MINAYO, 2005; AMADOR, 1999). Para Souza e Minayo (2005, p. 919), o conceito degradante que quase sempre atribui adjetivos pejorativos aos policiais militares “está entranhado na cultura” que naturaliza a violência e os vitimiza mais do que a qualquer outro tipo de profissional.

As condições de trabalho do policial militar são variadas, sujeitando-o a condições nem sempre comuns, como exposição excessiva ao sol, chuva, frio, calor, ruídos, poluição do ar e outros. O policial militar vive um estado de alerta permanente agravado por eventuais tensões e conflitos de caráter pessoal, circunstâncias que impõem a essa categoria especial de trabalhador um alto grau de agentes estressores a serem controlados (BORGES; FINAZZI-SANTOS; MORAIS, no prelo). Observou-se que seus familiares não ficam incólumes a tudo isso e, em maior ou menor grau, também são atingidos, direta ou indiretamente, por impactos vividos por seus entes, sofrendo danos colaterais e, ainda, igualmente, sujeitados aos riscos diretos. Essa constatação é mencionada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015b).

No contexto de trabalho, por mais que estejam prescritas as condutas básicas, percebeu-se que existem aberturas nas funções e é exatamente nelas que policiais encontram prazer e autonomia naquilo que é, em essência, mecanizado. Há, por outro lado, um grande ônus psíquico acompanhado de angústia, agressividade e violência não catalisada em atendimentos de saúde preventiva, acompanhando o indivíduo a todo o momento, mesmo quando ele não está no horário de trabalho.

Vem à baila a célebre pergunta de La Boetie (1987) em sua obra *Discurso da Servidão Voluntária*: “por que tantos obedecem a tão poucos?”. O autor argumenta sobre a liberdade humana e a estranheza de ver tantas pessoas subjugadas à vontade tirânica de um só soberano, quando poderiam, simplesmente, negar-se a obedecê-lo. Para esta digressão, pode-se retornar às categorias 1 e 2, que apresentam os sentidos atribuídos ao trabalho policial militar, onde a entrega e dedicação ao cumprimento do dever é o cerne do discurso. Os policiais têm a liberdade de submeterem à obediência de seus próprios ideais, abnegando-se em prol de pessoas e leis que defendem; deixam claro que descumprir o juramento feito é uma séria desonra para si mesmos; conservam no próprio ser a centelha de cumprir com o juramento que prestaram e, inflamados pelo ardor deste dever, dispõem-se a enfrentar as mais insalubres adversidades, excedendo, muitas vezes, os próprios limites. Entretanto, são servos de si mesmos, dos próprios ideais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das análises indicaram que a organização do trabalho policial militar e as exigências ocupacionais são capazes de produzir subjetivações nos sujeitos que, desacompanhadas de medidas preventivas capazes de minorar os efeitos negativos, causam desconfortos entre os policiais militares. Tal qual descrito na literatura da Psicodinâmica do Trabalho, entre os policiais entrevistados encontraram-se relatos de prazer e ressignificações da realidade como enfrentamento das adversidades decorrentes do trabalho. Por outro lado, também houve relatos de ressentimentos em relação ao trabalho, principalmente, pelo não reconhecimento social dos esforços despendidos no cumprimento das tarefas policiais. Como relatado na literatura específica sobre a profissão policial e suas consequências para a saúde, o estudo permite afirmar que o sofrimento no trabalho é precursor do adoecimento entre policiais militares.

O estudo buscou analisar o contexto e a natureza do trabalho policial militar, sob as lentes dos próprios policiais, para compreensão da realidade vivida por eles. As falas dos entrevistados foram ponderadas e, desveladas, explicitaram intersubjetividades que dão sentido ao trabalho e que revelam as pressões que impõem fortes impactos nas vidas dos sujeitos. Práticas organizacionais e elementos da história individual relacionados aos esforços adaptativos para enfrentamento e resistência foram abstraídos e contextualizados. O tema risco, medo e morte, reconhecimento, dedicação e cumprimento do dever foram frequentemente mencionados, enredando dinâmicas capazes de impactar no processo de adoecimento dos sujeitos.

Os achados apontam que a organização do trabalho da Polícia Militar do Distrito Federal causa severos impactos na subjetividade do policial, acarretando-lhe sérios impactos no equilíbrio psíquico e na saúde mental. A intensidade das experiências negativas experimentadas cotidianamente e a exposição constante à possibilidade de perda da vida acabam por sujeitar os indivíduos a severas pressões que, acompanhadas da ineficácia das estratégias de enfrentamento e resistência enfraquecidas ao longo do tempo, fazem prevalecer o sofrimento patológico com a manifestação de transtornos sociais, psicológicos e fisiológicos.

A análise das verbalizações dos entrevistados sob os pressupostos epistemológicos da Psicodinâmica do Trabalho permitiu constatar que o exercício profissional torna os indivíduos suscetíveis ao adoecimento, referendando grande parte da literatura sobre os efeitos negativos da profissão policial. Os estudos elencados no referencial teórico desta pesquisa apresentam um cenário preocupante que ilustra o processo de degradação a que estão submetidos os

policiais militares, de maneira geral. Em parte, esse cenário se deve à própria natureza da profissão policial, que envolve lidar com perigos à integridade e impõe duras exigências físicas e psíquicas para o cumprimento de tarefas nem sempre previsíveis. Por outro lado, verifica-se, ao menos no caso da organização policial especificamente analisada, que a ausência de políticas institucionais voltadas para a manutenção orgânica e física dos sujeitos é insuficiente para atender às demandas do público interno, tornando as condições de trabalho ainda mais precárias.

Diante dessas constatações, considera-se que o objetivo principal desta dissertação foi atingido quando se pode confirmar, *in loco*, que a organização do trabalho da Polícia Militar do Distrito Federal impacta na subjetividade do policial. Da mesma forma, consideram-se alcançados os objetivos específicos pactuados quando, diante da exploração das nuances da organização do trabalho policial militar e do desvelamento das falas dos entrevistados, foi possível abstrair singularidades próprias do mundo do trabalho policial que revelaram a confluência de elementos simbólicos capazes de moldar a identidade social dos indivíduos, fornecendo-lhes bases para resistir e enfrentar os pesares típicos da profissão.

Os mecanismos de autodefesa psíquica, como a negação de aspectos da realidade, o distanciamento de certas relações sociais e a naturalização da morte demonstraram que a vitimização dos policiais em relação ao trabalho não necessariamente precisa ser real, isto é, ao habitar o imaginário dos sujeitos, as vivências negativas são suficientes para acarretar psicopatologias e outros danos fisiológicos. Depreende-se que a mera possibilidade de se imaginar vítima é suficiente para gerar efeitos maléficos. É o porvir, a possibilidade de ocorrer um percalço no trabalho policial que faz com que o sofrimento esteja genuinamente gatilhado.

É preciso, desse modo, encontrar formas institucionais de canalização e tratamento dos ônus ligados à profissão policial militar. Espaços para fala e serviços de atendimento e orientação psicológica, social e, também, religiosa, parecem ser importantes alternativas para amenizar as graves consequências que orbitam nesse contexto laboral. O problema da dependência química, um sofrimento patológico oriundo da falência de outras formas de enfrentamento individual, apresentou-se como urgente tema a ser considerado nos efeitos da organização do trabalho policial. Relatos alarmantes de situações vivenciadas pelos entrevistados e por outros policiais exigem especial atenção das autoridades internas e externas da corporação. A dependência apresentou-se também como predecessora de medidas mais sérias tomadas por policiais militares, como o suicídio.

O pico de suicídios ocorridos na PMDF no ano de 2014 é uma importante agenda a ser conduzida. Os porquês, o perfil das vítimas (idade, tempo de serviço na corporação), as similaridades e intercorrências comuns, hábitos e históricos pessoais, dentre outros fatores devem ser minuciosamente investigados, a fim de se estabelecer vínculos com o trabalho e com fatores contextuais do período.

Tanto do ponto de vista acadêmico quanto social, as dinâmicas que se desenvolvem na profissão policial militar devem ser alvos de medidas organizacionais que permitam traçar estratégias gerenciais de prevenção ao adoecimento. O enfrentamento institucionalizado aos fatores de risco e exposição à violência relacionada ao trabalho policial pode trazer melhorias diretas na vida dos policiais militares e, de maneira direta e indireta, melhorias na prestação dos serviços de segurança pública à população, serviços esses essenciais ao bem-estar e equilíbrio da sociedade.

Elementos simbólicos organizacionais ancoram o comportamento dos policiais militares, inundando-os com valores e crenças coletivas, prevalecendo, em vários momentos sobre a singularidade do sujeito. As manifestações mecanizadas, mesmo predominantes, não suprimem totalmente aspectos da individualidade. O trabalho policial é, na maior parte das vezes, interpretado como sinônimo de dever pelos sujeitos, razão pela qual colocam a integridade física e a própria vida como sacrifício natural perante os impropérios do trabalho, na defesa de terceiros, da lei e da ordem, sendo essa medida, em si, uma forma de sofrimento criativo capaz de fazer frente à seriedade dos riscos envolvidos. A solidez psíquica dos policiais militares, por conseguinte, é uma necessidade para a manutenção tanto da saúde dos indivíduos, quanto para a continuidade eficaz dos serviços de segurança pública por eles prestado à sociedade.

Os atributos de hierarquia e disciplina das Polícias Militares brasileiras e os valores que emanam em suas formas de organização do trabalho são os quesitos que mantiveram e mantêm essas organizações públicas peremptórias e operativas, mesmo nos períodos mais adversos. É tentador, entretanto, associar a esses atributos a causa do pseudo encarceramento dos indivíduos em seus próprios sofrimentos e neuroses. Como órgãos de controle do Estado, as Polícias Militares estão inseridas em ambientes sobre os quais têm pouco, ou nenhum controle, sobre questões sociais das mais diversas, fatores econômicos, valores familiares ou ainda questões legais. A natureza da profissão policial militar, portanto, é fonte primária de sofrimento, enquanto o modelo de organização do trabalho, por sua vez, potencializa os efeitos negativos, revelando-se como fontes secundárias ao não promover espaços onde se

possa dar vazão às angústias geradas, e, igualmente, ao não oferecer estruturais institucionalizadas capazes de prevenir e dar tratamento às manifestações prejudiciais.

A Constituição Federal, lei máxima do país, expressa a proibição de sindicalização e greve para policiais militares, artifícios que, normalmente, lhes permitiriam, a exemplos de outras categorias de trabalhadores, fazer pressões passíveis de resultar em melhorias salariais ou de condições gerais de trabalho. Existem discussões sobre a desmilitarização das polícias militares estaduais, o que poderia demover a limitação imposta pela lei, mas, em geral, são discussões que partem de premissas, no mínimo, suspeitas, que atribuem exclusivamente à condição militar a origem de práticas violentas por parte dos policiais e a ineficiência na prevenção criminal, ignorando fatores regulamentadores da profissão que pudessem ser compensatórios das exigências psicofisiológicas do cotidiano dos policiais.

A condição de servidores civis para policiais militares brasileiros pode não ser a solução necessária para mudanças nas práticas policiais, podendo até ensejar, por um lado, melhorias nas condições de trabalho mediante pleito da categoria organizada em sindicatos e com vinculações políticas, mas pode significar, por outro lado, um caos com desdobramentos e proporções sem precedentes em serviços públicos essenciais.

Com relação às altas taxas de homicídios e delitos contra policiais, no âmbito do Poder Legislativo Federal, a Lei 13.142 de 2015, passou a agravar, desde a sua promulgação, as penas para os crimes de homicídios e de lesão corporal cometidos contra agentes de segurança pública, estendendo o agravamento das penas para os crimes praticados também contra familiares, se o crime ocorrer em razão do parentesco.

O ressentimento decorrente da falta de reconhecimento em razão das constantes exposições midiáticas negativas de episódios em que policiais praticam desvios de condutas ou, ainda, erros procedimentais, é fonte de sofrimento ao sabotar o processo de sublimação. Os policiais entendem que há uma produção de sentidos pejorativos que influencia a opinião pública geral e tende a impactar na legitimidade da atuação policial, estigmatizando a categoria profissional como um todo. Essa observação, por sua vez, representa outra lacuna bastante promissora a ser explorada por estudos multidisciplinares que se proponham a estudar as relações entre difusões midiáticas sobre a Polícia, repercussões na opinião pública, implicações na percepção de reconhecimento e impactos no sofrimento de policiais.

Alguns pontos de limitação do estudo devem ser ponderados. Em primeiro lugar, quando se leva em consideração um fenômeno em nível macro, pode até parecer que a observação é estável, mas quando se enfoca o nível micro, considerando os indivíduos e suas particularidades, as variações podem ser bem mais diversificadas. Posto isso, o estudo

considerou as vivências e falas de 13 policiais militares aposentados, além de examinar as percepções gerais e, também, as histórias individuais, não se podendo ignorar a possibilidade de conexão com fatores pessoais não generalizáveis a toda categoria de policiais militares.

Outra ponderação decorre do fato de que, a partir do ano de 2009, com o advento da Lei Federal 12.086, a Polícia Militar do Distrito Federal passou a exigir nível superior de escolaridade para os candidatos interessados em ingressar na principal porta de entrada da corporação, o curso de soldado, e estendeu, nesse mesmo ano, o limite etário para ingresso nas fileiras da Corporação, que era de até 28 anos para 30 anos. Tais fatores ensejaram em uma mudança no perfil dos novos policiais militares, cujas características mais notórias são aumento da idade de ingresso na corporação. Se antes, a característica preponderante era de ingressantes mais jovens, com cerca de 18 anos de idade, espera-se que os novos concursos sejam marcados pelo aumento significativo de candidatos mais velhos.

Diante disso, é possível esperar que os registros de transtornos fisiológicos sofram impactos, considerando que as altas exigências do trabalho permanecerão as mesmas e, presumindo-se, conforme os relatos dos entrevistados e com outros estudos da literatura, que a incidência de doenças físicas é maior de acordo com o avanço da idade dos policiais. Vale lembrar também que os achados a respeito das conquistas trabalhistas por mulheres na PMDF não foram aprofundados nesta pesquisa, e que questões de preconceitos e diferenças no trabalho são uma agenda possível para ser mais bem desenvolvida por outros estudos. Essas observações são importantes fatores a serem considerados em novos estudos sobre a profissão policial militar.

Quem é o vilão nessa dinâmica? Os comandantes? Eles também são policiais submetidos, em maior ou menor escala, ao regime geral de trabalho. Os governantes? Esses recebem um mundo organizacional pré-existente, no qual, para atuarem, dependem de alterações legislativas de costuras complicadas. Seria, então, a própria sociedade como um todo? Bem, em primeira instância, é ela a usuária máster dos serviços da Polícia, porém, uma abstração. Apontar responsáveis isolados não é tarefa fácil. Ao que parece, uma agenda pública de discussão, espaço onde os percalços relacionados à ineficiência do sistema de segurança pública no Brasil, no que se refere, principalmente, à gestão de pessoal, seria um excelente pontapé inicial. Discutir o que se espera e o que se pode oferecer para que homens e mulheres continuem a se sentirem atraídos para uma profissão que lhes exigirá, nada metaforicamente, o sacrifício da própria vida para o cumprimento das tarefas, deverá ser parte nuclear dessa agenda.

Não há soluções simplórias e imediatas que possam reverter o atual quadro com a devida urgência que ele demanda. Por ora, o que parece exequível são intervenções pontuais, capazes de atenuar a enorme gama de agentes que submetem policiais brasileiros aos danos físicos, psíquicos, morais e sociais decorrentes do exercício profissional enquanto mudanças estruturais não ocorrem.

REFERÊNCIAS

- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário acadêmico de direito. 2ª. Edição. rev. Ampliada e Atualizada. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2001.
- ALCADIPANI, Rafael. Morticínio de policiais no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Renato Sérgio de Lima e Samira Bueno (Coord.). Ano XX, 2014. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/8o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acessado em 06 de Março de 2015. p. 38-39.
- ALVESSON, Mats; DEETZ, Stanley. Teoria Crítica e abordagens pós-modernas para Estudos Organizacionais. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 227-266, 1998.
- AMADOR, F. S.. Violência Policial: verso e reverso do sofrimento. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1999.
- AMADOR, Fernanda, SPANIER F. S., SANTORUM, K.; CUNHA, C. S. D.; BRAUM, S. M.. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, n. 3, p. 54-61, 2002.
- ANDERSON, G. S.; LITZENBERGER, R.; PLECAS, D. *Policing*, v. 25, n. 2, p. 399-420, 2002.
- ANCHIETA, Vânia Cristine Cavalcante; GALINKIN, Ana Lúcia. Policiais civis: representando a violência. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 29-37, 2005.
- ANCHIETA, V. C. C.; GALINKIN, A. L.; MENDES, A. M. B.; NEIVA, E. R.. Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Jun 2011, vol.27, no.2, p.199-208.
- ANDRADE, Daniel Pereira. Empresa humana ou humano empresa? **GVexecutivo**, v. 10, n. 1, janeiro-junho, 2011, p. 38-41.
- ANDRADE, Edson Ribeiro; SOUSA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Intervenção visando a auto-estima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 275-285, fev. 2009.
- ANJOS, Felipe Burle dos. Organização do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, A. (Org.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 267-273.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: Coisa de polícia**. CAPEC: Gráfica e Editora. Passo Fundo: RS, 2002.
- BARCELLOS, Jorge Alfredo Pacheco de. As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo: um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS, 1999. p. 96. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-

Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M.W. Análise de Conteúdo clássica (AC): uma revisão. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 4ª Edição Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, cap. 8, p. 189-217.

BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. **Estresse ocupacional em mulheres policiais**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2013, vol.18, n.3, pp. 657-666

BIGGAM, F. H.; POWER, K. G.; MACDONALD, R.R. Copying with the occupational stressors of police work: a study of Scottish officers. *Stress Medicine*, v. 13, n. 2, p. 109-115, 1997.

BOBBIO, Norberto. Polícia. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1a. ed., 1998. p. 944-949.

BORGES, Leonardo Ferreira; FINAZZI-SANTOS, Marcelo; MORAIS, Kesley De Paula. Riscos de adoecimento no trabalho entre Policiais Militares de um batalhão de polícia de Brasília. No prelo. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Manuscript ID CSC-2016-0113 .

BORGES, Alberto Alves. "Polícia e saúde: entrevista com o Diretor Geral de saúde da polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro." *Ciência & Saúde Coletiva* nr. 18, v. 3, 2013. p. 677-679.

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei nº 7.289, de 18 de Dezembro de 1984**. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7289.htm. Acessado em 13 de Fevereiro de 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.450, de 14 de Outubro de 1977**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 7.457, de 1986 e Lei nº 12.086, de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6450.htm. Acessada em 13 de Dezembro de 2015.

BRASIL. Código Tributário Nacional. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6306.htm. Acessado em 05 de Setembro de 2014.

BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life*. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CALHEIROS, Carina; LIMA, Guilherme. Os heróis nacionais: Biografia. Tiradentes (16/8/1746 – 21/4/1792). In: A construção da memória nacional : os heróis no Panteão da Pátria. Série cadernos do museu ; n. 10. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 31-34.

CAREGNATO, R.C.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.15, n.4, out./dez., p. 679-684, 2006.

CHANLAT, J.F. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: CHANLAT, J.F. (Org.) **O indivíduo na organização – dimensões esquecidas**. Ofélia de Lanna Sette Torres (Org.). Tradução e adaptação Arakey Martins Rodrigues.../et. al./ Revisão técnica Carlos Bertero. 3ª. Ed. 14 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012a. p. 21-44.

CHANLAT, Alain; BÉRDAD, Renée. Palavras: a ferramenta do executivo. In: CHANLAT, J.F. (Org.) **O indivíduo na organização – dimensões esquecidas**. Ofélia de Lanna Sette Torres (Org.). Tradução e adaptação Arakey Martins Rodrigues.../et. al./ Revisão técnica Carlos Bertero. 3ª. Ed. 14 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012b. p.125-148.

CHOPKO, B. A.; PALMIERI, P. A.; FACEMIRE, V. C. Prevalence and predictors of suicidal ideation among U.S. law enforcement officers. *Journal of Police and Criminal Psychology*, v. 29, n. 1, p. 1-9, 2014.

COELHO, Eduardo Ferreira. "Uma farda sem um homem é só um pedaço de pano": estudo de caso sobre autoeficácia e qualidade de vida no trabalho na Polícia Militar do Distrito Federal. 2014. xviii, 194 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CONSTANTINO, Patrícia. **Condições de saúde e trabalho dos policiais do estado do Rio de Janeiro** [Vídeo]. Sessão científica realizada no Salão internacional da ENSP/Fiocruz, Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP) em 14 de Outubro de 2014. Duração: 01h44min51s. Produção: Núcleo Audiovisual da Coordenação de Comunicação Institucional (CCI/ENSP): Rio de Janeiro, Outubro, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gDO9zNQPTb4>. Acessado em 27 de Dezembro de 2015.

COSTA, S.H.B. Sentido do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, A. (Org.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 375-379.

COSTA, Marco A. de Albuquerque; ACCIOLY, Horácio Jr; MAIA, Eulália. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Panam Salud Publica*. 2007;21(4): p. 217–222.

CRETELLA JÚNIOR, José. Conceituação do poder de polícia. **Revista do Advogado, Associação dos Advogados de São Paulo**, n. 17, p. 53, 1985.

CRESWELL, John W.; MILLER, Dana L. Determining validity in qualitative inquiry. **Theory into practice**, v. 39, n. 3, p. 124-130, 2000.

DA SILVA, Maurivan Batista; VIEIRA, Sarita Brazão. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008.

DE OLIVEIRA, Sidney Nilton. Liderança e produção de subjetividade na era da performance. *Revista de Psicologia*, v. 2, n. 2, 2011.

DE OLIVEIRA, Katya Luciane; DOS SANTOS, Luana Minharo. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, v. 12, n. 25, p. 224-250, 2010.

DE MASI, Domênico. Criatividade e grupos criativos. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth;. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994, p. 119-45.

DEJOURS, Cristophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia leal Ferreira. 5ª. ed., São Paulo: Cortez-Oboré, 1992a.

_____. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. CHANLAT, J.F. (Coord.) **O indivíduo na organização – dimensões esquecidas**. Ofélia de Lanna Sette Torres (Org.). Tradução e adaptação Arakey Martins Rodrigues.../et. al./ Revisão técnica Carlos O. Bertero. São Paulo: Atlas, 1992b. p. 149-173.

_____. A Banalização da injustiça social. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007a.

_____. Prefácio. In: FERREIRA, Mário César e MENDES, Ana Magnólia. **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007b. p. 19-22.

_____. O Fator Humano. Tradução Maria Irene Stocco Betiol e Maria José Tonelli. 5.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007c, 104 p.

_____. O trabalho vivo, trabalho e emancipação (Vol. 2). Brasília: Paralelo 15, 2012.

_____. "Um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal". Entrevista a Christophe Dejours por ANA GERSCHENFELD, 2010. Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/um-suicidio-no-trabalho-e-uma-mensagem-brutal-1420732>. Acessado em 04 de Dezembro de 2014.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar do Distrito Federal. Centro de Comunicação Social. **Manual de Identidade Visual** / Polícia Militar do Distrito Federal. Centro de Comunicação Social. Brasília; CCS, 2013, 2ª Edição.

_____. Polícia Militar do Distrito Federal. Plano Estratégico 2011-2022: Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI. Polícia Militar do Distrito Federal. Estado Maior/Seção de Inteligência Estratégica, Ciência e Tecnologia. 1ª Edição. Brasília: Talagarça, 2011. 96 p.

_____. Edital nº 41 – DGP/PMDF datado de 11 de Dezembro de 2012. In: DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal nº 250 de quarta-feira, 12 de dezembro de 2012, p. 73)

DRAGO, P. A. Teoria Crítica e Teoria das Organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 32, n. 2, abr-jun, p.58-65, 1992

ENRIQUEZ, Eugène. Psicologia das massas e análise do ego – As metamorfoses da função. In: ENRIQUEZ, Eugène. **Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social**. Tradução Teresa Cristina Carreteiro e Jacyara Nasciutti. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1983, p. 47-78.

_____. A Organização em Análise. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Vida psíquica e organização. **Organizações & Sociedade**, v. 3, n. 4, 1995, p. 75-93.

_____. A adesão consciente ao trabalho efetuado e aos objetivos do grupo (capacidade de realizar os fins coletivos). In: ENRIQUEZ, Eugène. **As figuras do poder**. Tradução de Nina de Melo. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 2007. p. 36-56.

FARIA, José Henrique de. Os fundamentos da Teoria Crítica: uma introdução. In: Faria, J. H. (Org.). **Análise Crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 1-20.

FERREIRA, Mário César e MENDES, Ana Magnólia. Inventário sobre trabalho e riscos de adoecimento – ITRA: Instrumento Auxiliar de Diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In: FERREIRA, Mário César e MENDES, Ana Magnólia. **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 111-126.

FERREIRA, Mário Cesar Augusto. Análise pericial do padrão de consumo de álcool em policiais e seus fatores de risco. **Revista Especialize On-line IPOG**, v. 5, n. 1, 2013.

FERREIRA, João Batista; MACÊDO, Kátia Barbosa; MARTINS, Soraya Rodrigues. Real do trabalho, sublimação e subjetivação. In: **Trabalho & Prazer: Teoria, Pesquisas e Práticas**. MONTEIRO, Janine Kieling; VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia (org.) Trabalho & prazer: teoria, pesquisas e prática. Curitiba: Juruá, 2015. p. 33-49.

FINAZZI-SANTOS, M. A.; SIQUEIRA, M. V. S ; Mendes, A. M. . Considerações sobre Trabalho e Suicídio: um Estudo de Caso. In: VI EnEO - Encontro de Estudos Organizacionais, 2010, Florianópolis. EnEO 2010. Rio de Janeiro: AnPAD, 2010. v. 1. p. 53-53.

FLICK, U. Entrevista episódica. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 4ª Edição Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 114-136.

FLEURY, M. T. L. Estórias, Mitos, Heróis - Cultura Organizacional e Relações do Trabalho. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 27, n. 4, out-dez, 1987.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Renato Sérgio de Lima e Samira Bueno (Coord.). Ano 9, 2015a. 156 f. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015-retificado.pdf. Acessado em 06 de Agosto de 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Pesquisa de vitimização de risco entre profissionais do sistema de Segurança Pública, 2015b. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacao/pesquisa-de-vitimizacao-e-percepcao-de-risco-entre-profissionais-do-sistema-de-seguranca-publica>. Acessado em 10 de Agosto de 2015

FRASER, M.; GONDIM, S. Da Fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, v. 14, n. 28, p. 139 – 152, 2004.

FREITAS, M. E.. *Cultura Organizacional: identidade, sedução e carisma?* 2ª Edição Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000a. 180p.

_____. Contexto Social e Imaginário Organizacional Moderno. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 40, n. 2, abr-jun, 2000b.

_____. Prefácio. In: SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. **Gestão de Pessoas e Discurso Organizacional**. 2ª. Ed. Curitiba: Juruá, 2009. p. 9-13.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm. *The discovery of grounded theory*. New York: Aldine Publishing, 1967.

GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. *Aparecida: Ideias e Letras*, 2007. 344 p.

GAULEJAC, Vincent; GIRARD, Christiane. Sociologia clínica. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, A. (Org.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 409-413.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 4ª Edição Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p.64-89.

GERSHON, Robyn R.M.; LIN, Susan; LI, Xianbin. *Work stress in aging police officers*. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 44, n. 2, p. 160-167, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2001.

GROSSMAN, Dave. Aggressive Predisposition of the Killer: Avenger, Conditioning, and the 2 Percent Who Like It. In: GROSSMAN, Dave. **On killing: the psychological cost of learning to kill in war and society**. 1st ed. Back Bay Books. Little, Brown and Company: New York, 1995. p. 177-185.

JESUS, Gilmar Mercês de; MOTA, Nayara Melo; JESUS, Éric Fernando Almeida de. Risco cardiovascular em policiais militares de uma cidade de grande porte do Nordeste do Brasil. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte* [online]. 2014, vol.36, n.3, pp. 692-699. ISSN 2179-3255.

KANT DE LIMA, Roberto. **Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas**. In: ZAVERUCHA, Jorge (org). *Políticas de Segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais*. Recife: Massangana, 2002, p. 199-219.

LA BOÉTIE, E. de. *Discurso da servidão voluntária*, São Paulo, Escuta, 1987.

LANCMAN, Selma. O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. **In:** DEJOURS, Christophe. Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Selma Lancman e Laerte Idal Sznclwar (orgs.) Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 25-36.

LAZZARINI, Álvaro. Limites do poder de polícia. *Revista de Direito Administrativo* nº. 198, 1994. p. 69-83.

LIBERMAN, Akiva M. *et al.* Routine occupational stress and psychological distress in police. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 25, n. 2, p. 421-441, 2002.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. A polêmica em torno do nexo causal entre distúrbio mental e trabalho. *Psicologia em Revista*, v. 10, n. 14, p. 82-91, 2003.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. **Naturalistic inquiry**. Bervely Hills, CA: Sage, 1985.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: a coruja de Minerva - reflexões sobre a teoria na prática. Tradução: Ângela Denise da Cunha Lemos. **In:** CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. 1. ed. – 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012. v. 2, p. 31-56.

MARTINS, Soraya Rodrigues. A clínica do trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

MELEIRO, Alexandrina Maria Augusto da Silva. 50 FAQ: 50 Frequently Asked Questions: suicídio. 1a. Ed. São Paulo: EPM. Editora de Projetos Médicos, 2013.

MÉNARD, K. S.; ARTER, M. L. Police officer alcohol use and trauma symptoms: associations with critical incidents, coping, and social stressors. *International Journal of Stress Management*, v. 20, n. 1, p. 37-56, 2013.

MENDES, A.M. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. 1995.

MENDES, A.M. ABRAHÃO, J.I. A influência da organização do trabalho nas vivências de prazer sofrimento do trabalhador: uma abordagem psicodinâmica. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 2, n. 26, p.179-184, 1996.

MENDES, Ana Magnólia; TAMAYO, Álvaro. Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. **PsicoUSF**, v. 6, n. 1, p. 39-46, 2001.

MENDES, Ana Magnólia. Da psicodinâmica à psicopatologia do Trabalho (Capítulo 1). Novas Formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais (Capítulo 2). Pesquisa em Psicodinâmica: a clínica do trabalho. **In:** MENDES, Ana Magnólia. (Org.) **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. Coleção Trabalho Humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 29-88.

MENDES, Ana Magnólia; FERREIRA, M.C; CRUZ, R.M.. O diálogo psicodinâmica, ergonomia, psicometria. **In:** MENDES, Ana Magnólia. (Org.) **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. Coleção Trabalho Humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 89-110.

MENDES, A. M.; VIEIRA, F. O. Diálogos entre a psicodinâmica e clínica do trabalho e os estudos sobre coletivos de trabalho e práticas organizacionais. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, n. 1, p. 144-189, jun. 2014.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. 1995.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010 - 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. v. 1 828 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 8ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. **Risco e (in)segurança na missão policial.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2013, vol.18, n.3, p. 585-593.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. *Cad. Saúde pública*, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P; ASSIS, S.G.; CARVALHAES, O.R. Segurança profissional e (in)segurança pública. *Coleção Segurança com Cidadania*, 2009. p. 195-230.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Elizabeth Costa Dias (org.). Idelberto Muniz Almeida *et al.* (colaboradores). Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. 580 p.

MONJARDET, Dominique. O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública. (Série Polícia e Sociedade, nº. 10, Organização: Nancy Cardia). Posfácio Jean-Marc Erbès; tradução Mary Amazonas Leite de Barros. Ed. Rev. 2002. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MONET, Jean-Claude. **Os policiais.** In: MONET, Jean-Claude. *Polícias e Sociedade na Europa*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. 2ª. Ed. 1.reimpres São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 (Série Polícia e Sociedade nº. 3). p. 129-133.

MOTTA, F. C. P. **Controle social nas organizações.** *RAE-Revista de Administração de Empresas*. [online]. 1979, vol.19, n.3, pp. 11-25.

_____. Organizações: Vínculo e Imagem. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 1991, v. 31, n. 3, jul-set, p.5-12, 1991.

_____. Controle social nas organizações (Revisitado por Isabella F. F. Gouveia de Vasconcelos e Thomaz Wood Jr.). **RAE-Revista de Administração de Empresas**. [online]. 1993, São Paulo, vol. 33, n.5, p. 68-87.

MOREIRA, Letícia de Sousa. Cultura de paz, prevenção da violência e socialização na perspectiva de policiais militares. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MUNIZ, J. Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro [tese]. Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: UCAM; 1999. 289 p.

MÜLLER, Daniela Zipperer. Um a polícia especial: possibilidades de prazer no trabalho dos policiais militares do pelotão de operações especiais, 2012. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre: 2012, 113 p.

NASCIMENTO, T. G. Polícia - Uma Identidade em Discussão: Construção, Validação e Aplicação de um Instrumento. Dissertação de Mestrado não Publicada. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

_____. Desempenho profissional: relações com valores, práticas e identidade no serviço policial. Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade de Brasília (UNB), 2014.

NOGUEIRA, Geralda Eloisa Gonçalves; MOREIRA, Andréa Las Casas. As formações grupais e seus efeitos nas instituições policiais-militares. **Revista de Psicologia, Saúde Mental e Segurança Pública**, v. 1, n. 1, p. 35-39, 1999.

OLIVEIRA, Rodrigo Giannangelo de. Uma Experiência de plantão psicológico à Polícia Militar do Estado de São Paulo: reflexões sobre sofrimento e demanda. Dissertação (mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. São Paulo: s.n., 2005. 141 p.

PABST, Frederico; SIQUEIRA, M. V. S.. Discurso Organizacional como Manifestação de Poder: um estudo com executivos de empresas modernas. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios* (São Paulo), v. 10, p. 376-390, 2008.

PENA, Ana Paula Rosa Jacinto Conceição. Compulsão alimentar e obesidade: estudo exploratório em uma Unidade Policial Militar do Distrito Federal. 2011. x, 93 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PIGNATARO, Milton. Análise das causas de reforma pelas Juntas Médicas da Brigada Militar no período de 1999 à 2008. Trabalho de conclusão do Curso Avançado em Administração Policial Militar da Academia de Polícia Militar. 2010.

PIVA, Luciana. Trabalho e Sofrimento Psíquico: um estudo de caso com Policiais Militares. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista – Unesp, 2005, 126 p.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (PMDF). Portaria PMDF nº 851 de 19 de Abril de 2013. **Matriz Curricular do Curso de Formação de Praças para o triênio 2013/2015.**

_____. Portaria PMDF nº 718 de 05 de Agosto de 2010. **Código de Conduta Profissional para o Policial Militar.**

RAY, Marilyn. *The richness of phenomenology: philosophic, theoretic and methodologic concerns*. In: MORSE, Janice (Org). *Critical issues in qualitative research methods*. Thousand Oakes: Sage, 1994.

REIS JUNIOR, José dos. Avaliação da composição corporal em policiais militares do 22º batalhão da Polícia Militar do Estado de Goiás. 2009. 39 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozer José de. Corpo e Alma” nas Organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 194-211, 2010.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Mapeamento das Fontes de Estresse em Profissionais da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: DIFC/SSP – SENASP/MJ, 2010. 71 p.

SARTORI, Leonardo Fávero. Avaliação de Burnout em policiais militares: a relação entre o trabalho e o sofrimento. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-graduação em Administração, 2006. f.194

SCHMITT, Elaine Cristina; FARIA, José Henrique de. Indivíduo, vínculo e subjetividade. In: Faria, J. H. (Org.). **Análise Crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 23-44.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Sobre a identidade do Poder nas relações de trabalho. In: FLEURY, Maria Teresa Leme e FISCHER, Rosa Maria (coord.). *Cultura e Poder nas Organizações*. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 1989, p.89-112.

SILVA, Joana Helena Rodrigues da. Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental. Dissertação (Mestrado) 103 f. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Edna Maria de Sousa. A Prevalência de diabetes mellitus tipo 2 e de tolerância diminuída à glicose em homens de 30 a 59 anos da Polícia Militar de Teresina, Piauí. Dissertação (mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: s. n., 2008. 47 p.

SIQUEIRA, M. V. S., MENDES, A. M. Gestão no setor público e a reprodução do discurso do setor privado. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 60, n. 3, p. 241-250, jul./set. 2009.

SIQUEIRA, M.V.S. **Gestão de pessoas e discurso organizacional**: crítica à relação indivíduo-empresa nas organizações contemporâneas. 2ª. Edição. Curitiba Juruá, 2009.

Anexo I – Matriz Curricular do Curso de Formação de Praças – 2013/2015

ANEXO À PORTARIA PMDF Nº 851, DE 19 DE ABRIL DE 2013

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS - CFP (2013/2015)

Áreas de Ensino / Disciplinas		Carga horária
Ensino Fundamental		
1	Fundamentos Históricos, Valor e Ética Policial Militar	30
2	Redação Oficial	15
3	Ordem Unida	30
4	Legislação Organizacional e Regulamento da Polícia Militar	30
5	Psicologia das Relações Humanas e a Atividade Policial	15
6	Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial - EAD*	60*
7	Treinamento Físico Militar	80
Carga Horária da Área de Ensino Fundamental		260
Ensino Profissional Básico		
8	Defesa Pessoal	30
9	Atuação Policial frente aos Grupos Vulneráveis - EAD*	60*
10	Meios de Comunicação Institucional e Operacional da PMDF	15
11	Violência, Criminalidade e Prevenção - EAD*	40*
12	Prevenção e Repressão às Drogas	30
13	Processo Administrativo Disciplinar	20
14	Primeiros Socorros	30
15	Chefia e Liderança	15
16	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos I - EAD*	60*
17	Direito Administrativo da Ordem Pública	40
18	Direito Penal, Processual Penal e Termo Circunstanciado Aplicado à Atividade Policial	50
19	Direito Militar	40
Carga Horária da Área de Ensino Profissional Básico		430
Ensino Profissional Específico		
20	Armamento Munção e Tiro	30
21	Tiro Prático e Método Guraldi	100
22	Gerenciamento de Crises	20
23	Inteligência Policial	20
24	Polícia Comunitária	40
25	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos II - EAD*	60*

Ensino Complementar		
32	Policiamento em Grandes Eventos e Controle de Distúrbios Cívicos	12
33	Operações Policiais Especiais	6
34	Policiamento Tático Motorizado	6
35	Operações de Policiamento Ambiental	24
36	Natação Utilitária	6
37	Patrulha Policial	20
38	Prevenção e Combate a Incêndios	12
39	Operações em Policiamento Ostensivo de Trânsito - POT	30
40	Noções de Pilotagem Policial	20
41	Prática Profissional (Estágio Supervisionado)	120
42	Seminários	30
43	À Disposição da Seção de Orientação Educacional e Psicopedagógica - SOEP	20
44	À Disposição da Divisão de Ensino	40
45	Fornatura	40
Carga Horária da Área de Ensino Complementar		386

* Disciplinas ministradas por meio de Ensino a Distância (EAD).

Fonte: Site da Polícia Militar do Distrito Federal